

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	9
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	10
1.5 Principais clientes	11
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	12
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	13
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	14
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	15
1.10 Informações de sociedade de economia mista	17
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	18
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	19
1.13 Acordos de acionistas	21
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	22
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	23
1.16 Outras informações relevantes	24
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	25
2.2 Resultados operacional e financeiro	51
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	55
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	56
2.5 Medições não contábeis	59
2.6 Eventos subsequentes as DFs	60
2.7 Destinação de resultados	61
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	63
2.10 Planos de negócios	64
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	66
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	67
3.2 Acompanhamento das projeções	68

# Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	69
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	87
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	90
4.4 Processos não sigilosos relevantes	99
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	101
4.6 Processos sigilosos relevantes	103
4.7 Outras contingências relevantes	104
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	105
5.2 Descrição dos controles internos	106
5.3 Programa de integridade	107
5.4 Alterações significativas	113
5.5 Outras informações relevantes	114
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	115
6.3 Distribuição de capital	136
6.4 Participação em sociedades	137
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	138
6.6 Outras informações relevantes	139
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	140
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	141
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	142
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	143
7.4 Composição dos comitês	149
7.5 Relações familiares	150
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	151
7.7 Acordos/seguros de administradores	152
7.8 Outras informações relevantes	153
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	154

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	155
8.3 Remuneração variável	159
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	160
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	161
8.6 Outorga de opções de compra de ações	162
8.7 Opções em aberto	163
8.8 Opções exercidas e ações entregues	164
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	165
8.10 Outorga de ações	166
8.11 Ações entregues	167
8.12 Precificação das ações/opções	168
8.13 Participações detidas por órgão	169
8.14 Planos de previdência	170
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	171
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	172
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	173
8.18 Remuneração - Outras funções	174
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	175
8.20 Outras informações relevantes	176
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	177
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	179
9.4 Outras informações relevantes	180
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	181
10.2 Alterações relevantes	182
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	183
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	184
10.5 Outras informações relevantes	185
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	186

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	188
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	198
11.3 Outras informações relevantes	212
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	213
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	215
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	216
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	219
12.5 Mercados de negociação no Brasil	220
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	221
12.7 Títulos emitidos no exterior	222
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	223
12.9 Outras informações relevantes	224
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	225
13.1 Declaração do diretor presidente	226
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	227
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	228

## 1.1 Histórico do emissor

A Companhia iniciou suas atividades há 28 anos, inicialmente operando como uma franquia de outro player do setor de locação de veículos, com uma frota de 30 carros, em Bebedouro, estado de São Paulo.

Em 2006, encerrou as atividades na modalidade de franquia e passou a adotar nome próprio, Let's Rent a Car, ainda na atividade de locação diária de veículos (*rent a car*).

Em 2009, muda seu foco para a atividade de terceirização de frotas corporativas e, com isso, encerra as atividades de suas lojas próprias.

Em 2011, muda de patamar ao adquirir as carteiras de clientes de duas outras empresas (Nova e Lopira), passando a ter uma frota de aproximadamente 5.100 veículos, ainda concentrada em veículos leves.

Em 2015, promove a associação de suas atividades com dois outros players do setor (Salute e Valoriza), promovendo nova mudança de patamar de sua escala.

Em 2018, a Companhia é adquirida pela Vix Logística, parte do Grupo Águia Branca, com mais de 75 anos de história, e passa a integrar uma plataforma de negócios diversificados em logística.

Em 2021, passa a atuar no segmento de assinatura de carros por meio do V1, uma plataforma de transporte por aplicativo.

Em 2022, fruto de novo posicionamento estratégico, passa a atuar no segmento de locação de veículos pesados.

Em abril de 2023, em novo movimento transformacional, adquire a Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A. ("EBEC"), empresa fundada em Minas Gerais com 59 anos de atuação com destaque no nicho de locação de veículos especializados para atender ao setor de mineração e toda sua cadeia produtiva.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Lets é uma Companhia com mais de 28 anos de experiência de mercado, tendo realizado atividades de aluguel (*rent a car*) e terceirização de frota (“GTF”), buscando ser sempre uma referência no segmento. Sediada na cidade de Araraquara, no estado de São Paulo, em 2018 passou a fazer parte da VIX e do Grupo Águia Branca, um dos maiores conglomerados de transporte e logística do Brasil, que atua em todo o território nacional com transporte de passageiros, soluções de logística e comércio de veículos, renovando o compromisso de buscar excelência nos serviços prestados e proximidade com os clientes.

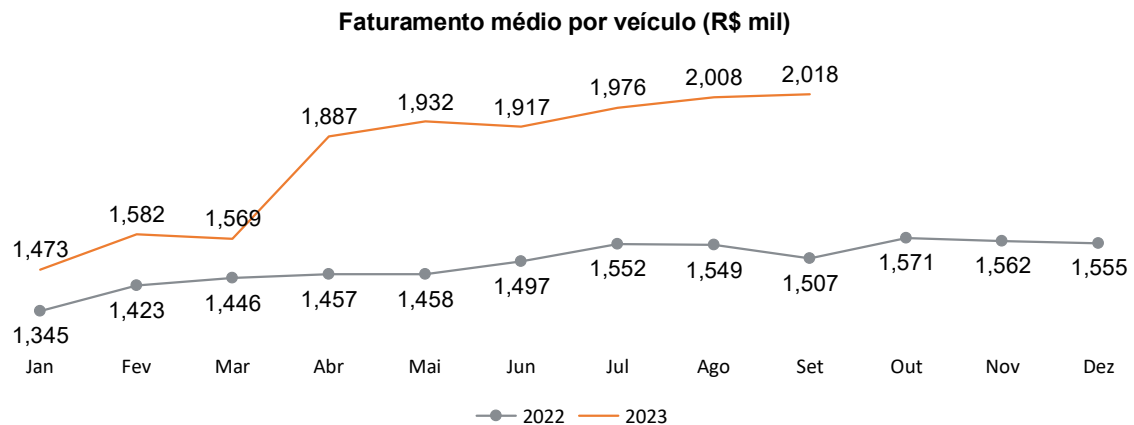
Atualmente, a Companhia atua majoritariamente no segmento de Gestão e Terceirização de Frotas (“GTF”), em todo o território nacional. A atividade prevê a execução dimensionada de acordo com a frota demandada e conta também com atividades de personalização, gestão de manutenção, disponibilidade imediata e documentação, entre outros serviços que isentam o cliente de todos os ônus ligados à aquisição de um veículo. Dessa forma, o cliente pode focar em sua atividade principal e deixar de se preocupar com atividades que não fazem parte do negócio principal de sua empresa.

Os contratos firmados são corporativos, de longo prazo (entre 24 e 60 meses) com possibilidade de renovação, sendo personalizados de acordo com a realidade do cliente. Além disso, a compra dos veículos é feita apenas após o êxito na concorrência (“BIDs”), para melhor atender a necessidade do cliente.

A atividade de GTF é uma atividade de capital intensivo com pouco custo fixo e baixa barreira de entrada, por isso a Companhia tem foco em oferecer soluções inovadoras e customizadas às necessidades de seus clientes, de forma a “descomoditizar” o produto ofertado e garantir retornos acima dos da média do mercado.

Buscando atuar com frota de veículos de qualidade, em adequado estado de conservação e baixa quilometragem, a Companhia mantém permanente o processo de renovação de sua frota operacional. A estratégia é investir em frota de maior valor agregado associado a prestação de serviço de gestão de frota, gerando assim um aumento de receita por veículo locado, resultando maior rentabilidade para o negócio e consolidação da marca Lets no mercado de locação de veículos.

Como é possível observar no gráfico abaixo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, tal estratégia da Companhia resultou no aumento do valor oferecido ao cliente, refletido no ticket médio de locação de frotas.

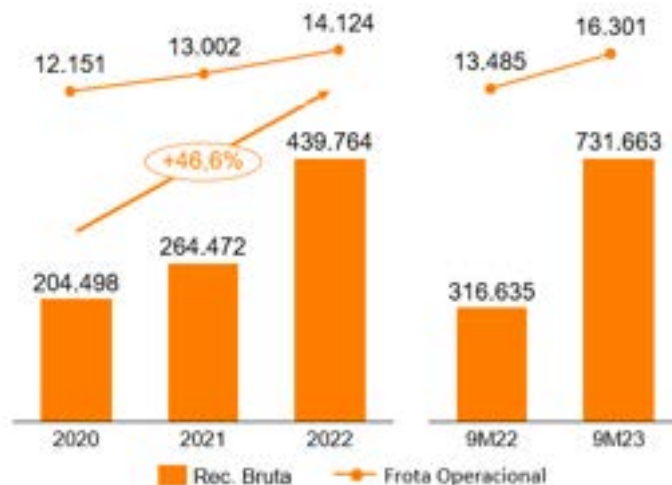


Fonte: Companhia

A Companhia entende que possui um modelo de negócios moderno e inovador que tem como foco principal o atendimento personalizado, a qualidade do serviço prestado, uma gestão ativa, colaborativa e a satisfação de seus clientes. A estratégia de negócios tem permitido alcançar expressivo crescimento em termos de receita e clientes, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, que indica o crescimento de receita bruta e da frota operacional:

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

**Receita Bruta (milhares R\$) e Frota Operacional (unidades)**



Fonte: Companhia

Ao longo dos anos, a Lets vem desenvolvendo relacionamentos comerciais estratégicos junto às principais montadoras do país, permitindo condições de compra diferenciadas, volume e confiabilidade na entrega de veículos novos, permitindo assim o crescimento sólido na frota.

Hoje, a Lets atua em todo o Brasil, e conta com um portfólio diversificado de setores de atuação, garantindo capilaridade no faturamento.

### Presença da frota Lets e Mercados de atuação

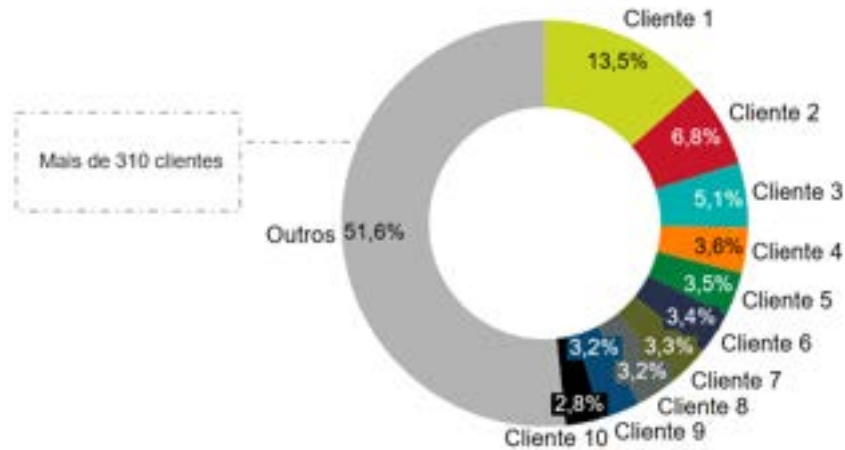


Fonte: Companhia, com data base em 30 de setembro de 2023.

Adicionalmente, a Companhia possui relação de longo prazo com seus principais clientes, o que viabiliza estabelecer contratos duradouros, fidelização e baixa taxa de inadimplência, garantindo, portanto, um retorno eficiente de suas operações:

### Concentração de receita por cliente (%)

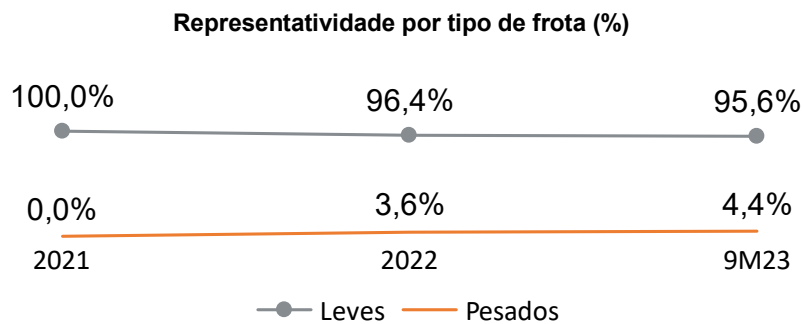
## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia, com data base em 30 de setembro de 2023.

### Gestão de Frotas

A Lets atua na gestão de frotas e alugueis de veículos leves e pesados de longo prazo, business to business, com duração média de contratos de 34,6 meses (em 30 de setembro de 2023), sendo que sua frota estava dividida entre veículos leves e pesados nas datas demonstradas abaixo:



Fonte: Companhia, com data base em 30 de setembro de 2023.

O negócio de gestão de frotas engloba o estudo de necessidade individualizado do cliente, com o dimensionamento de frota adequado, incluindo a adaptação de acessórios de segurança e documentação assessoria, manutenção preventiva e corretiva ao longo do contrato, logística e gestão. A customização da frota é realizada de acordo com a necessidade de cada cliente e a gestão é feita de forma que o cliente receba informações relevantes e soluções inovadoras que contribuam para a melhoria de produtividade e redução de custos, permitindo que foquem seus esforços em seu *core-business*.

A Companhia oferece todo o suporte de documentação, tal como pagamento de IPVA e multas, além de relatórios gerenciais online que oferecem transparência, agilidade e ganho de produtividade, oferecendo diversas modalidades contratuais, que incluem manutenção corretiva e preventiva, seguro, substituição de pneus, veículos reservas, além de variedade de marcas e modelos de veículos.

### Crescimento das operações

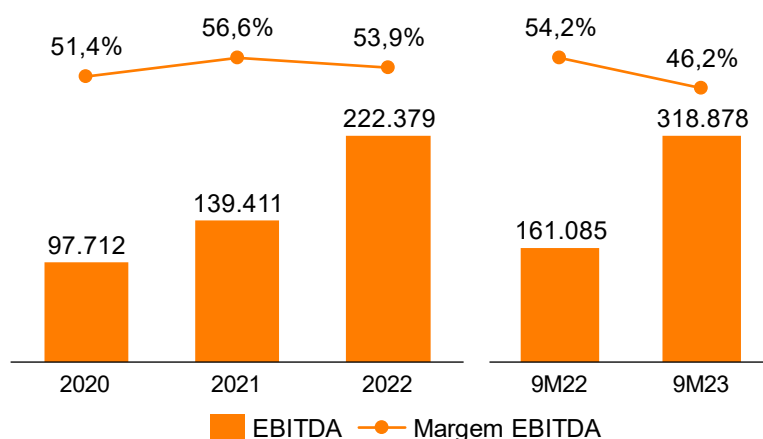
A Companhia vê reais oportunidades para o crescimento de suas operações, com base na tendência crescente de terceirização e gestão de frotas pelas empresas do setor, devido à necessidade de maior foco em suas respectivas atividades principais, redução das bases de ativos, melhor controle e mais informações relativas à frota e adoção das melhores práticas de mercado.

Analisando o crescimento do EBITDA entre 2020 e o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, considerando as receitas com venda de veículos, a Companhia também apresentou um crescimento significativo e sustentado:



## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

EBITDA Total (milhares R\$) e Margem EBITDA (%)



Fonte: Companhia

Como se pode observar na figura abaixo, os resultados positivos obtidos pela Companhia refletem a elevada taxa de crescimento do setor nos últimos anos. Mesmo assim, considerando que a estratégia de terceirização de frota ainda é subutilizada nas empresas brasileiras quando comparamos a outras nações, reforça-se uma perspectiva positiva de expansão setorial, o que conseqüentemente, oferece oportunidade de crescimento para a Companhia:



Assim, a Companhia pretende continuar a investir no modelo de negócio baseado nos pilares de excelência operacional, execução e qualidade no atendimento ao cliente, para expandir organicamente a operação e aumentar o *market share*.

### Aumento da Terceirização de Frota

A baixa penetração somada à retomada do crescimento econômico e à tendência crescente de terceirização de frotas pelas empresas (devido à necessidade de maior foco no *core business* e à redução da base de ativos por parte das empresas), representam oportunidades de expansão da Companhia.

### Investimentos em Inovações e Melhorias Operacionais

Atentos às oportunidades de crescimento e novos modelos de negócios, a companhia está sempre buscando diversificar seus produtos e solucionar as dores do mercado no que tange a mobilidade *business-to-business*. Além disso, a Companhia pretende investir em tecnologia e no lançamento de novos produtos/soluções que reforçam seu posicionamento, melhoram a experiência do cliente e a conveniência do negócio de gestão de frota. A Companhia implementa e planeja continuar a implementar novos sistemas de tecnologia que fortaleçam sua capacidade de análise de dados e gerenciamento, otimizando custo e oferecendo um melhor serviço para seus clientes.

### Manter sólida estrutura de capital e administração de caixa conservadora

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia continua a observar suas políticas de manutenção de disponibilidades financeiras adequadas às suas necessidades operacionais, bem como de manutenção de linhas de créditos com instituições financeiras para suportar as necessidades de crescimento. As estratégias de tesouraria, no que diz respeito à aplicação financeira e captação de recursos, vão continuar alinhadas com o planejamento estratégico e a operação. A Companhia pretende continuar a preservar a consistente geração de caixa operacional, elevar os índices de disponibilidade de caixa e liquidez, ampliar o acesso a fontes mais competitivas de captação de recurso, mantendo adequados o perfil e o nível de endividamento, e conseqüentemente, preservando o *rating* das agências de classificação de risco.

### Venda de seminovos

A venda dos seminovos é fundamental para manter modelo de negócios sustentável e rentável. Cada vez mais se faz necessário uma gestão detalhada da frota ativa, administrando de forma efetiva desde o custo de manutenção da frota e tempo de uso, até o processo de desmobilização, preparação para venda e efetivação da venda do ativo. A Companhia vem ano após ano profissionalizando esse setor, reforçando o time, abrindo novos canais de venda e estabelecendo estratégias específicas para conseguir atingir a metas de venda para o ano.

### Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização dos cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, sobretudo se ocorrendo de maneira combinada. Dentre os riscos relacionados à Companhia, destacam-se:

***O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente***

Em 31 de dezembro de 2020, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 152,9 milhões. Já em 31 de dezembro de 2021, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 327,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 a soma dos saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante era de R\$ 441,1 milhões e em 30 de setembro de 2023, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 1.312,4 milhões. A Companhia pode vir a buscar empréstimos, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. Um alto grau de alavancagem da Companhia pode ter conseqüências materiais, incluindo:

- aumento da vulnerabilidade a desacelerações ou mudanças adversas em condições econômicas, setoriais ou competitivas gerais e mudanças adversas nos regulamentos governamentais;
- exigência de parcela substancial dos fluxos de caixa das operações a serem dedicados ao pagamento de principal e juros sobre seu endividamento, reduzindo a capacidade de usar seus

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócios;

- exposição ao risco de aumento das taxas de juros, pois a maioria de seus empréstimos são contratados em taxas de juros pós fixadas;
- limitação da sua capacidade de fazer aquisições estratégicas ou em fazendo tais aquisições ser obrigada a realizar desinvestimentos não estratégicos;
- limitação da sua capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, despesas de capital, recompra de ações, desenvolvimento de linha de produtos ou serviços, requisitos de serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos ou outros; e
- limitação da sua capacidade de se ajustar a mudanças nas condições de mercado, colocando a Companhia em desvantagem competitiva em comparação com os seus concorrentes que são menos alavancados ou que possuam menor risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações nos contratos de financiamento vigentes, bem como em possíveis novos contratos, as quais, se descumpridas, poderão resultar no vencimento antecipado de tais dívidas, bem como na consequente aceleração de outras dívidas (*cross default* e *cross acceleration*), o que poderá impactar adversamente a situação financeira e os negócios da Companhia. Para mais informações, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

Em razão de sua estratégia de expansão, a Companhia pode vir a contratar novas dívidas no futuro. A Companhia não tem como garantir que a sua capacidade de geração de caixa decorrente da exploração de suas atividades comerciais evoluirá proporcionalmente ao crescimento do seu endividamento e será suficiente para cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida em que é parte, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 79,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 343,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 159,0 milhões e em 30 de setembro de 2023, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 202,2 milhões. A Companhia pode vir a buscar empréstimos adicionais, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. O aumento do endividamento e a insuficiência do fluxo de caixa, o qual fora negativo nos períodos citados podem impactar de forma adversa o resultado de suas operações e a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras.

***O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos.***

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A precificação destes contratos leva em consideração a vida útil e o preço por quilometro rodado, conforme patamares orçados, sendo o seu volume e preço na revenda determinantes para que a Companhia alcance o retorno mínimo esperado de cada operação.

O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos. O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra de veículos a serem utilizados para locação a seus clientes e termina com sua posterior venda ao final do período que a Companhia entender adequado para tanto, considerando-se fatores como condições de mercado, vida útil do veículo, critérios de quilometragem, condição do veículo no momento da desmobilização e histórico de sinistralidade.

O valor do aluguel e da diária de cada veículo leva em consideração o seu valor de venda ao término do referido ciclo, sendo o seu volume e preço na venda determinantes para se alcançar o retorno mínimo esperado de cada operação. Além disso, os preços praticados no mercado de locação de veículos também podem eventualmente influenciar o valor do aluguel.

A restrição ao crédito e o aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses veículos e reduzir de forma significativa a liquidez destes. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de venda dos veículos, criando um maior deságio em relação ao preço pelo qual são adquiridos. Caso a estimativa de depreciação efetiva futura não seja adequadamente realizada pela Companhia, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Além disso, como a Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes veículos, o cálculo de depreciação estimada dos veículos,

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

calculada pela diferença entre o custo de aquisição do veículo e o valor de mercado estimado na data de venda, poderá ser superior ao cálculo estimado, o que, por sua vez, poderia afetar de forma adversa os negócios da Companhia.

### ***A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.***

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e em seus mercados poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de veículos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

### ***Uma falta de liquidez no mercado local de debêntures pode comprometer a capacidade ou condições de financiamento da Companhia.***

As captações de recursos da Companhia ocorrem primordialmente por meio de debêntures emitidas no mercado local. Em um cenário de falta de liquidez local e outros motivos que afetem o mercado de capital brasileiro, a Companhia poderá precisar acessar outros mercados em condições piores daquelas já existentes hoje, o que poderá reduzir e prejudicar a sua capacidade de captação. Tal fato pode comprometer o volume de captações, prazos de pagamento da dívida e/ou custo de emissão das novas dívidas e, conseqüentemente, afetar a capacidade de crescimento ou a saúde financeira dos negócios da Companhia.

### ***A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants).***

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições de contratos de empréstimos, que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, vencimento antecipado cruzado (*cross default e cross acceleration*), reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida contratados pela Companhia. Além disso, os contratos contêm disposições de vencimento antecipado e restrições a novas captações em certas condições, como, por exemplo, a manutenção de certos índices financeiros. Adicionalmente, a existência de limitações sobre seu endividamento poderá impedir a Companhia de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento de suas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e situação financeira. Caso precise incorrer em novo endividamento em razão de sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, a Companhia poderá ser impedida de contratá-lo em virtude dessas restrições ou ser obrigada a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá afetar negativamente seu fluxo de caixa e seus resultados operacionais. Para mais informações a respeito do tema, vide seção 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

Em 30 de setembro de 2023, 100% do endividamento da Companhia estava vinculado à contratos que possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado, ou seja, caso qualquer dívida da Companhia seja considerada vencida antecipadamente por qualquer motivo previsto em determinado contrato (que não o próprio pagamento da dívida), todo o endividamento da Companhia restará automaticamente vencido.

### 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **1.4 Produção/Comercialização/Mercados**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 1.5 Principais clientes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

#### **a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

#### **b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

#### **(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

#### **(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros**

*(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

*(ii) em favor de partidos políticos*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de partidos políticos.

*(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.



## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1.9 Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

**a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

A Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade. Contudo, a sua controladora, Vix Logística S.A. ("Vix"), publica, desde 2021, Relatório de Sustentabilidade, o qual consolida as informações das suas controladas diretas e indiretas, utilizando o método GRI, orientado para divulgação mais ampla de informações, fornecendo estrutura e padrões para uma compreensão mais abrangente dos impactos da organização alinhados aos temas materiais, definidos conforme engajamento dos *stakeholders*, indicadores complementares relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e *Sustainability Accounting Standards Board* - SASB. O relatório de Sustentabilidade da Vix está disponível para consulta no seu site de relações com investidores: <https://ri.vix.com.br/>

**b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

**c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

**d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

**e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

**f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

**g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

**h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A Companhia participa dos inventários de emissão de gases do efeito estufa, com o escopo 1 (emissões liberadas para a atmosfera como resultado direto das operações da própria empresa), 2 (emissões indiretas, provenientes da energia elétrica adquirida para uso da própria companhia) e 3 (emissões indiretas não incluídas no escopo 2) de sua controladora Vix, desde 2021. As informações podem ser encontradas no site <https://ri.vix.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>.

O inventário segue a metodologia GHG *Protocol* e não é auditado. A intenção desse inventário é reportar a sociedade voluntariamente as emissões de gases de efeito estufa da Companhia.

**i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

**(i) a não divulgação de informações ASG**

A Companhia não divulga informações de ASG por meio de relatórios anuais ou documentos específicos tendo em vista a ausência de um estudo detalhado para adoção de matriz de materialidade e considerando

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

que a sua controladora Vix realiza a divulgação de relatórios de sustentabilidade, que abrangem suas controladas diretas e indiretas. Entretanto, a Companhia, reconhecendo seu papel na sociedade e os anseios do mercado para reportar esses indicadores, aborda o tema constantemente, considerando a realidade da Companhia perante as obrigações ASG.

*(ii) a não adoção de matriz de materialidade*

A Companhia não divulga informações de ASG por meio de relatórios anuais ou documentos específicos tendo em vista a ausência de um estudo detalhado para adoção de matriz de materialidade e considerando que a sua controladora Vix já realiza a divulgação de relatórios de sustentabilidade, que abrangem suas controladas diretas e indiretas. Entretanto, a Companhia, reconhecendo seu papel na sociedade e os anseios do mercado para reportar esses indicadores, aborda o tema constantemente, considerando a realidade da Companhia perante as obrigações ASG.

*(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG*

A Companhia não divulga informações de ASG por meio de relatórios anuais ou documentos específicos tendo em vista a ausência de um estudo detalhado para adoção de matriz de materialidade e considerando que a sua controladora Vix já realiza a divulgação de relatórios de sustentabilidade, que abrangem suas controladas diretas e indiretas. Entretanto, a Companhia, reconhecendo seu papel na sociedade e os anseios do mercado para reportar esses indicadores, aborda o tema constantemente, considerando a realidade da Companhia perante as obrigações ASG.

*(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas*

A Companhia não divulga informações de ASG por meio de relatórios anuais ou documentos específicos tendo em vista a ausência de um estudo detalhado para adoção de matriz de materialidade e considerando que a sua controladora Vix já realiza a divulgação de relatórios de sustentabilidade, que abrangem suas controladas diretas e indiretas. Entretanto, a Companhia, reconhecendo seu papel na sociedade e os anseios do mercado para reportar esses indicadores, aborda o tema constantemente, considerando a realidade da Companhia perante as obrigações ASG.

*(v) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa*

Não aplicável, uma vez que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme item "h" acima.

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia (dentro os quais destacamos a aquisição da EBEC, em abril de 2023) e já foram devidamente descritos no item 1.12 deste Formulário de Referência.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

### 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Evento	Aquisição da EBEC
Descrição	<p>Em 15 de fevereiro de 2023 foi celebrado o “<i>Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Participações e Outras Avenças</i>”, o qual tem por objeto a aquisição, pela Let’s Rent a Car S.A, da totalidade das ações/quotas representativas do capital social da EMAA e da EMG (estas últimas controladoras diretas da EBEC) (“Contrato de C&amp;V”), de modo que a Companhia passou a ser controladora direta da EMAA e da EMG e controladora indireta da EBEC.</p> <p>A transação está alinhada com a estratégia de crescimento da Vix Logística na atividade de Gestão e Terceirização de Frota (GTF) e de consolidação da Companhia como um relevante player no mercado nacional, e tem como objetivo trazer para a Companhia uma importante expansão de sua carteira de clientes e abrangência geográfica, bem como uma posição diferenciada no atendimento ao segmento de pick-ups 4x4, visando sempre uma contínua e sustentável geração de valor para todos os seus <i>stakeholders</i>.</p> <p>O valor total envolvido na aquisição foi de R\$ 307,6 milhões, sujeito aos ajustes de preço usuais nesse tipo de transação, além da assunção do endividamento líquido da EBEC. Consumadas as condições precedentes, foi pago o valor de R\$ 137,7 milhões no ato do fechamento da transação e, sujeitos a eventuais ajustes de preço, os valores de R\$ 123,7 milhões serão pagos em 36 parcelas mensais consecutivas e R\$ 46,1 milhões ao final de 5 anos após a data de fechamento.</p> <p>A Operação foi concluída em 12 de abril de 2023.</p>
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	<p>Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos fatos relevantes divulgados pela Vix Logística em 17 de fevereiro de 2023 e 12 de abril de 2023, disponíveis no site da CVM (<a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a>) e no site de relações com investidores da Vix (<a href="https://ri.vix.com.br/documentos-cvm/fatos-relevantes/">https://ri.vix.com.br/documentos-cvm/fatos-relevantes/</a>).</p>

Evento	Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A.
Descrição	<p>Em 31 de outubro de 2023 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A., nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A.” (“Protocolo”), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 18 de outubro de 2023 (“Incorporação”), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let’s Rent a Car S.A, da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Incorporada”), em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações.</p> <p>A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação.</p> <p>Como consequência da Incorporação, a Companhia pode amortizar fiscalmente o ágio no valor total de R\$56.425.099,71 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos) registrado quando da aquisição pela Companhia de sua participação na Incorporada.</p> <p>No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresse reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.</p>
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	<p>Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2023, disponíveis no site da CVM (<a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a>) e no site de relações com investidores da Companhia (<a href="https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/">https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/</a>).</p>

Evento	Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA.
Descrição	<p>Em 31 de outubro de 2023 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA., nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA.” (“Protocolo”), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 18 de outubro de 2023 (“Incorporação”), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let’s Rent a Car S.A, da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA.</p>

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

	<p>("Incorporada"), em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações.</p> <p>A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação.</p> <p>Como consequência da Incorporação, a Companhia poderá amortizar fiscalmente o ágio no valor total de R\$35.589.348,14 (trinta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos) registrado quando da aquisição pela Companhia de sua participação na Incorporada.</p> <p>No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresse reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.</p>
<b>Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas</b>	Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2023, disponíveis no site da CVM ( <a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a> ) e no site de relações com investidores da Companhia ( <a href="https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/">https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/</a> ).



### **1.13 Acordos de acionistas**

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não há qualquer acordo de acionistas vigentes para a Companhia.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

Nos últimos três exercícios e no exercício social vigente, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

Nos últimos três exercícios e no exercício social vigente, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

## **1.16 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 1.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. Comentários dos Diretores

#### 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

##### Introdução

Os diretores da Companhia apresentam neste item 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2023, exceto para Balanço Patrimonial, cuja análise do período encerrado em 30 de setembro de 2023 é realizada diretamente contra o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As informações aqui constantes devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia ([ri.lets.com.br](http://ri.lets.com.br)). As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

A aquisição teve efeito a partir de abril de 2023. Dessa forma, as demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023 consideram os efeitos de tal aquisição desde tal data.

#### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais consolidadas

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios

#### Endividamento

(R\$ mil, exceto Índice)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021	2020
Passivo Circulante	227.139	192.884	137.462	124.311
Passivo Não Circulante	1.505.872	502.226	302.940	98.185
<b>Total Passivo</b>	<b>1.733.011</b>	<b>695.110</b>	<b>440.402</b>	<b>222.496</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>721.962</b>	<b>610.237</b>	<b>532.807</b>	<b>308.165</b>
Caixa e equivalentes de caixa	159.020	1.534	58.569	49.759
Títulos e valores Imobiliários	74.636	38.035	75.402	12.490
Dívida Bruta	1.312.385	441.128	326.995	152.916
Dívida líquida bancária	1.078.729	401.559	193.024	90.667
<b>Índice de Endividamento <sup>(1)</sup></b>	<b>2,40</b>	<b>1,14</b>	<b>0,83</b>	<b>0,72</b>
<b>Índice de Dívida Líquida Bancária sobre o Patrimônio Líquido <sup>(2)</sup></b>	<b>1,49</b>	<b>0,66</b>	<b>0,36</b>	<b>0,29</b>

(1) O índice de endividamento corresponde à razão entre passivo total e patrimônio líquido

(2) razão entre dívida líquida bancária e patrimônio líquido

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aumento do índice de endividamento e o aumento da posição de caixa entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é reflexo do ganho de escala e mercado da Companhia. Já o aumento da dívida líquida bancária e do índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é reflexo da alavancagem necessária para garantir o ganho de escala saudável da Companhia.

O aumento do índice de endividamento e a diminuição da posição de caixa entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 é reflexo do encerramento de algumas operações mais antigas, bem como o cumprimento dos vencimentos de dívida. Já o aumento da dívida líquida bancária e do índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 é reflexo de novas captações para suportar as operações.

O aumento da dívida líquida bancária e do índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido entre 31 de dezembro de 2022 e 30 de setembro de 2023 é reflexo de novas captações realizadas para suportar novas operações, do reperfilamento das dívidas bancárias da EBEC e da rentabilidade dos contratos já existentes.

### Índice de Liquidez

Liquidez Corrente	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021	2020
(R\$ mil, exceto índice)				
Ativo Circulante	467.628	142.698	185.557	105.823
Passivo Circulante	227.139	192.884	137.462	124.311
<b>Liquidez corrente <sup>(1)</sup></b>	<b>2,06</b>	<b>0,74</b>	<b>1,35</b>	<b>0,85</b>

<sup>(1)</sup> O índice de liquidez corrente corresponde à razão entre ativo circulante e passivo circulante.

Liquidez Geral	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021	2020
(R\$ mil, exceto índice)				
Ativo Circulante + Ativo Não Circulante	1.987.345	1.162.649	973.209	530.661
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	1.733.011	695.110	440.402	222.496
<b>Liquidez geral <sup>(1)</sup></b>	<b>1,15</b>	<b>1,67</b>	<b>2,21</b>	<b>2,39</b>

<sup>(1)</sup> O índice de liquidez geral corresponde à razão entre a soma do ativo circulante e não circulante e o passivo circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de liquidez corrente apresentou um aumento e o índice de liquidez geral apresentou redução quando comparados com os índices apurados em 31 de dezembro de 2020. O primeiro é reflexo de uma gestão de caixa robusta. Já o segundo é reflexo do aumento no nível de endividamento da Companhia, pautado no volume de investimentos acentuado para garantir a rentabilidade das operações.

Em 31 de dezembro de 2022, ambos os índices apresentaram diminuição, quando comparados com os índices apurados em 31 de dezembro de 2021, reflexo de do nível de endividamento elevado durante o exercício.

Em 30 de setembro de 2023, o índice de liquidez corrente apresentou aumento e o índice de liquidez geral apresentou redução, quando comparados com os índices apurados em 31 de dezembro de 2022, reflexo da gestão de capital de giro e do índice de endividamento.

### Rentabilidade

As tabelas a seguir mostram a evolução do índice de rentabilidade da Companhia:

ROE – Retorno sobre o patrimônio líquido (R\$ mil, exceto índice)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021	2020
Lucro Líquido do período/exercício	57.902	66.783	45.996	29.618
Patrimônio Líquido	721.962	610.237	532.807	308.165
<b>ROE - Retorno sobre o patrimônio líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>8,02%</b>	<b>10,94%</b>	<b>8,63%</b>	<b>9,61%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<sup>(1)</sup> O retorno sobre o patrimônio líquido corresponde à razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido do período.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de rentabilidade apresentou redução quando comparado com o índice apurado em 31 de dezembro de 2020, em razão da integralização de capital social através da Controladora.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de rentabilidade apresentou aumento quando comparado com o índice apurado em 31 de dezembro de 2021, em razão dos bons resultados obtidos pela operação, após ganho de escala significativo.

Em 30 de setembro de 2023, o índice de rentabilidade apresentou redução quando comparado com o índice apurado em 31 de dezembro de 2022, em razão de condições de mercado mais restritivas especialmente no que diz respeito às despesas financeiras líquidas, e do impacto do encerramento de algumas operações no lucro líquido da Companhia.

### Lucratividade

A tabela a seguir mostra a evolução do índice de lucratividade da Companhia:

Lucratividade (R\$ mil, exceto índice)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de	Exercício findo em 31 de dezembro de		
		2023	2022	2021
Lucro Líquido do período/exercício	57.902	66.783	45.996	29.618
Receita operacional líquida	689.839	412.231	246.429	189.974
<b>Margem líquida - lucratividade <sup>(1)</sup></b>	<b>8,39%</b>	<b>16,20%</b>	<b>18,67%</b>	<b>15,59%</b>

<sup>(1)</sup> O índice de lucratividade ou margem líquida, corresponde a razão entre o lucro líquido do período/exercício e a respectiva receita operacional líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o índice de lucratividade apresentou aumento quando comparado com o índice apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em razão do ganho de escala da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o índice de lucratividade apresentou redução quando comparado com o índice apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em razão das condições de mercado mais restritivas, impactando diretamente os resultados da Companhia.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, o índice de lucratividade apresentou redução quando comparado com o índice apurado em 31 de dezembro de 2022, ainda em razão do das condições de mercado e do encerramento de algumas operações.

### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades e crescimento perante o mercado, na proporção apresentada na tabela abaixo:

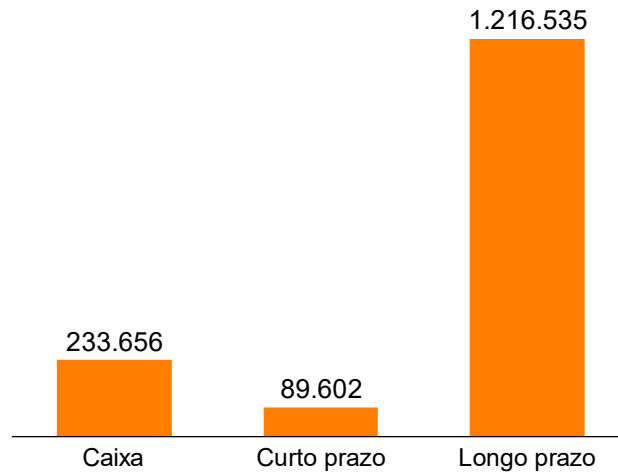
(R\$ mil, exceto %)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
		2023	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.733.011	695.110	440.402	222.496
Capital próprio (patrimônio líquido)	721.962	610.237	532.807	308.165
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>2.454.973</b>	<b>1.305.347</b>	<b>973.209</b>	<b>530.661</b>
<b>Parcela de capital de terceiros</b>	<b>70,59%</b>	<b>53,25%</b>	<b>45,25%</b>	<b>41,93%</b>
<b>Parcela de capital próprio</b>	<b>29,41%</b>	<b>46,75%</b>	<b>54,75%</b>	<b>58,07%</b>

### (c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Abaixo, segue gráfico demonstrando o caixa total da Companhia, bem como as dívidas de curto e longo prazo, em 30 de setembro de 2023:

**Caixa<sup>1</sup>, Dívida de Curto Prazo<sup>2</sup> e Dívida de Longo Prazo<sup>3</sup> (R\$ milhares)**



Fonte: Companhia, com data base em 30 de setembro de 2023

- (1) Caixa Total corresponde à soma de (i) caixa e equivalente de caixa circulante; (ii) títulos e valores mobiliários circulante; e (iii) títulos e valores mobiliários não circulante
- (2) Dívida Curto prazo corresponde à soma de (i) empréstimos e financiamentos circulantes; e (ii) operações com derivativos circulantes
- (3) Dívida Longo Prazo corresponde à soma de (i) empréstimos e financiamentos não circulantes; e (ii) operações com derivativos não circulantes

As atividades da Companhia envolvem, necessariamente, a compra de veículos. Os veículos, quando adquiridos, são contabilizados integralmente no ativo não circulante (imobilizado), enquanto o financiamento de sua compra é parcialmente contabilizado no passivo circulante. Por essa razão, os índices de liquidez corrente da Companhia são relativamente baixos. Contudo, para uma análise mais adequada quanto à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos pela Companhia, os índices de liquidez devem ser analisados em conjunto com outros indicadores. Isso, porque, os veículos contabilizados no ativo imobilizado apresentam alta liquidez, de modo que, em qualquer necessidade de capital de giro, eles podem ser alienados com prazo médio de venda de 30 (trinta) dias.

Sendo assim, considerando que: (i) o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários da Companhia totalizava, em 30 de setembro de 2023, R\$ 233.656 mil (R\$ 39.569 mil em 31 de dezembro de 2022); (ii) o ativo imobilizado (não circulante) da Companhia, em 30 de setembro de 2023, totalizava R\$ 1.839.343 mil (R\$ 1.148.732 mil em 31 de dezembro de 2022); e (iii) o passivo circulante da Companhia totalizava, em 30 de setembro de 2023, R\$ 227.139 mil (R\$ 192.884 mil em 31 de dezembro de 2022), os Diretores acreditam que a Companhia possui a liquidez e a capacidade de geração de caixa suficiente para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses.

Assim, considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia. Caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 1.306.137 mil de empréstimos e financiamentos tomados.

A tabela abaixo mostra a posição de dívida líquida/patrimônio líquido da Companhia para as datas indicadas:

(R\$ mil, exceto índice)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021	2020



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	1.306.137	436.606	321.258	151.733
(-) Caixa e equivalentes de caixa	159.020	1.534	58.569	49.759
(-) Títulos e valores Imobiliários (Ativo circulante)	74.636	38.035	75.402	12.490
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.072.481</b>	<b>401.559</b>	<b>193.024</b>	<b>90.667</b>
Patrimônio líquido	721.962	610.237	532.807	308.165
<b>Dívida líquida/patrimônio líquido</b>	<b>1,49</b>	<b>0,66</b>	<b>0,36</b>	<b>0,29</b>

Vale mencionar também que o prazo médio dos contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes é de 34,6 meses, o que, somado ao baixo índice de inadimplemento, garante à Companhia uma previsibilidade e estabilidade de receita e fluxo de caixa futuro.

Por fim, a Companhia informa que continuará buscando as melhores condições para suas obrigações financeiras, com prazos de pagamento mais longo e com melhores taxas.

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

### (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

#### (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Modalidade	Moeda	Ano de Vencimento	Saldo em 30/09/2023	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
FINAME e CDI	R\$	2027	26.409	30.221	-	-
Empréstimo bancário para investimento	R\$	2027	510.379	241.136	276.485	72.072
Passivo de arrendamento - imóveis	R\$	2028	6.248	4.522	5.737	1.183
Nota Comercial	R\$	2028	149.612	-	-	-
Debêntures	R\$	2028	619.737	165.249	44.773	79.661
<b>Endividamento Total</b>	<b>R\$</b>		<b>1.312.385</b>	<b>441.128</b>	<b>326.995</b>	<b>152.916</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$</b>		<b>227.139</b>	<b>192.884</b>	<b>137.462</b>	<b>124.311</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>R\$</b>		<b>1.505.872</b>	<b>502.226</b>	<b>302.940</b>	<b>98.185</b>

As características particulares de cada uma das operações compreendidas pelas rubricas acima estão descritas a seguir:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contratante	Tipo de Operação	Contrato	Credor	Taxa de juros contratada (% a.a.)	Data contratação	Data vencimento	Tipo de garantia	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Total</b>	<b>FINAME/CDC</b>							<b>26.409</b>	<b>30.221</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 9271922 PAC 44007110490	BANCO ABC BRASIL S.A	100.00% TLP-IPCA + 7.41% a.a.	05/04/2022	15/04/2027	Garantia Real	758	736	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012206 PAC 44007107376	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	902	904	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012213 PAC 44007117770	SRC	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	499	501	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012214 PAC 44007117851	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	558	560	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012215 PAC 44007117940	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	1.394	1.399	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012217 PAC 44007118165	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	2.600	2.609	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012218 PAC 44007118203	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	2.600	2.609	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012219 PAC 44007118289	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	2.080	2.087	-	-

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012252 PAC 44007124254	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	02/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	738	740	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012253 PAC 44007124270	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	184	185	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012254 PAC 44007124564	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	225	226	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012256 PAC 44007124726	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	558	560	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012257 PAC 44007124815	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	822	824	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012270 PAC 44007188651	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.51% a.a.	10/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	343	344	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012271 PAC 44007188821	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.53% a.a.	10/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	604	606	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012291 PAC 44007270706	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.64% a.a.	31/05/2022	15/05/2027	Garantia Real	927	932	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012358 PAC 44007490293	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.58% a.a.	04/08/2022	15/07/2027	Garantia Real	134	135	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012396 PAC 44007955199	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.78% a.a.	24/08/2022	15/08/2027	Garantia Real	101	102	-	-

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012400 PAC 44008075842	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.78% a.a.	29/08/2022	15/08/2027	Garantia Real	325	326	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186601 PAC 44007313227	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	2.983	2.987	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186619 PAC 44007313421	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.45% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	597	597	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186627 PAC 44007313430	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	2.032	2.035	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186635 PAC 44007313456	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.45% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	597	597	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186651 PAC 44007313570	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	514	514	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328187038 PAC 44007377268	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.65% a.a.	05/08/2022	15/06/2027	Garantia Real	597	597	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328187046 PAC 44007377292	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.65% a.a.	05/08/2022	15/06/2027	Garantia Real	677	678	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012212 PAC 44007117703	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	2.065	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012216 PAC 44007118009	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	1.720	-	-

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012255 PAC 44007124653	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	688	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186643 PAC 44007313537	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	-	1.357	-	-
EMPRESA B DE ENGENHARIA E COMERCIO SA - EBEC	FINAME/CDC	Contrato nº123019	BCO RODOBENS	7,71	22/10/2020	15/03/2024	Garantia Real	170	-	-	-
EMPRESA B DE ENGENHARIA E COMERCIO SA - EBEC	FINAME/CDC	Contrato nº123085	BCO RODOBENS	7,57	26/10/2020	08/03/2024	Garantia Real	713	-	-	-
EMPRESA B DE ENGENHARIA E COMERCIO SA - EBEC	FINAME/CDC	Contrato nº123640	BCO RODOBENS	8,08	19/11/2020	17/04/2024	Garantia Real	236	-	-	-
EMPRESA B DE ENGENHARIA E COMERCIO SA - EBEC	FINAME/CDC	Contrato nº2152474	BANCO TOYOTA	9,42	02/03/2021	08/05/2024	Garantia Real	549	-	-	-
EMPRESA B DE ENGENHARIA E COMERCIO SA - EBEC	FINAME/CDC	Contrato nº126170	BCO RODOBENS	8,5	22/03/2021	22/05/2024	Garantia Real	390	-	-	-
<b>Total</b>	<b>Empréstimos para Financiamentos</b>							<b>510.379</b>	<b>241.136</b>	<b>276.485</b>	<b>72.072</b>
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 313.202.538	BANCO DO BRASIL S A	100.00% CDI + 2.25% a.a.	20/08/2021	10/08/2026	Garantia Quirografária	37.716	50.366	49.859	-

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 313.202.559	BANCO DO BRASIL S A	100.00% CDI + 1.95% a.a.	13/12/2021	02/12/2026	Garantia Quirografária	74.581	74.430	73.631	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 004 3 015044946	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.26% a.a.	09/08/2021	10/08/2026	Garantia Quirografária	50.500	50.397	49.879	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 237.3511.7000	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.16% a.a.	17/01/2023	18/12/2028	Garantia Quirografária	71.006	-	-	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 237.511.5000	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.51% a.a.	02/06/2023	02/05/2029	Garantia Quirografária	51.644	-	-	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 4131 69400961	BANCO CITIBANK S A	5.45% a.a.	14/02/2023	14/02/2028	Garantia Quirografária	60.519	-	-	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	ITAU - RES 4131 LE1224L401	ITAU UNIBANCO S A	1.90% a.a.	14/12/2021	16/12/2024	Garantia Quirografária	81.994	65.943	74.842	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº1028803	BANCO SANTANDER S A	100.00% CDI + 3.29% a.a.	10/06/2020	31/05/2022	Garantia Quirografária	-	-	28.273	72.072
EMPRESA B DE ENG E COMERCIO SA - EBEC	Empréstimo bancário para investimento	ITAU - RES 4131 AGE1357786	ITAU UNIBANCO S A	5.00% a.a.	16/02/2023	27/01/2027	Garantia Real	28.955	-	-	-
EMPRESA B DE ENG E COMERCIO SA - EBEC	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 1055995	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	100.00% CDI + 2.67% a.a.	19/05/2023	19/05/2025	Garantia Real	50.885	-	-	-
EMPRESA B DE ENG E COMERCIO SA - EBEC	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 1663254561	BANCO ITAU UNIBANCO	6,42	24/08/2020	28/08/2024	Garantia Real	2.579	-	-	-
<b>Total</b>	<b>Passivos de Arrendamento</b>							<b>6.247</b>	<b>4.522</b>	<b>5.737</b>	<b>1.183</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	Passivo de arrendamento - imóveis	IMOVEL COMERCIAL BUTANTA	CLAUDETE APARECIDA ESTEVES - IFRS 16	7,53%	01/01/2019	01/02/2024	N/A	15	39	67	92
LET'S Rent a Car SA	Passivo de arrendamento - imóveis	IMOVEL COMERCIAL CURITIBA	CONSÓRCIO EMPREENDEDORES SHOPPING ESTAÇÃO - IFRS16	8,19%	01/08/2021	10/08/2023	N/A	384	148	354	-
LET'S Rent a Car SA	Passivo de arrendamento - imóveis	IMOVEL COMERCIAL VILA VELHA	ESPIRITO SANTO MALL S/A - IFRS 16	8,19%	01/05/2021	15/05/2023	N/A	149	28	91	-
LET'S Rent a Car SA	Passivo de arrendamento - imóveis	IMOVEL COMERCIAL BUTANTA	JACQUES DIAMENT - IFRS 16	7,53%	01/01/2019	01/02/2024	N/A	30	78	134	185
LET'S Rent a Car SA	Passivo de arrendamento - imóveis	IMOVEL COMERCIAL BUTANTA	JOSE MANUEL BOUZON FERRADANS - IFRS 16	7,53%	01/01/2019	01/02/2024	N/A	15	39	67	92
LET'S Rent a Car SA	Passivo de arrendamento - imóveis	IMOVEL COMERCIAL ARARAQUARA	SUCOCITRICO CUTRALE LTDA - IFRS 16	8,19%	01/01/2022	05/01/2032	N/A	4.162	4.191	4.471	-
LET'S Rent a Car SA	Passivo de arrendamento - imóveis	IMOVEL COMERCIAL ARARAQUARA	AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA - IFRS 16	7,53%	01/01/2019	09/11/2023	N/A	-	-	553	814
EMPRESA B DE ENG E COMERCIO SA - EBEC	Passivo de arrendamento - imóveis	Contr08 - Sala 101-102-103	EBEC LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SA	1.40%	01/01/2022	30/09/2025	N/A	566	-	-	-
EMPRESA B DE ENG E COMERCIO SA - EBEC	Passivo de arrendamento - imóveis	Contr16 - Auto Estoque	AUTO ESTOQUE BH LTDA	1.40%	01/08/2022	30/07/2025	N/A	925	-	-	-
<b>Total</b>	<b>Notas Comerciais</b>							<b>150</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

LET'S Rent a Car SA	Nota Comercial	1ª. NOTA COMERCIAL LETS-U1 - NC	BANCO BTG PACTUAL S.A.	100.00% CDI + 2.55% a.a.	15/03/2023	15/03/2028	Garantia Quirografária	150	-	-	-
<b>Total</b>	<b>Debêntures</b>							<b>620</b>	<b>165.249</b>	<b>44.773</b>	<b>79.661</b>
LET'S Rent a Car SA	Debêntures	DEBENTURES - 5ª Emissão	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 2.10% a.a.	30/06/2022	28/06/2027	Garantia Quirografária	165	158.844	-	-
LET'S Rent a Car SA	Debêntures	DEBENTURES - LETS14	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 1.55% a.a.	25/02/2019	15/02/2023	Garantia Quirografária	-	6.405	44.773	79.661
Ebec SA	Debêntures	DEBENTURES - EBEC14	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100% CDI (+) 2,60 a.a.	08/08/2023	27/07/2029	Garantia Real	203	-	-	-
Ebec SA	Debêntures	DEBENTURES - EBEC15	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100% CDI (+) 2,60 a.a.	23/08/2023	11/08/2028	Garantia Real	252	-	-	-



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais e ao exercício social vigente, além daquelas já descritas no item 2.1 (f)(i) acima.

### (iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de setembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

### (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item “f” acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default* e *cross acceleration*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

As principais restrições encontram-se descritas abaixo:

- **Protesto de títulos:** os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item “f” acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente em caso de protesto de títulos, observado eventuais valores mínimos previstos em cada instrumento.
- **Pedido de recuperação judicial ou decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial:** os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item “f” acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente em caso de pedido recuperação judicial da Companhia, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, bem como em caso de insolvência dos avalistas, conforme aplicável.
- **Insuficiência e não formalização de garantias:** os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item “f” acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, possuem cláusula de vencimento antecipado na hipótese de insuficiência ou deterioração das garantias prestadas, bem como nas hipóteses de não formalização das referidas garantias, conforme exigências legais.
- **Falecimento/substituição dos Avalistas/Fiadores:** os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item “f” acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de não substituição dos avalistas.
- **Cross-default e cross-acceleration:** trata-se de uma antecipação do prazo de vencimento de um débito em decorrência de outra inadimplência ou decretação de vencimento antecipado. Todos os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item “f” acima, bem como todas as debêntures emitidas pela Companhia, possuem hipóteses de vencimento antecipado cruzado, seja em razão de inadimplência/vencimento antecipado de uma dívida com ele ou com um outro credor.
- **Alteração ou Alienação do controle societário:** todas as Debêntures emitidas pela Companhia, e os contratos celebrados com o Banco Itaú Unibanco S.A., o Banco Bradesco S.A.; o Banco do Brasil S.A.; o Banco Santander S.A.; o Banco Votorantim S.A., o Banco BOCOM BBM S.A., o Banco Safra S.A., o Banco ABC Brasil S.A. e o Banco PSA S.A. possuem cláusula de vencimento antecipado na hipótese de alteração ou alienação do controle societário da Companhia.
- **Reorganização societária:** os contratos celebrados com o Banco Bradesco S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco Votorantim S.A.; Banco Safra S.A.; o Banco ABC Brasil S.A.; o Banco PSA S.A.; e Banco Inter S.A., mencionados na tabela do item “f” acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente caso a Companhia realiza operações de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, transformação etc.), observado que em determinados instrumentos algumas operações de reorganização societária podem ser permitidas caso não resulta em alteração do controle da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **Inadimplência:** todos os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item “F” acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente caso a Companhia deixe de cumprir com qualquer das obrigações previstas nos referidos instrumentos.
- **Índices Financeiros:** alguns contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item “F” acima vencerão antecipadamente caso a Companhia não cumpra com determinados índices financeiros, são eles:

- 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 5ª emissão da Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

- Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
- EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0x.

Destaca-se que em setembro de 2022 a fiadora obteve junto aos Debenturistas, a flexibilização para o indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e desde então, observa os índices conforme a curva de flexibilização, abaixo:

Período	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24
Razão	2,2x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,2x	2,2x	2,3x	2,5x

Abaixo, seguem os indicadores de Dívida Líquida / EBITDA e EBITDA / Despesa Financeira Líquida performados pela fiadora no âmbito da 5ª emissão de debênture em 31 de dezembro de 2022 e em 30 de setembro de 2023:

Data	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	EBITDA/Despesa Financeira Líquida
30/09/2023	2,80x	2,36x
31/12/2022	3,13x	2,46x
31/12/2021	2,87x	5,77x
31/12/2020	2,54x	5,36x

- 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, de Distribuição Privada, da Companhia

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 1ª Nota Comercial Escritural da Companhia, deverá observar os seguintes índices financeiros:

- Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
- EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0x.

Destaca-se que em setembro de 2022 a fiadora obteve junto aos Titulares de Notas Comerciais a flexibilização para o indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e desde então, observa os índices conforme a curva de flexibilização, abaixo:

Período	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24
Razão	2,2x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,2x	2,2x	2,3x	2,5x

Abaixo, seguem os indicadores de Dívida Líquida / EBITDA e EBITDA / Despesa Financeira Líquida performados pela fiadora no âmbito da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais nos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Data	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	EBITDA/Despesa Financeira Líquida
30/09/2023	2,80x	2,36x
31/12/2022	3,13x	2,46x
31/12/2021	2,87x	5,77x
31/12/2020	2,54x	5,36x

Para facilitar a visualização das cláusulas restritivas (*covenants*), as quais podem causar o vencimento antecipado dos respectivos contratos de empréstimo ou financiamento, bem como das cláusulas de aceleração da dívida (*cross-acceleration*) e vencimento antecipado cruzado (*cross-default*) existentes em cada contrato de empréstimo ou financiamento relevante, veja a tabela abaixo:

Contratante	Contrato	Protesto de títulos	Pedido de recuperação judicial ou decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial	Insuficiência e não formalização de garantias	Falecimento / substituição dos Avalistas / Fiadores	Alteração ou Alienação do controle societário	Reorganização societária	Inadimplência	Índices Financeiros	Cross-default e cross-acceleration
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 9271922 PAC 44007110 490	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012206 PAC 44007107 376	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012213 PAC 44007117 770	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012214 PAC 44007117 851	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012215 PAC 44007117 940	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012217 PAC 44007118 165	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012218 PAC 44007118 203	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012219 PAC 44007118 289	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012252 PAC 44007124 254	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012253 PAC 44007124 270	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012254 PAC 44007124 564	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012256 PAC 44007124 726	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012257 PAC 44007124 815	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012270 PAC 44007188 651	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012271 PAC 44007188 821	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012291 PAC 44007270 706	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012358 PAC 44007490 293	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012396 PAC 44007955 199	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012400 PAC 44008075 842	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 32818660 1 PAC 44007313 227	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 32818661 9 PAC 44007313 421	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 32818662 7 PAC 44007313 430	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 32818663 5 PAC 44007313 456	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 32818665 1 PAC 44007313 570	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 32818703 8 PAC 44007377 268	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 32818704 6 PAC 44007377 292	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ebec SA	Contrato nº123019	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ebec SA	Contrato nº123085	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ebec SA	Contrato nº123640	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ebec SA	Contrato nº2152474	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ebec SA	Contrato nº126170	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 313.202.538	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 313.202.559	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 004 3 01504494 6	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 237.3511.7000	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 237.511.5000	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 4131 69400961	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	ITAU - RES 4131 LE1224L4 01	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ebec SA	ITAU - RES 4131 AGE1357 786	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ebec SA	Contrato nº 1055995	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ebec SA	Contrato nº 16632545 61	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	IMOVEL COMERCIAL BUTANTA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	IMOVEL COMERCIAL CURITIBA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	IMOVEL COMERCIAL BUTANTA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	IMOVEL COMERCIAL BUTANTA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	IMOVEL COMERCIAL ARARAQUARA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
EMPRESA B DE ENGE E COMERCIO SA - EBEC	Contr08 - Sala 101-102-103	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
EMPRESA B DE ENGE E COMERCIO SA - EBEC	Contr16 - Auto Estoque	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	1A. NOTA COMERCIAL LETS-U1 - NC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim
LET'S Rent a Car SA	DEBENTURAS - 5ª Emissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	DEBENTURAS - 4ª Emissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim
Ebec SA	DEBENTURAS - EBEC14	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim
Ebec SA	DEBENTURAS - EBEC15	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim

A obtenção de registro de emissor junto à CVM não é *covenant* exigido nos contratos financeiros da Companhia, inclusive emissões de debêntures.

Para mais informações sobre as emissões de debêntures da Companhia, veja a o item 12.3 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no acima nos termos repactuados.

Cabe ressaltar que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia encontra-se adimplente com todas as suas obrigações decorrente das escrituras de emissão das debêntures.

### (g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possui linhas de crédito de financiamento junto aos bancos ABC Brasil, Banco Alfa, Banco Safra e Banco do Nordeste no montante de R\$ 26.408.711,92. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais.

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 2021 e 2020 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente e, comparadas conforme especificado a seguir:

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

### PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(em R\$ mil, exceto %)	Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2023	AV	Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2022	AV	AH
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos	689.839	100%	297.180	100%	132,1%
Custos com prestação de serviços e venda de ativos	(468.062)	67,9%	(190.248)	64,0%	146,0%
Lucro bruto	221.777	32,1%	106.932	36,0%	107,4%
Despesas totais	(3.538)	0,5%	(355)	0,1%	896,6%
Despesas administrativas, gerais e comerciais	(20.008)	2,9%	(4.267)	1,4%	368,9%
Outras receitas (despesas), líquidas	16.470	2,4%	3.912	1,3%	321,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	218.239	31,6%	106.577	35,9%	104,8%
Resultado financeiro líquido	(126.374)	18,3%	(31.778)	10,7%	297,7%
Despesas financeiras	(167.495)	24,3%	(64.002)	21,5%	161,7%
Receitas financeiras	41.121	6,0%	32.224	10,8%	27,6%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.865	13,3%	74.799	25,2%	22,8%
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.294	0,2%	(1.571)	0,5%	-182,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.257)	5,1%	(23.493)	7,9%	50,1%
Lucro líquido do período	57.902	8,4%	49.735	16,7%	16,4%

### Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 689.839 mil e de R\$ 297.180 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 132,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, em linha com o plano estratégico de expansão da Companhia, além da consolidação dos resultados da companhia adquirida durante o período.

### **Custos com prestação de serviços e venda de ativos**

Os custos com prestação dos serviços e venda de ativos da Companhia período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 468.062 mil e de R\$ 190.248 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 146,0%. Este resultado é atribuído substancialmente ao aumento da frota de veículos da Companhia e da necessidade de manutenção, diretamente ligada ao perfil e idade média da frota.

### **Lucro bruto**

O lucro bruto da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 221.777 mil comparativamente a R\$ 106.932 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 107,4%. O lucro bruto representou 32,1% e 36,0% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, bem como à diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos veículos de propriedade da Companhia.

### **Despesas totais**

#### *Despesas Administrativas, Gerais e Comerciais*

As despesas administrativas, gerais e comerciais da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foram de R\$ 20.008 mil comparativamente a R\$ 4.267 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 368,9%. As Despesas administrativas, gerais e comerciais representaram 2,9% e 1,4% da receita líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento orgânico da Companhia, o que exige mais investimento em consultorias e contratação de novos funcionários.

#### *Outras receitas/despesas líquidas*

As outras receitas/despesas líquidas da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 16.470 mil e de R\$ 3.912 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 321,0%. As outras receitas/despesas líquidas representaram 2,4% e 1,3% da receita líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao processo de reembolso e de recuperação de despesas com avarias em veículos locados.

### **Lucro operacional antes do resultado financeiro**

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 218.239 mil comparativamente a R\$ 106.577 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 104,8%. O lucro operacional antes do resultado financeiro representou 31,6% e 35,9% da receita líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, além da consolidação dos resultados da Companhia adquirida durante o período.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro líquido da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 126.374 mil comparativamente a R\$ 31.778 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 297,7%. O resultado financeiro líquido representou 18,3% e 10,7% da receita líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

#### *Despesas Financeiras*

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas financeiras da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foram de R\$ 167.495 mil comparativamente a R\$ 64.002 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 161,7%. As despesas financeiras representaram 24,3% e 21,5% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foram de R\$ 41.121 mil comparativamente a R\$ 32.224 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 27,6%. As receitas financeiras representaram 6,0% e 10,8% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao aumento de valores disponíveis para aplicação, advindos das receitas de aluguel de veículos e venda de seminovos, bem como a melhores taxas de juros praticadas no mercado.

### **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social**

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)*

O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi positivo em R\$ 1.294 mil comparativamente a R\$ 1.571 mil negativos no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 182,4%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou 0,2% e 0,5% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social (diferido)*

O imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 35.257 mil comparativamente a R\$ 23.493 mil no mesmo período de 2022. O imposto de renda e contribuição social diferido representou 5,1% e 7,9% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

### **Lucro líquido do período**

O lucro líquido do período da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 57.902 mil comparativamente a R\$ 49.735 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 16,4%. O lucro líquido do exercício representou 8,4% e 16,7% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, além da consolidação dos resultados da companhia adquirida durante o período.

### **EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	AH
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos	412.231	100,0%	246.429	100,0%	67,3%
Custos com prestação de serviços e venda de ativos	(259.939)	63,1%	(170.752)	69,3%	52,2%
Lucro bruto	152.292	36,9%	75.677	30,7%	101,2%
<b>Despesas totais</b>	<b>(5.900)</b>	<b>1,4%</b>	<b>5.505</b>	<b>2,2%</b>	<b>(207,2%)</b>
Despesas administrativas, gerais e comerciais	(10.783)	2,6%	(918)	0,4%	1.074,6%
Outras receitas (despesas) líquidas	4.883	1,2%	6.423	2,6%	(24,0%)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>146.392</b>	<b>35,5%</b>	<b>81.182</b>	<b>32,9%</b>	<b>80,3%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(45.607)</b>	<b>11,1%</b>	<b>(10.830)</b>	<b>4,4%</b>	<b>321,1%</b>



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas financeiras	(90.426)	21,9%	(14.415)	5,8%	527,3%
Receitas financeiras	44.819	10,9%	3.585	1,5%	1.150,2%
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>70.558</b>	<b>17,1%</b>	<b>70.352</b>	<b>28,5%</b>	<b>0,3%</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	749	0,2%	(3.501)	1,4%	(121,4%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.751)	8,4%	(20.855)	8,5%	66,6%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>66.783</b>	<b>16,2%</b>	<b>45.996</b>	<b>18,7%</b>	<b>45,2%</b>

### **Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos**

A receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 412.231 mil e de R\$ 246.429 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 67,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, em linha com o plano estratégico de expansão da Companhia.

### **Custos com prestação de serviços e venda de ativos**

Os custos com prestação de serviços e venda de ativos da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 259.939 mil e de R\$ 170.752 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 52,2%. Este resultado é atribuído substancialmente ao aumento da frota de veículos da Companhia.

### **Lucro bruto**

O lucro bruto da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 152.292 mil comparativamente a R\$ 75.677 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 101,2%. Lucro bruto representou 36,9% e 30,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, bem como à diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos veículos de propriedade da Companhia.

### **Despesas Totais**

#### *Despesas administrativas, gerais e comerciais*

As despesas administrativas, gerais e comerciais da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 10.783 mil comparativamente a R\$ 918 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de mais de 1000%. As Despesas administrativas, gerais e comerciais representaram 2,6% e 0,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento orgânico da Companhia, o que exige mais investimento em consultorias e contratação de novos funcionários.

#### *Outras receitas (despesas) líquidas*

As Outras receitas (despesas) líquidas da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 4.883 mil e de R\$ R\$ 6.423 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de a menor de 24,0%. As Outras receitas (despesas) líquidas representaram 1,2% e 2,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. A diminuição é atribuída substancialmente ao processo de reembolso e de recuperação de despesas com avarias em veículos locados.

### **Lucro operacional antes do resultado financeiro**

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 146.392 mil comparativamente a R\$ 81.182 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 80,3%. O lucro operacional antes do resultado financeiro representou 35,5 e 32,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro líquido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 45.607 mil comparativamente a R\$ 10.830 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 321,1%. O resultado financeiro líquido representou 11,1% e 4,4% da receita líquida nos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

### *Despesas Financeiras*

As despesas financeiras da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 90.426 mil comparativamente a R\$ 14.415 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 527,3%. As despesas financeiras representaram 21,9% e 5,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 44.819 mil comparativamente a R\$ 3.585 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de mais de 1000%. As receitas financeiras representaram 10,9% e 1,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente às melhores taxas de juros praticadas no mercado.

### **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social**

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)*

O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 749 mil comparativamente a R\$ 3.501 mil negativos no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 121,4%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou 0,2% e 1,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social (diferido)*

O imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 34.751 mil comparativamente a R\$ 20.885 mil no mesmo período de 2021. O imposto de renda e contribuição social diferido representaram 8,4% e 8,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

### **Lucro líquido do período**

O lucro líquido do período da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 66.783 mil comparativamente a R\$ 45.996 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de 45,2%. O lucro líquido do exercício representou 16,2% e 18,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, bem como à administração de custos da Companhia.

### **EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos	246.429	100,0%	189.974	100,0%	29,7%
Custos com prestação de serviços e venda de ativos	(170.752)	69,3%	(134.680)	70,9%	26,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>75.677</b>	<b>30,7%</b>	<b>55.294</b>	<b>29,1%</b>	<b>36,9%</b>
<b>Despesas totais</b>	<b>5.505</b>	<b>2,2%</b>	<b>(3.630)</b>	<b>1,9%</b>	<b>251,7%</b>
Despesas administrativas, gerais e comerciais	(918)	0,4%	(4.749)	2,5%	(80,7%)
Outras receitas (despesas), líquidas	6.423	2,6%	1.119	0,6%	474,0%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>81.182</b>	<b>32,9%</b>	<b>51.664</b>	<b>27,2%</b>	<b>57,1%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(10.830)</b>	<b>4,4%</b>	<b>(7.174)</b>	<b>3,8%</b>	<b>51,0%</b>
Despesas financeiras	(14.415)	5,8%	(8.775)	4,6%	64,3%
Receitas financeiras	3.585	1,5%	1.601	0,8%	123,9%
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>70.352</b>	<b>28,5%</b>	<b>44.490</b>	<b>23,4%</b>	<b>58,1%</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.501)	1,4%	(3.984)	2,1%	(12,1%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.855)	8,5%	(10.888)	5,7%	91,5%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>45.996</b>	<b>18,7%</b>	<b>29.618</b>	<b>15,6%</b>	<b>55,3%</b>

### **Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos**

A receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 246.429 mil e de R\$ 189.974 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 29,7%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, em linha com o plano estratégico de expansão da Companhia

### **Custos com prestação de serviços e venda de ativos**

Os Custos com prestação de serviços e venda de ativos da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 170.752 mil e de R\$ 134.680 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 26,8%. Este resultado é atribuído substancialmente ao aumento da frota de veículos da Companhia

### **Lucro bruto**

O lucro bruto da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 75.677 mil comparativamente a R\$ 55.294 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 36,9%. O lucro bruto representou 30,7% e 29,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, bem como à diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos veículos de propriedade da Companhia.

### **Despesas Totais**

#### *Despesas administrativas, gerais e comerciais*

As despesas administrativas, gerais e comerciais da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 918 mil comparativamente a R\$ 4.749 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação a menor de 80,7%. As despesas administrativas, gerais e comerciais representaram 0,4% e 2,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. A diminuição é atribuída substancialmente à uma reestruturação interna da Companhia.

#### *Outras receitas (despesas) líquidas*

As outras receitas/despesas da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 6.423 mil e de R\$ R\$ 1.119 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 474,0%. As outras receitas/despesas representaram 2,6% e 0,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao processo de reembolso e de recuperação de despesas com avarias em veículos locados.

### **Lucro operacional antes do resultado financeiro**

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 81.182 mil comparativamente a R\$ 51.664 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 57,1%. O lucro operacional antes do resultado financeiro representou 32,9 e 27,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos.

### **Resultado Financeiro Líquido**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O resultado financeiro líquido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.830 mil comparativamente a R\$ 7.174 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 51,0%. O resultado financeiro líquido representou 4,4% e 3,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

### *Despesas Financeiras*

As despesas financeiras da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 14.415 mil comparativamente a R\$ 8.775 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 64,3%. As despesas financeiras representaram 5,8% e 4,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 3.585 mil comparativamente a R\$ 1.601 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 123,9%. As receitas financeiras representaram 1,5% e 0,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao aumento de valores disponíveis para aplicação, advindos das receitas de aluguel de veículos e venda de seminovos, bem como a melhores taxas de juros praticadas no mercado.

### **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social**

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)*

O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.501 mil comparativamente a R\$ 3.984 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação a menor de 12,1%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou 1,4% e 2,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social (diferido)*

O imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 20.855 mil comparativamente a R\$ 10.888 mil no mesmo período de 2020. O imposto de renda e contribuição social diferido representou 8,5% e 5,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

### **Lucro líquido do período**

O lucro líquido do período da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 45.996 mil comparativamente a R\$ 29.618 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 55,3%. O lucro líquido do período representou 18,7% e 15,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, bem como à administração de custos da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

#### PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(em R\$ mil, exceto %)	Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2023	Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2022
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais	(202.205)	(171.943)
Caixa líquido aplicado / originado em investimentos	(123.514)	(7.693)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos	483.205	121.753
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	157.486	(57.883)

#### **Caixa líquido aplicado em atividades operacionais**

O caixa líquido aplicado em atividades operacionais totalizou R\$ 202.205 mil negativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a R\$ 171.943 mil no mesmo período de 2022, também negativos. Este aumento de R\$ 30.262 mil é justificado pelo aumento na demanda de frota, justificada pelo crescimento orgânico da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

#### **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 123.514 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 comparado a R\$ 7.693 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Este aumento de R\$ 115.821 mil é justificado em razão dos investimentos realizados no período, para garantir o crescimento da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

#### **Caixa líquido originado em financiamentos**

O caixa líquido originado em financiamentos totalizou R\$ 483.205 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a R\$ 121.753 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Este aumento de R\$ 361.452 mil é justificado em razão das captações em prol do crescimento da Companhia.

#### **Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa**

O aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 157.486 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a uma redução de R\$ 57.883 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Esta variação de R\$ 215.369 mil é justificada pelas captações realizadas no período, decorrentes do crescimento da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

#### EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais	(158.986)	(343.493)
Caixa líquido aplicado / originado em investimentos	(10.019)	(2.988)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos	111.970	355.291
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(57.035)	8.810

#### **Caixa líquido aplicado em atividades operacionais**

O caixa líquido aplicado em atividades operacionais totalizou R\$ 158.986 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 343.493 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta diminuição de R\$ 184.507 mil é justificada pelo crescimento orgânico da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

#### **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 10.019 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$ 2.988

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 7.031 mil é justificado em razão do volume de investimentos em frota realizado pela Companhia no período.

### **Caixa líquido originado em financiamentos**

O caixa líquido originado em financiamentos totalizou R\$ 111.970 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 355.291 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta diminuição de R\$ 243.321 mil é justificada em razão do vencimento de parte de sua dívida (debêntures).

### **Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa**

A redução líquida de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 57.035 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 8.810 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta diminuição de R\$ 65.845 mil é justificada pelo crescimento orgânico da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

### **EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais	(343.493)	(79.873)
Caixa líquido aplicado / originado em investimentos	(2.988)	(650)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos	355.291	122.507
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	8.810	41.984

### **Caixa líquido aplicado em atividades operacionais**

O caixa líquido aplicado em atividades operacionais totalizou R\$ 343.493 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 79.873 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 263.620 mil justificado pelo crescimento orgânico da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

### **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 2.988 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$ 650 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 2.338 mil é justificado em razão da maior demanda por frota.

### **Caixa líquido originado em financiamentos**

O caixa líquido originado em financiamentos totalizou R\$ 355.291 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 122.507 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 232.784 mil é justificado em razão das captações realizadas no período para suportar a maior demanda por frota.

### **Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa**

A redução líquida de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 8.810 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 41.984 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta diminuição de R\$ 33.174 mil é justificada em razão do crescimento orgânico da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 Resultados operacional e financeiro

#### a) resultados das operações do emissor:

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, foram determinados pela composição da receita de locação de veículos e receita de venda de veículos após sua desmobilização. A receita de venda de veículos é complementar à receita de locação e é essencial para maximização da geração de caixa para renovação da frota.

Dessa forma, a receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos descontos, abatimentos e impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas é como segue:

- Gestão de frotas: as receitas de gestão de frotas são reconhecidas em bases mensais durante o período do contrato de aluguel, pelo regime de competência, a partir do momento em que os veículos são disponibilizados aos clientes da Companhia para uso. O cumprimento da obrigação de performance e consequente reconhecimento da receita se dá com base nas medições mensais realizadas pela Companhia a partir das condições comerciais contratuais firmadas junto aos clientes, que incluem o aluguel fixo mensal somado à quilometragem mensal rodada pelo veículo e o serviço de administração da manutenção.
- Venda de seminovos: as receitas provenientes da venda dos carros desativados (veículos seminovos) para a renovação da frota são reconhecidas quando ocorre a transferência da sua propriedade para o comprador a partir da assinatura do contrato de compra e venda entre a Companhia e seu cliente e o recebimento do valor correspondente à venda do carro por parte da Companhia.

As receitas de vendas de bens e locação de veículos são reconhecidas líquidas de descontos, benefícios comerciais concedidos, garantias e impostos sobre as vendas (ISS, ICMS, PIS e Cofins).

Abaixo, seguem informações financeiras a respeito dos segmentos da receita da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Período de Nove Meses Findo em 30 de setembro de 2023	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020
Receita com locação de veículos	442.845	296.722	191.441	149.547
Receita com prestação de serviços	397	664	1.571	1.355
Receita com venda de ativos	288.421	142.378	71.460	53.596
<b>Impostos sobre serviços</b>	<b>41.824</b>	<b>(27.533)</b>	<b>(18.043)</b>	<b>(14.524)</b>
Serviços cancelados	-	-	-	-
<b>Receita líquida</b>	<b>689.839</b>	<b>412.231</b>	<b>246.429</b>	<b>189.974</b>

##### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas auferidas pela Companhia são provenientes, principalmente, da locação de veículos e da venda de veículos. Os resultados nos últimos três exercícios refletiram diretamente os impactos decorrente da pandemia de COVID 19. Os principais fatores que ocasionaram as variações nos resultados operacionais nos respectivos anos são indicados a seguir.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de locação foi impactada pelo aumento na demanda do mercado de locação por parte dos clientes da Companhia, para atender às normas de segurança impostas em decorrência da Pandemia de COVID-19. Os custos operacionais da Companhia foram afetados majoritariamente pelo aumento na disponibilidade de frota.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida de locação foi impactada especialmente pelo aumento no valor médio do preço de locação, consequência das novas condições de mercados após a pandemia de COVID-19 ocorrida em 2020, bem como renovações contratuais, em sua grande parte, propostas pelos clientes, com objetivo de não prejudicar a operação com processos de mobilização e desmobilização, além de garantir menor alteração na tarifa, consequência do valor elevado

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

de aquisição de nova frota. Já os custos operacionais da Companhia foram especialmente afetados pela inflação geral de insumos que assolou o país.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a receita líquida de locação da Companhia foi impactada pelo aumento da demanda do mercado de locação de veículos e valor médio do preço de locação, bem como o aumento da quantidade de veículos vendidos e aumento do valor de venda de veículos. Os custos operacionais da Companhia aumentaram pela depreciação decorrente do aumento do valor do veículo e custos de manutenção pelo aumento dos preços. Por fim, o resultado financeiro também foi impactado pelo aumento da SELIC que refletiram diretamente nas despesas financeiras da Companhia.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, a receita líquida de locação da Companhia foi impactada pelo encerramento de alguns contratos já previstos, pelo valor médio do preço de locação em novos contratos firmados e pela consolidação dos resultados da companhia adquirida durante o período.

Por fim, para melhor explicitar os entendimentos acima, as informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos nas demonstrações do resultado da Companhia são como segue:

(em R\$ mil, exceto %)	Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2023	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020
Mão de obra e encargos	34.865	17.702	13.089	8.172
Insumos	45.878	19.261	28.975	18.363
Depreciação e amortização	100.639	75.986	58.228	46.048
Aluguel de imóveis e equipamentos	14.669	11.189	5.848	-
Serviços de terceiros	25.856	194	423	4.013
IPVA/Licenciamento/Seguros	23.654	14.631	12.609	10.892
Manutenção da Frota	12.727	18.237	(714)	-
Pedágio/Rastreamento	4.228	3.828	2.576	-
Impostos, taxas e outras contribuições	(35.877)	1.148	723	-
Outros custos e despesas	16.532	6.877	(4.511)	369
Custos com venda de ativos	244.899	101.669	54.424	51.572

### **(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Nos últimos três exercícios sociais, ainda devido aos efeitos da pandemia, a Companhia identificou um aumento substancial do valor de veículos novos e usados. Com isso, as receitas de locação foram impactadas diretamente pela elevação do custo dos veículos, refletindo diretamente no aumento da tarifa média cobrada dos clientes. Além disso, a inflação do período também impacta as receitas da Companhia, ocasionando o seu aumento, uma vez que os contratos de locação possuem cláusula de ajuste pelos índices de IGPM ou IPCA, conforme o caso.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as receitas com locação de veículos e prestação de serviços da Companhia apresentaram aumento de 27,9%, chegando a R\$193.012 mil, em relação às receitas auferidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando foram de R\$150.902 mil. As receitas foram impactadas especialmente pelo aumento no valor médio do preço de locação, que reflete a inflação da precificação de veículos novos, consequência das novas condições de mercados após a pandemia de COVID-19 ocorrida em 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as receitas com locação de veículos e prestação de serviços da Companhia apresentaram aumento de 54,1% em relação às receitas auferidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$193.012 mil para R\$297.386 mil em razão do crescimento orgânico da Companhia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia auferiu receitas com locação de veículos e prestação de serviços no montante de R\$443.242 mil, equivalentes à 149,0% das receitas registradas em 31 de dezembro de 2022 e foi impactada pelos novos contratos iniciados no período e pelo valor médio do preço de locação mais elevado, correspondendo à realidade de mercado e ao perfil de frota da Companhia.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Adicionalmente, as receitas de venda de veículos da Companhia também são impactadas com as variações da tabela FIPE. Nos últimos anos, foi observada uma valorização da tabela FIPE, de modo que houve um aumento de receita com a venda de veículos seminovos pela Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as receitas com venda de ativos da Companhia foram de R\$71.460 mil, apresentando aumento de 33,3% em relação às receitas auferidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando foram de R\$53.596 mil, majoritariamente decorrente de prolongamentos contratuais, em sua grande parte, propostas pelos clientes, com objetivo de não prejudicar a operação com processos de mobilização e desmobilização, além de garantir menor alteração na tarifa, consequência do valor elevado de aquisição de nova frota.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as receitas com venda de ativos da Companhia foram de R\$142.378 mil e apresentaram aumento de 99,2%, em relação às receitas auferidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foram de R\$71.460 mil, em virtude dos altos preços de seminovos praticados pelo mercado, ainda impactado pela crise de peças e insumos dos anos anteriores, bem como pela realização de parte das renovações retidas no ano anterior.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia auferiu receitas com venda de ativos equivalentes à 202,6% das receitas registradas em 31 de dezembro de 2022, atingindo o montante de R\$ 288.421 mil em virtude da realização de algumas renovações contratuais com perfil de frota de valor mais elevado no mercado.

### **(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

#### Taxa de Juros

Ainda, a Companhia utiliza os recursos oriundos das atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do país, assim como emite títulos de dívida (debêntures e notas promissórias), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI, isso porque o aumento das taxas de juros poderá impactar tanto no custo de captação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, como também no custo do endividamento, acarretando o aumento das suas despesas financeiras.

Dessa maneira, os Diretores da Companhia esclarecem que os aumentos sequenciais da SELIC e consequentemente do CDI nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 impactaram negativamente a Companhia devido ao aumento do custo de dívida.

Dessa maneira, os Diretores da Companhia esclarecem que os aumentos sequenciais da SELIC e, consequentemente, do CDI, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, impactaram negativamente a Companhia devido ao aumento do custo de dívida. Para melhor explicitar os entendimentos acima, as informações sobre a relação entre as despesas financeiras líquidas e a receita líquida com locação e venda de ativos nas demonstrações do resultado da Companhia estão abaixo:

(em R\$ mil, exceto %)	Período de Nove Meses Findo em 30 de setembro de 2023	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020
Receita Operacional Líquida	689.839	412.231	246.429	189.974
Despesas Financeiras Líquidas	126.374	45.607	10.830	7.174
Var Des. Fin. Líquida / Receita Operacional Líquida	18,3%	11,1%	4,4%	3,8%

#### Inflação

A inflação tem um impacto direto na receita operacional da Companhia decorrente da locação de veículos. Contudo, esse impacto é coberto pelo reajuste anual definido nos contratos da Companhia, como explicitado em item anterior. O eventual descasamento pode ocorrer nos primeiros 12 meses após o início da locação, mas este risco é mitigado pelo fato de corresponder ao período em que o veículo apresenta cobertura pela garantia de fábrica e menores necessidades de manutenção.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### *Custos com prestação de serviços e venda de ativos*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os Custos com prestação de serviços e venda de ativos da Companhia aumentaram 23,1%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e a inflação, medida pelo IGP-M, calculado pela FGV, aumentou 15,34 pontos percentuais para o mesmo período. Nota-se que os Custos com prestação de serviços e venda de ativos para este período também sofreram um aumento em razão da implantação de novas operações de crescimento orgânico da Companhia, bem como para sustentar a demanda de manutenção da frota cuja vida útil foi estendida, para além dos efeitos da inflação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os Custos com prestação de serviços e venda de ativos da Companhia aumentaram 57,7%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e a inflação, medida pelo IGP-M, calculado pela FGV, diminuiu 5,36 pontos percentuais para o mesmo período. Nota-se que os Custos com prestação de serviços e venda de ativos para este período também sofreram um aumento em razão da implantação de novas operações de crescimento orgânico da Companhia, mas também foram impactados pela menor demanda de manutenção da frota que foi renovada, para além dos efeitos da inflação.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, os Custos com prestação de serviços e venda de ativos da Companhia aumentaram 146,0% em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, e a inflação, medida pelo IGP-M, calculado pela FGV, acumulada apresentada até esta data foi de -5,97%. Nota-se que os Custos com prestação de serviços e venda de ativos para este período também sofreram um aumento em razão da implantação de novas operações de crescimento orgânico da Companhia e dos custos de desmobilização e desmobilização provocados pelas renovações contratuais, bem como pela incorporação da Ebec, para além dos efeitos da inflação.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

**a) *mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2***

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis indicadas nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

**(b) *opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor***

Não há opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

Em abril de 2023, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da EBEC. Para informações sobre essa aquisição, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

A aquisição passou a surtir efeitos em 1º de abril de 2023, afetando, portanto, o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data.

Considerando que a Companhia não possui outras controladas, os principais impactos da aquisição da EBEC nos resultados operacionais e financeiros, bem como nas contas patrimoniais da Companhia correspondem, essencialmente, à diferença dos resultados evidenciados pelas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e aquelas demonstrações financeiras da controladora, abaixo evidenciadas e ilustradas pelas colunas "AH" (em valores absolutos e percentuais):

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ mil, exceto %)	Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2023 (CONSOLIDADO)	AV	Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2023 (CONTROLADORA)	AV	AH (R\$ mil)	AH (%)
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos	689.839	100%	518.991	100%	170.848	32,9%
Custos com prestação de serviços e venda de ativos	(468.062)	67,9%	(363.509)	70,0%	-104.553	28,8%
Lucro bruto	221.777	32,1%	155.482	30,0%	66.295	42,6%
Despesas totais	(3.538)	0,5%	11.243	2,2%	-14.781	-131,5%
Despesas administrativas, gerais e comerciais	(20.008)	2,9%	(7.236)	1,4%	-12.772	176,5%
Outras receitas (despesas), líquidas	16.470	2,4%	9.842	1,9%	6.628	67,3%
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	8.637	1,7%	-8.637	-100,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	218.239	31,6%	166.725	32,1%	51.514	30,9%
Resultado financeiro líquido	(126.374)	18,3%	-81.674	15,7%	-44.700	54,7%
Despesas financeiras	(167.495)	24,3%	(115.763)	22,3%	-51.732	44,7%
Receitas financeiras	41.121	6,0%	34.089	6,6%	7.032	20,6%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.865	13,3%	85.051	16,4%	6.814	8,0%
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.294	0,2%	-	n/a	1.294	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.257)	5,1%	(27.149)	5,2%	-8.108	29,9%
Lucro líquido do período	57.902	8,4%	57.902	11,2%	0	0,0%

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil, exceto %)	30 de setembro de 2023 (CONSOLIDADO)	AV	30 de setembro de 2023 (CONTROLADORA)	AV	AH (R\$ mil)	AH (%)
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	159.020	6,5%	11.187	0,6%	147.833	1321,5%
Títulos e Valores Mobiliários	74.636	3,0%	73.847	4,1%	789	1,1%
Contas a receber	127.567	5,2%	83.847	4,6%	43.720	52,1%
Tributos a recuperar	23.112	0,9%	20.419	1,1%	2.693	13,2%
Outras contas a receber	9.374	0,4%	6.053	0,3%	3.321	54,9%
Estoque de veículos e equipamentos	73.919	3,0%	61.759	3,4%	12.160	19,7%
	467.628	19,0%	257.112	14,2%	210.516	81,9%
<b>Não circulante</b>						
Tributos a recuperar	5.730	0,2%	5.730	0,3%	-	0,0%

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Outras ativos a receber	1.140	0,0%	3	0,0%	1.137	37900,0%
Contas a receber	-	0,0%	-	0,0%	-	n/a
Depósitos judiciais	2.630	0,1%	18	0,0%	2.612	14511,1%
	9.500	0,4%	5.751	0,3%	3.749	65,2%
Investimentos	-	0,0%	378.243	20,9%	(378.243)	-100,0%
Imobilizado	1.839.343	74,9%	1.147.233	63,4%	692.110	60,3%
Direito de uso	5.914	0,2%	4.516	0,2%	1.398	31,0%
Intangível	132.588	5,4%	15.329	0,8%	117.259	764,9%
	1.977.845	80,6%	1.545.321	85,5%	432.524	28,0%
	1.987.345	81,0%	1.551.072	85,8%	436.273	28,1%
<b>Total do ativo</b>	<b>2.454.973</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.808.184</b>	<b>100,0%</b>	<b>646.789</b>	<b>35,8%</b>

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil, exceto %)	30 de setembro de 2023 (CONSOLIDADO)	AV	30 de setembro de 2023 (CONTROLADORA)	AV	AH (R\$ mil)	AH (%)
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	65.480	2,7%	43.658	2,4%	21.822	50,0%
Debêntures e Nota Comercial	24.122	1,0%	16.539	0,9%	7.583	45,8%
Arrendamentos Mercantil	1.264	0,1%	697	0,0%	567	81,3%
Fornecedores	60.284	2,5%	37.338	2,1%	22.946	61,5%
Obrigações trabalhistas a recolher	8.196	0,3%	4.201	0,2%	3.995	95,1%
Obrigações tributárias a recolher	1.783	0,1%	430	0,0%	1.353	314,7%
Contas a pagar	56.973	2,3%	44.003	2,4%	12.970	29,5%
Adiantamentos de clientes	5.052	0,2%	4.581	0,3%	471	10,3%
Dividendos a pagar	-	0,0%	-	0,0%	-	n/a
Operações com derivativos	3.985	0,2%	2.869	0,2%	1.116	38,9%
	227.139	9,3%	154.316	8,5%	72.823	47,2%
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	471.309	19,2%	389.713	21,6%	81.596	20,9%
Debêntures e Nota Comercial	745.226	30,4%	298.172	16,5%	447.054	149,9%
Arrendamentos Mercantil	4.984	0,2%	4.059	0,2%	925	22,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	146.007	5,9%	106.250	5,9%	39.757	37,4%
Contas a pagar	118.216	4,8%	118.216	6,5%	-	0,0%
Provisão para riscos	1.745	0,1%	25	0,0%	1.720	6880,0%
Operações com derivativos	18.385	0,7%	15.471	0,9%	2.914	18,8%
	1.505.872	61,3%	931.906	51,5%	573.966	61,6%
	1.733.011	70,6%	1.086.222	60,1%	646.789	59,5%
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	578.986	23,6%	578.986	32,0%	-	0,0%
Reservas de capital	2	0,0%	2	0,0%	-	0,0%
Reservas de lucro	135.171	5,5%	135.171	7,5%	-	0,0%
Lucros acumulados	7.902	0,3%	7.902	0,4%	-	0,0%

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Ajustes de avaliação patrimonial	(99)	0,0%	(99)	0,0%	-	0,0%
	721.962	29,4%	721.962	39,9%	-	0,0%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.454.973</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.808.184</b>	<b>100,0%</b>	<b>646.789</b>	<b>35,8%</b>

Para os resultados anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, espera-se uma continuidade da tendência evidenciada acima, muito embora esteja em curso um processo de apropriação de sinergias, principalmente no que tange à consolidação das equipes administrativas das duas empresas, além de, durante o terceiro trimestre, ter sido concluído um processo de reestruturação da dívida da EBEC, que possibilitou a redução do *spread* devido pela EBEC no que tange ao seu financiamento.

### c) **eventos ou operações não usuais**

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, qualquer evento ou operação não usual com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## **2.5 Medições não contábeis**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.



## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 Destinação de resultados

	2022
<b>Regras sobre retenção de lucros</b>	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (" <u>Lei das Sociedades por Ações</u> "). No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Regras sobre distribuição de dividendos</b>	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Após as devidas retenções, conforme descrito acima, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver, será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.
<b>Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
<b>Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>Não obstante o previsto na política de distribuição de dividendos da Companhia, que estabelece a periodicidade de distribuição dos seus dividendos, a Companhia, na data deste Formulário de Referência, possui as seguintes restrições a distribuição de dividendos:</p> <p><u>5ª Emissão de Debêntures da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A. – Ebec</u>: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa aos respectivos instrumentos de dívida, ressalvado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, que atualmente correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício.</p> <p><u>4ª Emissão de Debêntures da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A. – Ebec</u>: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa aos respectivos instrumentos de dívida, ressalvado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, que atualmente correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício.</p> <p><u>5ª Emissão de Debêntures da Companhia</u>: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa aos respectivos instrumentos de dívida, ressalvado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, que atualmente correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício.</p> <p><u>1ª Emissão de Notas Comerciais da Companhia</u>: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa às Notas Comerciais Escriturais, ressalvado o pagamento de dividendos correspondentes a 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício.</p>
<b>Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 Itens relevantes não evidenciados

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:**

**(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

**(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

**(ii) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

**(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

**b) *natureza e propósito da operação***

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

**c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 Plano de Negócios

#### a) **Investimentos, incluindo:**

Os recursos provenientes de resultados dos negócios da Companhia serão destinados para realizar investimentos em compras de novos carros, melhorar a estrutura de capital e em inovação e tecnologia.

#### (i) **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

A Companhia possui um planejamento de investimentos para os próximos exercícios sociais, no qual prevê investimentos em frota, sejam eles para manutenção da frota existente ou para atender ao crescimento orgânico de suas operações, de acordo com as necessidades contratuais individuais.

A Companhia investiu, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, em sua operação, o montante de R\$ 472.856 mil, sendo que a maior parte desses recursos foi direcionado para aquisição de frota, com regras distintas de renovação de acordo com necessidade de cada cliente/operação.

No mesmo período, a frota da Companhia era composta por 16.301 veículos e um imobilizado líquido de R\$ 1.839.343 mil. A Companhia define "investimentos" como sendo: (i) aquisição e renovação de frota de veículos; (ii) aquisição de outros ativos imobilizados e intangíveis; e (iii) transações não monetárias a qual é composta por a) FINAME e passivo de arrendamento – máquinas, equipamentos e bens e b) passivo de arrendamento – imóveis, com reflexo no DFC.

Neste sentido, os Diretores da Companhia esclarecem que a maior parte do plano de investimentos da Companhia inclui a expansão e renovação de ativos móveis.

Durante 2023, a Companhia tem realizado uma série de renovações já previstas, e encerrará o exercício com um volume de investimentos suficientemente bom para garantir a eficiência de suas operações, aproximadamente, R\$ 550 milhões, que se concentram na renovação da frota operacional conforme previsão contratual e crescimento orgânico da Companhia. Nesse sentido, a Companhia informa que não possui planos de investimento distintos para os próximos exercícios sociais, pretendendo manter-se focada na (i) aquisição e renovação de frota de veículos; (ii) aquisição de outros ativos imobilizados e intangíveis e (iii) transações não monetárias a qual é composta por a) FINAME e passivo de arrendamento – máquinas, equipamentos e bens e b) passivo de arrendamento – imóveis, com reflexo no DFC.

Além disso, a Companhia finalizou, durante 2023, o seu Planejamento Estratégico para os próximos 5 anos, no qual prevê investimentos em frota, sejam eles para manutenção da frota existente ou para atender ao crescimento orgânico de suas operações, de acordo com as necessidades contratuais individuais. Tendo em vista que o prazo médio dos contratos de locação de frotas gira entre 24 e 36 meses, aproximadamente 1/3 da frota total da Companhia é renovada atualmente. As necessidades de investimento são parcialmente atendidas pela geração de caixa da Companhia e pela venda de veículos seminovos, sendo que o saldo é obtido via captação de recursos junto a instituições financeiras ou mercado de capitais. Assim, a partir da frota atual da Companhia e de seu plano de crescimento, estima-se que os investimentos totais da Companhia sejam de aproximadamente R\$500 milhões em 2024, R\$700 milhões em 2025 e R\$800 milhões mil em 2026, focados na renovação e expansão da frota, tanto de veículos leves quanto de pesados.

#### (ii) **Fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia utiliza os recursos oriundos das atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos majoritariamente pós fixados junto às principais instituições financeiras do país, assim como emite debêntures, que são substancialmente indexados à variação do CDI.

#### (iii) **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

#### (b) **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

## 2.10 Planos de negócios

### (c) novos produtos e serviços

#### i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

#### ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

#### iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

#### iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

### (d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não há, até a data de 30 de setembro de 2023, oportunidades relevantes relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança, que a Companhia julgue adição relevante a seu plano de negócios. No entanto, a Companhia reconhece seu papel na sociedade e busca, constantemente, abordar a pauta nos devidos fóruns, buscando sempre o melhor relacionamento com a sociedade em que está inserida.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido tratados nos itens anteriores.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades e às de suas controladas.

**a) objeto da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**b) período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

### 3.2 Acompanhamento das projeções

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades e às de suas controladas.

**a) *informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**b) *quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**c) *quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.



## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### 4. Fatores de Risco

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira e patrimonial, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Além disso, o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os investidores da Companhia poderão perder parte ou até mesmo a totalidade de seu investimento.

Os riscos descritos abaixo são aqueles a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, “efeito adverso” ou “efeito negativo, ou expressões similares, para a Companhia, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e patrimonial, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens desta seção “4. Fatores de Risco”. Ainda, destaca-se que os riscos desta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem.

#### a) **Riscos relacionados ao emissor**

***O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente***

Em 31 de dezembro de 2020, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 152,9 milhões. Já em 31 de dezembro de 2021, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 327,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante era de R\$ 441,1 milhões e em 30 de setembro de 2023, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 1.312,4 milhões. A Companhia pode vir a buscar empréstimos, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. Um alto grau de alavancagem da Companhia pode ter consequências materiais, incluindo:

- aumento da vulnerabilidade a desacelerações ou mudanças adversas em condições econômicas, setoriais ou competitivas gerais e mudanças adversas nos regulamentos governamentais;
- exigência de parcela substancial dos fluxos de caixa das operações a serem dedicados ao pagamento de principal e juros sobre seu endividamento, reduzindo a capacidade de usar seus

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócios;

- exposição ao risco de aumento das taxas de juros, pois a maioria de seus empréstimos são contratados em taxas de juros pós fixadas;
- limitação da sua capacidade de fazer aquisições estratégicas ou em fazendo tais aquisições ser obrigada a realizar desinvestimentos não estratégicos;
- limitação da sua capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, despesas de capital, recompra de ações, desenvolvimento de linha de produtos ou serviços, requisitos de serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos ou outros; e
- limitação da sua capacidade de se ajustar a mudanças nas condições de mercado, colocando a Companhia em desvantagem competitiva em comparação com os seus concorrentes que são menos alavancados ou que possuam menor risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações nos contratos de financiamento vigentes, bem como em possíveis novos contratos, as quais, se descumpridas, poderão resultar no vencimento antecipado de tais dívidas, bem como na consequente aceleração de outras dívidas (*cross default* e *cross acceleration*), o que poderá impactar adversamente a situação financeira e os negócios da Companhia. Para mais informações, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

Em razão de sua estratégia de expansão, a Companhia pode vir a contratar novas dívidas no futuro. A Companhia não tem como garantir que a sua capacidade de geração de caixa decorrente da exploração de suas atividades comerciais evoluirá proporcionalmente ao crescimento do seu endividamento e será suficiente para cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida em que é parte, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 79,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 343,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 159,0 milhões e em 30 de setembro de 2023, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 202,2 milhões. A Companhia pode vir a buscar empréstimos adicionais, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. O aumento do endividamento e a insuficiência do fluxo de caixa, o qual fora negativo nos períodos citados podem impactar de forma adversa o resultado de suas operações e a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras.

***O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos.***

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A precificação destes contratos leva em consideração a vida útil e o preço por quilometro rodado, conforme patamares orçados, sendo o seu volume e preço na revenda determinantes para que a Companhia alcance o retorno mínimo esperado de cada operação.

O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos. O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra de veículos a serem utilizados para locação a seus clientes e termina com sua posterior venda ao final do período que a Companhia entender adequado para tanto, considerando-se fatores como condições de mercado, vida útil do veículo, critérios de quilometragem, condição do veículo no momento da desmobilização e histórico de sinistralidade.

O valor do aluguel e da diária de cada veículo leva em consideração o seu valor de venda ao término do referido ciclo, sendo o seu volume e preço na venda determinantes para se alcançar o retorno mínimo esperado de cada operação. Além disso, os preços praticados no mercado de locação de veículos também podem eventualmente influenciar o valor do aluguel.

A restrição ao crédito e o aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses veículos e reduzir de forma significativa a liquidez destes. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de venda dos veículos, criando um maior deságio em relação ao preço pelo qual são adquiridos. Caso a estimativa de depreciação efetiva futura não seja adequadamente realizada pela Companhia, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Além disso, como a Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes veículos, o cálculo de depreciação estimada dos veículos,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

calculada pela diferença entre o custo de aquisição do veículo e o valor de mercado estimado na data de venda, poderá ser superior ao cálculo estimado, o que, por sua vez, poderia afetar de forma adversa os negócios da Companhia.

### ***A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.***

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e em seus mercados poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de veículos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

### ***Uma falta de liquidez no mercado local de debêntures pode comprometer a capacidade ou condições de financiamento da Companhia.***

As captações de recursos da Companhia ocorrem primordialmente por meio de debêntures emitidas no mercado local. Em um cenário de falta de liquidez local e outros motivos que afetem o mercado de capital brasileiro, a Companhia poderá precisar acessar outros mercados em condições piores daquelas já existentes hoje, o que poderá reduzir e prejudicar a sua capacidade de captação. Tal fato pode comprometer o volume de captações, prazos de pagamento da dívida e/ou custo de emissão das novas dívidas e, conseqüentemente, afetar a capacidade de crescimento ou a saúde financeira dos negócios da Companhia.

### ***A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants).***

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições de contratos de empréstimos, que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, vencimento antecipado cruzado (*cross default e cross acceleration*), reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida contratados pela Companhia. Além disso, os contratos contêm disposições de vencimento antecipado e restrições a novas captações em certas condições, como, por exemplo, a manutenção de certos índices financeiros. Adicionalmente, a existência de limitações sobre seu endividamento poderá impedir a Companhia de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento de suas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e situação financeira. Caso precise incorrer em novo endividamento em razão de sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, a Companhia poderá ser impedida de contratá-lo em virtude dessas restrições ou ser obrigada a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá afetar negativamente seu fluxo de caixa e seus resultados operacionais. Para mais informações a respeito do tema, vide seção 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

Em 30 de setembro de 2023, 100% do endividamento da Companhia estava vinculado à contratos que possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado, ou seja, caso qualquer dívida da Companhia seja considerada vencida antecipadamente por qualquer motivo previsto em determinado contrato (que não o próprio pagamento da dívida), todo o endividamento da Companhia restará automaticamente vencido.

### ***Os resultados da Companhia podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição de veículos novos.***

A frota de veículos da Companhia é renovada periodicamente, conforme seja necessário em razão do desgaste resultante da utilização dos veículos disponibilizados para locação. Dessa forma, os resultados da Companhia estão em grande medida atrelados às condições para aquisição de veículos negociados junto aos seus fornecedores e pela larga escala de tais aquisições – seja em função de aquisições realizadas individualmente pela Companhia, seja por negociações realizadas em conjunto com as demais empresas de seu grupo econômico.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso haja um aumento na demanda pela compra de veículos novos que reduza a capacidade dos fabricantes de veículos de atenderem a demanda de mercado e/ou resulte em um aumento de preços, caso a Companhia não seja capaz de manter os níveis atuais de descontos que tem negociado com os seus fornecedores, ou ainda na hipótese de uma mudança desfavorável na política de venda de veículos às empresas de locação de veículos, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de veículos levam em consideração o custo de aquisição de veículos novos, os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados.

### ***A Companhia não mantém seguro contra certos riscos.***

Os veículos da Companhia possuem seguro contra terceiros com cobertura limitada para danos materiais, morais e corporais durante o período em que estão alugados pelos clientes. A Companhia poderá ser responsabilizada pelo ressarcimento de danos a terceiros caso os danos ocasionados ultrapassem a cobertura contratada. Portanto, a Companhia está exposta a responsabilidades para as quais pode não estar segurada, decorrentes de dano moral, corporal ou material aos veículos resultantes da utilização dos veículos alugados acima do valor coberto pelo seguro contratado ou para os veículos não segurados. Além disso, a política de contratação de seguros da Companhia eventualmente poderá ser reajustada para se adequar a eventuais normas de autoridades brasileiras e manter o equilíbrio financeiro das locações de veículos. Na hipótese de não conseguir recuperar estes valores dos usuários/clientes que alugaram os veículos, os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

### ***A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados.***

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive sistema computadorizado de reserva, sistemas de telecomunicações e site na *internet*. O desempenho de vendas pela *internet* pode ser impactado em caso de interrupções ou falhas de sistema que venham a tornar o site indisponível, ou que o impeçam o atendimento das reservas. Falhas substanciais no sistema de reservas ou sistema de telecomunicações podem reduzir a atratividade dos serviços e podem levar os clientes a alugarem em concorrentes. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia.

Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, *softwares* mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Os sistemas da Companhia (e os sistemas de seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados) estão sujeitos a numerosas e em constante evolução ameaças e ataques cibernéticos, incluindo *ransomware* e outros *malwares*, esquemas de *phishing* e engenharia social, que podem culminar, inclusive, em desembolsos milionários, em razão de extorsão praticada por criminosos cibernéticos, o quem que pode comprometer a capacidade da Companhia de operar e a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados em seus sistemas ou nos sistemas de seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados. Essas e outras ameaças cibernéticas podem ter origem em criminosos, atores patrocinados pelo estado ou erros ou má conduta de funcionários. Como as técnicas usadas para obter acesso não autorizado, desativar ou degradar sistemas continuamente evoluem e se tornaram cada vez mais complexas e sofisticadas, e podem permanecer indetectadas por um período de tempo, apesar dos esforços para detectar e responder de maneira oportuna, a Companhia (e seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados) estão sujeitos ao risco de ciberataques.

### ***Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a Companhia de forma adversa.***

A Companhia administra e retém informações relacionadas a seus clientes, identificados ou passíveis de identificação, e seus empregados no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Os negócios da Companhia estão expostos ao risco de uma possível não observância das políticas, má conduta, negligência ou fraudes cometidas por funcionários de modo que informações pessoais de clientes se tornem disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo de reputação e financeiro. Além disso, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou impedir a má conduta de funcionários ou de terceiros.

O governo brasileiro promulgou, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”) com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os proprietários de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônicos, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, impactará a Companhia. Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei como toda operação que envolva coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento e transferência de dados que identifiquem ou torne identificável determinada pessoa. Falhas de segurança cibernética da informação devido a ações externas, intencionais ou não, como malwares, hackers, ciberterrorismo, ou internas, tais como negligência ou má conduta dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia podem gerar impacto negativo na reputação da Companhia, prejuízo imaterial que a marca pode sofrer em decorrência de má publicidade e impactos no relacionamento com entes externos (governo, órgãos reguladores, consumidores, fornecedores, entre outros), prejuízos financeiros decorrentes de multas por órgãos fiscalizadores e ações judiciais que os donos dos dados pessoais que se sentirem lesados moverem contra a Companhia.

Em razão da promulgação da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 (“MP 959”), a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, após o projeto de lei de conversão da MP 959 ter sido sancionado pelo Presidente da República. Em 29 de abril de 2020, o Presidente da República editou a MP 959, que estabelecia a operacionalização do benefício emergencial mensal pago em razão da pandemia do COVID-19 e prorrogava a entrada em vigor da LGPD para 3 de maio de 2021. Em 26 de agosto de 2020, na sessão extraordinária deliberativa do Congresso Nacional, por meio da qual foi apreciada a conversão da MP 959 em lei ordinária, o Senado Federal reconheceu como prejudicada a disposição da MP 959 que tratava da prorrogação da LGPD. Com isso, referida disposição da MP 959 foi retirada do texto e a efetiva entrada em vigor da LGPD se deu após a sanção presidencial do projeto de lei de conversão que alterou o texto original da MP 959, conforme artigo 62, parágrafo 12 da Constituição Federal. Os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, somente entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, na forma de Lei nº 14.010/2020.

Também em 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 14.474/2020, aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”). O Decreto entrará em vigor na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União.

Além disso, a Companhia poderá incorrer em penalidades em função do vazamento de informações ou o seu uso indevido, em virtude da LGPD. Se a Companhia não for capaz de adequar seus processos e implantar as medidas requeridas para o pleno atendimento da LGPD, a Companhia poderá sofrer as sanções administrativas aplicáveis pela ANPD previstas em lei, quais sejam (i) advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere ao item imediatamente anterior, (iv) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência, (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização, (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

Quaisquer eventos em que informações de clientes possam ser comprometidas, sujeitas ao acesso não autorizado e outras violações de segurança poderão reduzir a demanda pelos serviços e produtos da Companhia, ocasionando um impacto substancial e adverso em seus negócios e resultados operacionais, o que poderá resultar em investimentos adicionais na sua implementação.

***A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de infração de direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros e isso poderá acarretar despesas significativas com litígios, licenciamentos ou gerar o impedimento de vendas de determinados produtos ou serviços da Companhia, o que poderá afetar de maneira relevante e adversa a reputação da Companhia e sua situação financeira.***

Como a Companhia utiliza uma variedade de propriedades intelectuais para seus negócios, clientes, autoridades/órgãos regulatórios ou outros terceiros podem alegar que a Companhia está infringindo direitos de propriedade intelectual de terceiros, fazendo com que a Companhia passe a ocupar o polo passivo de eventual litígio cível ou criminal relacionado à propriedade intelectual. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços feitos pela Companhia, com padrões já desenvolvidos e registrados por outras empresas do setor de tecnologia da informação, como, por exemplo, a utilização de modelos e métodos de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

gestão, podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de marcas, programas de computador, patentes e direitos autorais.

Nesses casos, a Companhia pode sofrer danos relacionados à sua reputação e imagem e pode ser que tenha que alocar recursos significativos para a defesa de seus interesses em eventuais processos relacionados ao tema. Caso a Companhia tente obter licenças de tais terceiros para cessar quaisquer disputas, não há como garantir que tais licenças estarão disponíveis para a Companhia em termos aceitáveis, em cujo caso a Companhia pode ter que alterar suas marcas ou mudar sua forma de operação.

O registro de programas de computador perante o INPI não é obrigatório, porém tal registro é aconselhável, pois concede maior segurança jurídica ao titular do programa de *software* em caso de autoria e/ou reivindicação de propriedade. Caso os programas de *software* próprios da Companhia não sejam registrados perante o INPI, terceiros podem reivindicar mais facilmente os direitos sobre os programas de softwares desenvolvidos pela Companhia.

A Companhia pode ser forçada, ainda, a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso de patentes ou materiais com direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

Ademais, novas ações exigem a atenção da administração, bem como custos adicionais para a defesa e, em determinados casos, a constituição de provisões que podem afetar adversamente a Companhia.

Assim, quaisquer infrações a direitos de propriedade intelectual cometidas pela Companhia poderão resultar em disputas judiciais e administrativas, bem como na celebração de acordos e/ou contratos de licença pela Companhia, que podem ser onerosos e restritivos, ou ainda, impedir que a Companhia realize a prestação de determinados serviços, gerando impactos adversos relevantes em seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

***Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.***

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Conforme apontado nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, para o cálculo da depreciação dos veículos naquele período, a Companhia estimava o valor depreciável pela diferença entre o custo de aquisição e o valor estimado de venda ao final da vida útil do ativo, deduzido dos descontos comerciais e das despesas de venda, que são definidos com base no histórico da Companhia. As deficiências no desenho dos controles internos relativos ao cálculo da despesa de depreciação a partir da estimativa do valor depreciável e vida útil dos veículos podem resultar em uma apuração equivocada da depreciação para mais ou menos, além de impactar no valor residual do veículo que, com base na definição do valor depreciável, poderá ser maior ou menor. Nesse contexto, o resultado da Companhia pode ser diretamente afetado para mais ou para menos, a depender da eventual apuração equivocada da depreciação, não refletindo corretamente a situação da Companhia.

Adicionalmente, as deficiências no desenho dos controles internos relativos ao reconhecimento da receita proveniente dos contratos de locação de frota podem resultar na apuração incorreta da receita da Companhia para mais ou para menos, impactando diretamente no seu resultado, não refletindo corretamente a situação da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.2.(d) deste Formulário de Referência.

***Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar violações às leis anticorrupção, às leis de infrações à concorrência, prevenção de lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia.***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita ao risco de que suas coligadas, seus administradores, empregados ou terceiros, que atuem em seu nome ou benefício, pratiquem atos que violem as leis e as regulamentações anticorrupção de países em que opera ou faz negócios, como, por exemplo, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2014 (“Lei Anticorrupção”), Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei nº 12.529/2012 e a Lei nº 9.613/1998.

No Brasil, a Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos contra a administração pública, sujeitando a pessoa jurídica infratora à sanções civis e administrativas, que incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilícitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com a administração pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados e a reputação da Companhia. Ademais, a Lei Anticorrupção determinou que as sociedades controladoras, controladas, ou coligadas da infratora serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos nela previstos.

A Companhia não pode garantir que suas coligadas, seus administradores, empregados e terceiros que agem em seu nome ou benefício ou representantes atuarão em estrita observância às regras e determinações aplicáveis à Companhia, ao seu programa de integridade e/ou às leis anticorrupção, o que pode resultar em multas, perda ou rescisão antecipada de autorizações, alvarás e/ou licenças e danos à reputação da Companhia e, conseqüentemente, em um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos seus resultados operacionais.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes, e seus controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

***As atividades de auditoria interna, controles internos e de gestão de riscos, bem como as estruturas de governança da Companhia, como o Conselho de Administração, foram recentemente instituídas, o que pode impossibilitar ou aumentar as chances de falha na identificação, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.***

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraude, o que pode afetar adversamente a Companhia.

As atividades de auditoria interna, controles internos, gestão de riscos, bem como as estruturas de governança da Companhia foram recentemente criadas, incluindo o seu Conselho de Administração. Tal situação pode resultar em efeitos adversos às atividades da Companhia, que também não pode garantir que tais estruturas serão adequadas ou eficazes após sua implementação.

Assim, em razão dos fatores mencionados acima, as chances de falha na identificação, tratamento e monitoramento dos diferentes riscos aos quais a Companhia está exposta são potencializadas, sendo que tais falhas podem afetar adversamente os negócios, a reputação, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

***Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.***

A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento para com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados.

Além disso, eventuais dificuldades da Companhia em obter capital de giro junto a investidores e instituições financeiras para suas atividades operacionais podem causar descasamento de prazo ou de volume para atender às necessidades operacionais e, desse modo, limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar os compromissos, impactando adversamente os resultados financeiros e operacionais e, por consequência, o crescimento da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### ***A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa seus resultados***

A Companhia (incluindo seus administradores e afiliados) é, ou pode ser no futuro, parte em diversos processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ou Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no curso de nossos negócios. Os valores provisionados ou retidos podem não ser suficientes para cobrir todas as eventuais condenações que a Companhia venha a sofrer.

A Companhia mantém provisões para demandas judiciais, as quais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos. Em 30 de setembro de 2023 a Companhia mantinha provisões para perdas prováveis registradas no montante de R\$ 1.745 mil. Na mesma data, a Companhia era parte passiva em processos administrativos e judiciais cuja avaliação de perda é considerada como “possível” no montante de R\$ 21.548 mil, havendo, portanto, uma diferença significativa entre os saldos de processos cujo prognóstico de perda é considerada provável (provisionados) e aqueles cujo prognóstico de perda é considerado possível.

Decisões ou acordos contrários aos seus prognósticos de perda e/ou desfavoráveis com relação a processos judiciais ou arbitrais ou, ainda, procedimentos administrativos, poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Companhia e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, e ainda, resultar em restrições de direitos, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. Para mais informações sobre os processos judiciais, arbitrais e administrativos em que estamos envolvidos, veja o item 4.4 deste Formulário de Referência.

### ***O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados.***

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de veículos e carência de mão de obra especializada e qualificada. Ainda que seja capaz de contratar, treinar e manter profissionais qualificados, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para tanto. Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais tem desempenhado papel fundamental para sua construção. Caso algum deles venha a não mais integrar o quadro de funcionários, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-los, o que poderá prejudicar os negócios e resultados operacionais.

### ***A redução na demanda de veículos seminovos pode impactar adversamente os negócios da Companhia.***

A venda de veículos seminovos é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços inicialmente estimados, o que pode afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

### ***Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.***

Os preços do segmento dos veículos que a Companhia utiliza para suas operações inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, conseqüentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo dos veículos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos veículos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de veículos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos veículos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e



## 4.1 Descrição dos fatores de risco

resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

***Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.***

A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e conseqüente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de veículos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

***A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação trabalhista brasileira. Além disso, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.***

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações pode ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas pode apresentar imperfeições nos registros de proventos de colaboradores em decorrência da ausência de adequações salariais e de benefícios, bem como ser responsabilizada por eventuais deficiências ou omissões relativas à saúde e segurança do trabalhador, o que pode resultar em fiscalizações pelos órgãos competentes, com a conseqüente aplicação de multas e outras penalidades.

***A Companhia possui transações com partes relacionadas celebradas quando inexistiam procedimentos ou políticas formais internos que visassem demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante à tais transações***

Conforme reportado no item 11.2 deste Formulário de Referência, a Companhia possui 22 transações mercantis celebradas com partes relacionadas. Quando da celebração das Transações com Partes Relacionadas descritos no item 11.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que visassem demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante à tais transações, o que pode resultar em benefícios às partes relacionadas envolvidas e no comprometimento dos interesses da Companhia, com conseqüente impacto financeiro em seus resultados.

***A determinação de consolidação substancial de eventuais processos de liquidação de uma empresa do grupo econômico da Companhia, podem causar efeitos adversos aos negócios da Companhia***

O Poder Judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas do seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação de empresas de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade, resultando na consolidação substancial de ativos e passivos das integrantes do grupo econômico (Teoria da Consolidação Substancial).

A consolidação substancial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada ("Lei de Recuperação de Empresas e Falência"), poderá ser declarada pelo Poder Judiciário, caso seja constatada a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos das sociedades do mesmo grupo econômico, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: (i) existência de garantias cruzadas; (ii) relação de controle ou dependência; (iii) identidade total ou parcial do quadro societário; e (iv) atuação conjunta no mercado.

Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

***A Companhia possui um acionista controlador definido, cujo interesse poderá divergir daqueles de outros acionistas, o que poderá afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia***

O Grupo Águia Branca, por meio da Águia Branca Participações S.A., controladora indireta da Companhia, tem o poder de controlar a Companhia, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração; (ii) estabelecer a política administrativa; (iii) exercer o controle geral sobre a administração e subsidiárias; (iv) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia por ele detidas; (v) determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou de parte substancial dos ativos, e (vi) determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os interesses do acionista controlador poderão não coincidir com os interesses dos demais acionistas, gerando um impacto adverso na condução dos negócios da Companhia

### **c) Riscos relacionados às suas controladas e coligadas**

Não aplicável.

### **d) Riscos relacionados aos seus administradores**

***O nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte dos esforços e da capacidade de nossa alta administração formada por experientes executivos e colaboradores-chave que detêm amplo conhecimento do negócio.***

A perda de membros de nossa alta administração poderá afetar de modo adverso nossos negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, se perdermos algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

O nosso sucesso depende de nossa capacidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Além disso, nossa estratégia para atração, retenção e sucessão de pessoas chave pode exigir que alteremos nossa política de remuneração e nossos planos incentivos baseados em ações. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, os nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

### **e) Riscos relacionados aos seus fornecedores**

***As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.***

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de veículos dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças. Ainda, os fornecedores da Companhia, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação dos estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar custos substanciais. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como, por exemplo, a consolidação de um estoque atraente, e, como consequência, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

### **f) Riscos relacionados aos seus clientes**

***A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de veículos leves, caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, e nem que seus clientes não irão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a sua receita futura. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

***A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e resultados operacionais.***

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos pagamentos de seus clientes em contrapartida ao aluguel de veículos. Caso os clientes da Companhia venham a descumprir suas obrigações de forma a acarretar perdas acima das expectativas, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados. A taxa de inadimplência dos clientes da Companhia foi de 2,53%, 0,71%, 2,90%, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, considerando faturas vencidas há mais de 30 (trinta) dias.

### ***g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue***

***O mercado brasileiro de fabricação de automóveis é marcado por uma forte concentração de montadoras de veículos.***

Os principais fornecedores da Companhia são as montadoras de veículos. O setor brasileiro de fabricação de automóveis leves e de autopeças é fortemente controlado por seis montadoras – FCA, GM, Volkswagen, Toyota, Hyundai e Renault – que juntas foram responsáveis por mais de 83% dos licenciamentos de automóveis e comerciais leves no mercado doméstico em 2022, conforme dados da ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Caso ocorra uma mudança na capacidade instalada e nas políticas e condições de vendas de veículos pelas montadoras, a capacidade da Companhia de renovar e expandir sua frota de veículos e, conseqüentemente, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas poderão ser afetados negativamente.

***A forte concorrência no segmento de aluguel de veículos pode afetar os resultados operacionais da Companhia.***

O segmento de aluguel de veículos é altamente competitivo e pulverizado. Segundo a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis, em 2022 o setor de locação de veículos contava com 17.738 locadoras, que apresentaram faturamento total de R\$36,8 bilhões, com uma frota de 1.434.299 veículos com idade média de 23,4 meses. O segmento de aluguel de veículos tem poucas barreiras de entrada e as tarifas de locação consistem em um dos fatores importantes na decisão de contratação destes serviços pelos clientes. O ambiente altamente competitivo e as estratégias de crescimento dos competidores podem afetar de forma material o resultado operacional da Companhia.

### ***h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue***

***Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos.***

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas, alterações de interpretação sobre a incidência tributária e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais específicas. Mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, como por exemplo a regulamentação pelos estados de questões relacionadas ao registro e licenciamento de veículos automotores e à cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (“IPVA”), a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos novos ocorrida em 2012 ou eventual incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na venda de veículos seminovos com menos de 1 (um) ano de idade, podem impactar na depreciação da frota e no valor de mercado dos ativos da Companhia. Aumentos na carga tributária da Companhia ou efeitos de mudanças na legislação

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

tributária podem causar limitações operacionais no que se refere ao livre remanejamento da frota, causar um aumento na carga tributária e ainda impactar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

### ***j) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

### ***j) Riscos relacionados às questões sociais***

***A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.***

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado, a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nas leis, regulamentos ou entendimento jurisprudencial pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança, ou o trabalho em duplas ou supervisionado para determinadas atividades de campo, podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

### ***k) Riscos relacionados às questões ambientais***

***A Companhia está sujeita à regulamentação ambiental e caso não observe a regulamentação aplicável ou fique sujeita à regulamentação mais rigorosa, os seus negócios poderão sofrer efeitos adversos.***

As atividades exercidas pela Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, envolvendo, dentre outros assuntos, temas relacionados a licenciamento ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos. Novas leis ou regulamentos aprovados ou implementados podem afetar, de modo adverso, os negócios e os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Para desenvolver suas atividades em determinadas localidades, a Companhia é obrigada a obter e renovar, periodicamente, licenças e autorizações de natureza ambiental, seja por si ou por empresas terceirizadas especializadas na elaboração e implantação dos projetos para a construção das estruturas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Na hipótese de violação ou descumprimento das leis, regulamentos, licenças, autorizações e respectivas condicionantes técnicas, quando aplicáveis, a legislação ambiental prevê a possibilidade de aplicação de sanções administrativas pelos órgãos ambientais competentes, tais como multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades e revogação de autorizações, sanções criminais, além da obrigação de reparação ou compensação de eventuais danos ambientais causados, na esfera civil. Quaisquer desses eventos podem afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia, além de gerar reflexos negativos à imagem e à reputação da Companhia.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por crimes ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige. A responsabilidade criminal é subjetiva, pessoal e intransferível e, diferentemente da responsabilidade civil, depende de dolo e/ou culpa para estar caracterizada.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica. A pessoa jurídica pode ser punida com a aplicação de uma multa criminal ou com penas restritivas de direitos, que podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações. Pessoas físicas podem ser punidas com reclusão e/ou multa.

Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive administradores.

Ademais, referida lei prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Já a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

A inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia, de qualquer natureza, inclusive a eventual ausência de elaboração e de implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), pode expor a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais.

A responsabilização da Companhia por infrações, danos e crimes ambientais poderá afetar adversamente sua imagem, operações e situação financeira.

Ainda, o Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) entre a Companhia e as respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas, que podem acarretar no desembolso de valores adicionais pela Companhia para cumprimento de tais obrigações. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia pode ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário. Além disso, o Poder Público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais para a Companhia, de modo a adequar suas atividades a estas regras. A Companhia não pode garantir que conseguirá obter, manter ou renovar tempestivamente suas licenças e autorizações ambientais, bem como não pode assegurar que a legislação ambiental não se tornará cada vez mais restritiva e complexa, o que pode exigir da Companhia investimentos adicionais na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos, além de demoras ou indeferimentos na emissão de licenças ambientais ou dispensas, podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

***A eventual não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento de licenças ambientais, registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências de natureza ambiental podem afetar significativamente os resultados e imagem da Companhia.***

Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças, registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências necessárias, conforme aplicável, podem atrasar ou impedir o pleno funcionamento das atividades da Companhia. A falta (em razão da não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento) de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total, dos regulamentos e condicionantes técnicos ambientais, podem acarretar em efeito adverso para as atividades da Companhia, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal, sem prejuízo da reparação de danos na esfera civil, situações em que os nossos resultados e imagem poderão ser adversamente afetados. A Companhia não pode garantir que detém ou que irá deter todas as licenças ambientais aplicáveis às atividades que exerce.

Adicionalmente, no tocante às instalações físicas necessárias às atividades da Companhia (sejam pontos de atendimento, pontos de presença ou data centers), qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento devido ao gerenciamento de eventuais áreas contaminadas, ou qualquer outra razão, como desastres naturais, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevisíveis, podem nos impedir da Companhia de continuar prestando os nossos serviços a determinados grupos de clientes, o que poderá, por sua vez, e a depender do volume de clientes afetados, impactar os seus

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

resultados de forma significativa. Nessas hipóteses, os resultados financeiros e operacionais, bem como a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

### ***A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus terceiros contratados***

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que possuir mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos. Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ou procedimentos administrativos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, além de incorrer em eventuais custos para cumprimento de obrigações de fazer e implementação de medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados por terceiros contratados, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

### ***Incêndios, chuvas fortes ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar adversamente as instalações da Companhia e a sua estrutura de custos, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais***

Incêndios, chuvas fortes e danos ambientais causados por desastres naturais ou humanos, podem danificar ou destruir as instalações da Companhia, bem como danificar sua frota de veículos e ocasionar atrasos em suas operações, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

#### ***l) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição***

##### ***Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos para cumprimento destas regulações.***

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa, seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa. A atual regulamentação sobre Gases de Efeito Estufa, ou, ainda, a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia

#### ***m) Riscos relacionados à outras questões não compreendidas nos itens anteriores***

##### ***A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.***

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro e seus negócios estão fortemente integrados a economia e às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. Os resultados operacionais da Companhia, principalmente os relacionados ao mercado de aluguel de carros, são fortemente afetados pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. Uma redução na atividade econômica, incluindo em razão do COVID-19, resulta na diminuição nas viagens de turismo, negócios, investimentos e aumento do desemprego e, conseqüentemente, em redução na demanda de aluguéis de veículos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, e a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Adicionalmente, o mercado de títulos e valores mobiliários e a economia brasileira são afetados por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia.

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o valor das ações de emissão da Companhia.***

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

***O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.***

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia pode vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação; e
- instabilidade social e política.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais.

### ***A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados das operações da Companhia.***

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do Produto Interno Bruto (PIB), fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar em decorrência da eleição presidencial brasileira realizada em outubro de 2022, e a Companhia não pode prever os impactos potenciais das políticas a serem adotadas pelo novo governo brasileiro.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Numerosos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro. Em particular, a indústria brasileira de petróleo e gás foi adversamente afetada por essas investigações no passado. A Companhia não pode prever se desenvolvimentos e investigações futuras causarão volatilidade econômica e política no Brasil, o que pode afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo da Companhia.

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o presidente adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia.

### ***Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.***

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas de inflação do Brasil foram de 5,79%, 10,06% e 4,5% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou inflação de 5,45% em 2022, 17,78% em 2021 e 23,14% em 2020. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

Uma das conseqüências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 13,75% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor



## 4.1 Descrição dos fatores de risco

do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Apesar dos reajustes anuais com base na inflação, se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus usuários para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar os custos da Companhia e reduzir suas margens operacionais e líquidas. Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais.

O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo da sua dívida atual, bem como em seu caixa e seus equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar a Companhia adversamente.

### ***A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.***

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão tomadas pelo governo brasileiro no futuro.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e pode ser adversamente afetada por essas políticas.

### ***A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados na medida em que o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores de valores mobiliários de emissão da Companhia de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, conseqüentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao desempenho da Companhia.

### ***Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e países emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.***

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em uma recessão global, com vários efeitos que, direta ou indiretamente, prejudicaram os mercados financeiros e da economia brasileira.

O Brasil está sujeito à acontecimentos que incluem, por exemplo, (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais, (iii) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e (iv) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, entre outras.

Esses acontecimentos podem afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e também pode dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capitais, bem como o financiamento das operações da Companhia em termos aceitáveis.

***Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente a Companhia.***

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB- com perspectiva positiva, Ba2 com perspectiva estável e BB com perspectiva estável pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, que está abaixo do grau de investimento.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, afetando adversamente a classificação de risco da Companhia e, conseqüentemente, sua situação financeira.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2 Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

***A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.***

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento.

A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, e nem que seus clientes não irão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a sua receita futura. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

***A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e resultados operacionais.***

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos pagamentos de seus clientes em contrapartida ao aluguel de veículos. Caso os clientes da Companhia venham a descumprir suas obrigações de forma a acarretar perdas acima das expectativas, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados. A taxa de inadimplência dos clientes da Companhia foi de 2,53%, 0,71%, 2,9%, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, considerando faturas vencidas há mais de 30 (trinta) dias.

***As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.***

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de veículos dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças. Ainda, os fornecedores da Companhia, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação dos estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar custos substanciais.

Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como, por exemplo, a consolidação de um estoque atraente, e, como consequência, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

***Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.***

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas de inflação do Brasil foram de 5,79%, 10,06% e 4,5% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente, e de 3,50% para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou inflação de 5,45% em 2022, 17,78% em 2021, 23,14% em 2020 e -5,97% para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 12,25% ao ano. O Comitê de Política Monetária ("COPOM") frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Apesar dos reajustes anuais com base na inflação, se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus usuários para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar os custos da Companhia e reduzir suas margens operacionais e líquidas. Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais.

O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo da sua dívida atual, bem como em seu caixa e seus equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar a Companhia adversamente.

***O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente***

Em 31 de dezembro de 2020, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 152,9 milhões. Já em 31 de dezembro de 2021, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 327,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 a soma dos saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante era de R\$ 441,1 milhões e em 30 de setembro de 2023, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 1.312,4 milhões. A Companhia pode vir a buscar empréstimos, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. Um alto grau de alavancagem da Companhia pode ter consequências materiais, incluindo:

- aumento da vulnerabilidade a desacelerações ou mudanças adversas em condições econômicas, setoriais ou competitivas gerais e mudanças adversas nos regulamentos governamentais;
- exigência de parcela substancial dos fluxos de caixa das operações a serem dedicados ao pagamento de principal e juros sobre seu endividamento, reduzindo a capacidade de usar seus fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócios;
- exposição ao risco de aumento das taxas de juros, pois a maioria de seus empréstimos são contratados em taxas de juros pós fixadas;
- limitação da sua capacidade de fazer aquisições estratégicas ou em fazendo tais aquisições ser obrigada a realizar desinvestimentos não estratégicos;
- limitação da sua capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, despesas de capital, recompra de ações, desenvolvimento de linha de produtos ou serviços, requisitos de serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos ou outros; e
- limitação da sua capacidade de se ajustar a mudanças nas condições de mercado, colocando a Companhia em desvantagem competitiva em comparação com os seus concorrentes que são menos alavancados ou que possuem menor risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações nos contratos de financiamento vigentes, bem como em possíveis novos contratos, as quais, se descumpridas, poderão resultar no vencimento antecipado de tais dívidas, bem como na consequente aceleração de outras dívidas (cross

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

*default e cross acceleration*), o que poderá impactar adversamente a situação financeira e os negócios da Companhia. Para mais informações, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

Em razão de sua estratégia de expansão, a Companhia pode vir a contratar novas dívidas no futuro. A Companhia não tem como garantir que a sua capacidade de geração de caixa decorrente da exploração de suas atividades comerciais evoluirá proporcionalmente ao crescimento do seu endividamento e será suficiente para cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida em que é parte, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 79,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 343,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 159,0 milhões e em 30 de setembro de 2023, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R\$ 202,2 milhões. A Companhia pode vir a buscar empréstimos adicionais, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. O aumento do endividamento e a insuficiência do fluxo de caixa, o qual fora negativo nos períodos citados podem impactar de forma adversa o resultado de suas operações e a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas compreende os seguintes riscos: (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez; (iii) risco de mercado; e (iv) risco de taxa de juros.

- **Riscos de Crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

#### Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia e suas controladas apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e suas controladas inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Risco e Auditoria.

A Companhia e suas controladas limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

A Companhia e suas controladas adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando a prevenir perdas por inadimplência. A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna e externa de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

#### Avaliação da perda esperada de crédito para clientes

A Companhia e suas controladas classifica internamente toda carteira de acordo com o risco de crédito que se entende para cada potencial cliente/credor. A avaliação e classificação são definidas pelo comportamento de pagamento de cada cliente e o seu potencial dentro do negócio da Companhia, além de uma avaliação comercial feita pelas diretorias operacionais e o histórico de inadimplência.

A tabela abaixo fornece a exposição de perda de crédito esperada do contas a receber de clientes em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	30 de setembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Taxa Média Ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito	Taxa Média Ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito
A faturar	0,28%	15.876	(43)	Não	0,38%	10.894	(29)	Não
A vencer	0,29%	62.420	(303)	Não	0,38%	48.797	(411)	Não
Vencidos até 30 dias	1,48%	2.475	(86)	Não	3,00%	3.132	(119)	Não
Vencidos de 31 a 90 dias	1,65%	864	(5)	Não	14,69%	5.170	(4.380)	Não
Vencidos de 91 a 180 dias	5,72%	615	(5)	Não	16,57%	755	(490)	Não
Vencido há mais de 180 dias	61,5%	7.652	(6.666)	Não	19,12%	1.586	(1.123)	Não

Controladora

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	89.902	(7.108)	70.334	(6.552)
<b>Consolidado</b>				
<b>30 de setembro de 2023</b>				
	Taxa Média Ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito
A faturar	1,93%	37.230	(529)	Não
A vencer	0,44%	79.794	(603)	Não
Vencidos até 30 dias	1,90%	6.247	(261)	Não
Vencidos de 31 a 90 dias	2,39%	2.084	(74)	Não
Vencidos de 91 a 180 dias	5,41%	1.305	(65)	Não
Vencidos há mais de 180 dias	59,72%	8.588	(7.202)	Não
		<b>135.248</b>	<b>(8.734)</b>	

#### Caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas e externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (S&P, Fitch e Moody's).

- **Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é definido pela possibilidade da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui recursos em conta corrente disponíveis para utilização imediata.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratados pela Companhia nas demonstrações financeiras (fluxos de caixa não descontados contratados):

Controladora	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo
<b>Em 30 de setembro de 2023</b>					
Empréstimos e financiamentos	83.955	330.655	120.445	25.955	561.010
Debêntures e Nota Comercial	55.311	237.149	159.146	-	451.606
Passivo de arrendamento – imóveis	697	1.558	1.049	1.452	4.756

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Fornecedores	39.338	-	-	-	39.338
Contas a pagar	46.976	88.487	90.030	-	225.493
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Empréstimos e financiamentos	21.595	188.037	226.974	-	436.606
Passivo de arrendamento – imóveis	636	764	867	2.255	4.522
Fornecedores	140.591	-	-	-	140.591
Contas a pagar	307	323	-	-	630
Dividendos	15.861	-	-	-	15.861
<b>Consolidado</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Saldo</b>
<b>Em 30 de setembro de 2023</b>					
Empréstimos e financiamentos	108.462	413.777	125.246	25.955	673.440
Debêntures e Nota Comercial	120.439	470.335	446.146	139.830	1.176.750
Passivo de arrendamento – imóveis	1.264	2.483	1.049	1.452	6.248
Fornecedores	63.535	-	-	-	63.535
Contas a pagar	46.976	88.487	90.030	-	225.493

#### Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhia do setor, a Companhia e suas controladas monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos e derivativos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	30 de setembro de 2023	Controladora	Consolidado
		31 de dezembro de 2022	30 de setembro de 2023
Total de empréstimos, financiamentos, nota comercial, derivativos e arrendamentos	771.178	456.668	1.334.755
Menos: Caixa e equivalentes de caixa/Títulos e valores mobiliários	85.034	39.569	233.656



### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Dívida Líquida	686.144	417.099	1.101.099
Total do Patrimônio Líquido	721.962	610.237	721.962
Total do capital	1.408.106	1.027.336	1.823.061
Índice de alavancagem financeira - % (*)	49%	41%	60%

(\*) o Cálculo do índice de alavancagem financeira é Dívida líquida/capital total.

- **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Risco e Auditoria.

- **Risco de Taxa de Juros**

Risco de taxas de juros decorre da oscilação de taxas de juros incidentes em um instrumento financeiro em sofrer perdas ou ganhos. Os riscos de taxas de juros da Companhia e suas controladas referem-se, principalmente, aos títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, aplicadas como taxa de juros.

O risco cambial decorre da variação entre dois momentos, da relação existente entre a moeda nacional e uma moeda internacional sofrendo perdas ou ganhos em operações no exterior. Conforme política financeira, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir sua exposição às mudanças na taxa de câmbio com swap cambial para contratos nesta modalidade.

Os empréstimos bancários para investimentos estão contratados com taxas de juros pós-fixadas pela variação do CDI. Os empréstimos que estão na modalidade 4.131, em moeda estrangeira e, assim, sujeita à variação cambial, e o risco de variação na taxa de câmbio desses empréstimos é mitigado com a contratação de operações de swap realizadas com as mesmas instituições financeiras que concederam os empréstimos.

Os empréstimos para investimentos contratados com negociação com taxas de juros pré-fixados são protegidos do risco de variação nas taxas de juros do mercado com a contratação de operações de swap pós-fixados realizadas com as mesmas instituições financeiras que concederam os empréstimos.

		Controladora		Consolidado
		30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	30 de setembro de 2023
Empréstimos Fixados	Pós	748.082	436.606	1.301.851
Empréstimos fixados	Pré-	-	-	4.286
		<b>748.082</b>	<b>436.606</b>	<b>1.306.137</b>

		Controladora		Consolidado
		30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	30 de setembro de 2023
TLP/IPCA		24.350	30.221	24.350
CDI		600.159	340.442	1.127.155
EUR/USD Libor		123.573	65.943	150.346

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

748.082	436.606	1.301.851
---------	---------	-----------

O risco da variação do CDI é parcialmente mitigado pelas aplicações financeiras feitas no caixa, conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado
	30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	30 de setembro de 2023
Empréstimos em CDI	600.159	340.442	1.127.155
Empréstimo em moeda estrangeira + SWAP	141.913	81.483	172.716
Total Dívida em CDI (a)	742.072	421.925	1.299.871
Aplicações Financeiras (b)	83.855	38.035	229.566
Saldo em CDI (a-b)	658.217	383.890	1.070.305

#### Análise de sensibilidade:

A Companhia realizou para as dívidas atreladas à taxa de câmbio (R\$/US\$) e (R\$/EUR) a mesma variação de 25% e 50%, considerando para esse risco a mitigação pela exposição inversa em relação à dívida. A Companhia considerou as projeções da taxa de câmbio na data do balanço e que o Dólar provável para o próximo ano seja de R\$ 5,2722/US\$ e o Euro provável, R\$ 5,6207/EUR. No cenário I + deterioração de 25%, o Dólar a R\$ 6,5902/US\$ e o Euro a R\$ 7,0259/EUR; e no cenário I + deterioração de 50%, o Dólar a R\$ 7,9082/US\$ e o Euro a R\$ 8,4311/EUR, conforme abaixo:

				Controladora		
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I deterioração de 25%	+Cenário I + deterioração de 50%
Posição em 30/09/2023	600.159	CDI		678.783	695.819	712.856
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(78.624)	(95.660)	(112.697)
Dívida atrelada à IPCA				13,38%	14,86%	16,33%
Posição em 30/09/2023	24.350	IPCA		27.607	27.967	28.327
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(3.257)	(3.617)	(3.977)
				Consolidado		
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Posição em 30/09/2023	1.127.155	CDI		1.284.979	1.317.230	1.349.482
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(157.824)	(190.075)	(222.327)
Dívida atrelada à IPCA				13,38%	14,86%	16,33%
Posição em 30/09/2023	24.350	IPCA		27.607	27.967	28.327
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(3.257)	(3.617)	(3.977)

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Operação	Exposição	Risco	Controladora			
			Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + Deterioração de 50%
<b>Instrumentos em moeda estrangeira Euro</b>						
Dívida				8,83%	36,04%	63,25%
Posição Passiva em 30/09/2023	63.053	R\$		68.625	85.781	102.937
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(5.572)	(22.728)	(39.884)
<b>SWAP</b>						
Posição Ativa - em €	64.842	R\$		69.997	85.297	100.596
Posição Passiva - em CDI	83.782	CDI		95.553	97.951	100.350
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda/Ganho)	(25.556)	(12.654)	246
<b>Instrumentos em moeda estrangeira Dolar Libor 3 months</b>						
Dívida				15,36%	44,20%	73,04%
Posição Passiva em 30/09/2023	60.519	R\$		69.815	87.269	10.472
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(9.296)	(26.750)	50.047
<b>SWAP</b>						
Posição Ativa – em US\$	69.876	R\$		78.122	92.743	107.365
Posição Passiva – em CDI	69.276	CDI		79.087	81.072	83.057
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda/Ganho)	(965)	11.671	24.308
<b>Consolidado</b>						
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
<b>Instrumentos em moeda estrangeira Euro</b>						
Dívida				9,82%	37,28%	64,73%
Posição Passiva em 30/09/2023	89.827	€		98.650	123.312	147.975
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(8.823)	(33.485)	(58.148)
<b>SWAP</b>						
Posição Ativa – em €	92.969	R\$		102.919	12.793	152.932
Posição Passiva – em CDI	115.938	CDI		132.869	136.204	139.539
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda/ganho)	(29.950)	(123.411)	13.393
<b>Instrumentos em moeda estrangeira Dolar Libor 3 months</b>						
Dívida				16,41%	45,51%	74,62%
Posição Passiva em 30/09/2023	60.519	US\$		61.869	77.336	92.803
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(1.350)	(16.817)	(32.284)
<b>SWAP</b>						
Posição Ativa - em US\$	69.876	R\$		79.821	97.455	115.090
Posição Passiva - em CDI	69.277	CDI		79.087	81.072	83.057
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			ganho	734	16.383	32.033

#### Instrumentos financeiros derivativos

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. Os testes de efetividade estão devidamente documentados ficando confirmado que os *derivativos* designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de *hedge*.

A Companhia utiliza contratos de swap para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de variações nas taxas de câmbio relacionadas com empréstimos em moeda estrangeira. Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquida de imposto de renda e contribuição social diferido.

A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

#### **Swap de variação cambial**

As operações de swap de variação cambial foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes para eliminar a exposição à variação cambial.

As operações de swap são contratadas para converter dívidas e empréstimos denominados em Dólares ou Euros para Reais. Veja quadro abaixo:

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

#### 30 de setembro de 2023

													Controladora
Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Moeda	Indexador médio		Valor Nacional	Juros (Accrual)		Ganho/ (perda)	Marcação a Mercado (Mark-to-market)			Movimento Resultado	Movimento Ora*
			Posição ativa	Posição Passiva		Posição ativa	Posição passiva		Posição ativa	Posição passiva	Ganho/ (perda)		
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	USD	6,41% a.a.	2,70% a.a.	63.180	60.594	64.428	(3.834)	69.876	69.277	599	10.966	(2.379)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	2,24% a.a.	CDI + 2,60% a.a.	75.000	63.118	78.493	(15.375)	64.842	83.781	(18.939)	6.816	(4.433)
					<b>138.180</b>	<b>123.712</b>	<b>142.921</b>	<b>(19.209)</b>	<b>134.718</b>	<b>153.058</b>	<b>(18.340)</b>	<b>17.782</b>	<b>(6.812)</b>

#### 31 de dezembro de 2022

													Controladora
Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Moeda	Indexador médio		Valor Nacional	Juros (Accrual)		Ganho/ (perda)	Marcação a Mercado (Mark-to-market)			Resultado	Movimento Ora*
			Posição ativa	Posição Passiva		Posição ativa	Posição passiva		Posição ativa	Posição passiva	Ganho/ (perda)		
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	2,24% a.a.	CDI + 2,60% a.a.	75.000	65.954	75.551	(9.597)	63.483	79.023	(15.540)	14.771	3.492
					<b>75.000</b>	<b>65.954</b>	<b>75.551</b>	<b>(9.597)</b>	<b>63.483</b>	<b>79.023</b>	<b>(15.540)</b>	<b>14.771</b>	<b>3.492</b>

#### 30 de setembro de 2023

													Consolidado
Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Moeda	Indexador médio		Valor Nacional	Juros (Accrual)		Ganho/ (perda)	Marcação a Mercado (Mark-to-market)			Resultado	Movimento Ora*
			Posição ativa	Posição Passiva		Posição ativa	Posição passiva		Posição ativa	Posição passiva	Ganho/ (perda)		
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	USD	6,41% a.a.	2,70% a.a.	63.180	60.594	64.428	(3.834)	69.876	69.277	599	10.966	(2.379)

**4.3 Descrição dos principais riscos de mercado**

Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	2,24% a.a.	CDI + 2,60% a.a.	75.000	63.118	78.493	(15.375)	64.842	83.782	(18.940)	6.816	(4.433)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	8,02% a.a.	CDI +4,40% a.a.	27.014	26.957	29.968	(3.011)	28.127	32.156	(4.029)	3.225	(1.019)
					<b>165.194</b>	<b>150.669</b>	<b>172.889</b>	<b>(22.220)</b>	<b>162.845</b>	<b>185.215</b>	<b>(22.370)</b>	<b>21.007</b>	<b>(7.831)</b>

\*Os valores nesta tabela estão brutos de tributos sobre o lucro

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4 foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou seja, cujo valor envolvido seja superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Para os processos cíveis, a expectativa de perda é baseada na média histórica de valores de acordos e condenações em processos similares e conforme competência (juizado especial ou vara cível).

Para os processos trabalhistas, a expectativa de perda considera as provas a serem produzidas para defesa, bem como a jurisprudência sobre a matéria.

Para os processos tributários, a expectativa de perda considera os fatos específicos de cada processo, a legislação tributária vigente e a jurisprudência sobre o tributo em discussão.

Após o provisionamento inicial, os valores indicados podem ser revistos e, se for o caso, reajustados nos casos de decisão favorável ou desfavorável proferida em primeiro ou segundo grau.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de setembro de 2023, segregados conforme sua natureza.

### Contingências Cíveis

<b>Cumprimento de Sentença n.º 0246744-66.2020.8.19.0001 (Ação de Indenização n.º 0129576-68.2005.8.19.0001)</b>	
<b>a. Juízo</b>	27ª Vara Cível do Rio de Janeiro
<b>b. Instância</b>	Ação de Indenização - 3ª instância (STJ) Cumprimento de Sentença – 1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	10/11/2020
<b>d. Partes no processo</b>	Exequente: Edmilson Soares Dantas Executada: Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC (controlada da Companhia)
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor atualizado da execução provisória: R\$ 1.690.700,08
<b>f. Principais fatos</b>	A Ação de Indenização n.º 0129576-68.2005.8.19.0001 foi promovida pela parte Autora em decorrência de um acidente em que o veículo do Autor, alugado pela Companhia, foi objeto de um acidente ocasionado por um terceiro veículo em que o condutor transitava na contramão. Em razão do acidente, houve pedido de reparo do veículo do autor ou pagamento dos danos; pedido de lucros cessantes correspondentes às diárias até restauração do veículo; bem como pedido de indenização por danos morais.
<b>g. resumo das decisões de mérito proferidas</b>	O pedido foi julgado improcedente em sede de 1ª instância, sob o argumento de que o Autor teria descumprido uma das obrigações do contrato de locação, por não manter contratado o seguro do veículo. A sentença foi parcialmente reformada pelo TJRJ, sob a alegação de que a Companhia, como locatária do automóvel pertencente ao Autor, deveria devolvê-lo ao proprietário quando findo o contrato, respondendo pela integralidade do bem enquanto dele usufruiu. Dessa forma, a Companhia foi condenada em segunda instância ao pagamento de lucros cessantes e dano material, mas a condenação por danos morais foi afastada pelo tribunal. A Companhia interpôs Embargos de Declaração contra referido acórdão, os quais foram inicialmente rejeitados. Após a interposição de Recurso Especial e Agravo em Recurso Especial, foi determinado que a 15ª Câmara Cível do TJRJ enfrentasse as questões levantadas pela Companhia nos referido Embargos de Declaração. Contudo, os Embargos de Declaração foram integralmente rejeitados pela 15ª Câmara Cível. A Companhia interpôs novo Recurso Especial, o qual foi integralmente provido sob o argumento de que o TJRJ se manteve inerte em emitir qualquer juízo a respeito da tese levantada pela Companhia.
<b>h. estágios do processo</b>	Aguardando julgamento do Agravo Interno interposto pelo Autor contra a decisão que deu provimento do Recurso Especial da Companhia, de modo que o feito aguarda julgamento. Paralelamente à Ação de Indenização, o Autor ingressou com o cumprimento provisório de sentença. A Companhia apresentou impugnação ao cumprimento provisório, que foi parcialmente acolhido pelo TJRJ. O Autor e a Companhia apresentaram Embargos de Declaração contra a decisão do TJRJ, de modo que atualmente aguarda-se julgamento de ambos os embargos.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Cumprimento de Sentença n.º 0246744-66.2020.8.19.0001 (Ação de Indenização n.º 0129576-68.2005.8.19.0001)	
i. chances de perda	Provável
j, motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O valor inicial em discussão supera R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).
k. análise do impacto em casos de perda	Em caso de perda, o valor da indenização deverá ser depositado em juízo e a Companhia sofrerá um impacto financeiro.

Ação de Indenização n.º 0052371-50.2010.8.13.0034	
a. Juízo	Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Teófilo Otoni-MG
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	02/12/2010
d. Partes no processo	Autores: Pedro de Araújo Correa e Joana Rodrigues Correa Réus: Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC (controlada da Companhia) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.143.000,00
f. Principais fatos	A Companhia mantinha um contrato de locação de veículos com o IBGE. Em 31/07/2010 um funcionário do IBGE, conduzindo o veículo alugado e de propriedade da Companhia, colidiu na motocicleta conduzida pela parte Autora Pedro de Araújo Correa, que veio a óbito.  Os pais do <i>de cujus</i> ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais em virtude do acidente.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em sentença, o juízo <i>a quo</i> decidiu por declarar extinto o processo sem análise do mérito, pois o advogado constituído renunciou ou mandato. O juízo buscou intimar os autores para comunicação de novo mandatário, porém os autores mudaram de endereço sem comunicação ao juízo, estando em local incerto e não sabido.
h. estágios do processo	Os autores recorreram da decisão da 1ª instância. Houve contrarrazões à apelação tanto da Companhia quanto do IBGE. Os autos estão conclusos para decisão no TRF -1, 2º grau.
i. chances de perda	Possível
j, motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão da matéria discutida no processo.
k. análise do impacto em casos de perda	Em caso de perda, o valor da indenização deverá ser depositado em juízo, de modo que a Companhia sofrerá um impacto financeiro.

Além das ações listadas acima, não há, na data de 30 de setembro de 2023, outros processos cíveis ou tributários considerados relevantes, isto é, que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou seja, cujo valor envolvido seja superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.



## **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

### **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não havia registrado provisões para os processos individualmente relevantes descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência

#### **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

#### **4.6 Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário, a Companhia não foi notificada e/ou citada em relação a processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

#### **4.7 Outras contingências relevantes**

Não há outras contingências que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 4.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 Descrição dos controles internos

**a) *as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las***

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**b) *as estruturas organizacionais envolvidas***

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**c) *se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento***

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**d) *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente***

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras referente ao período findo em 30 de junho de 2023, obtiveram um entendimento dos controles internos que foram considerados relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, como resultado, identificaram deficiências e recomendações em relação aos controles internos da Companhia e de suas controladas, sendo que nenhuma foi classificada como "Deficiência Significativa".

**e) *comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas***

A Administração da Companhia concorda com a avaliação dos auditores independentes em relação à ausência de deficiências significativas no relatório de controles internos referente ao período findo em 30 de junho de 2023. A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes e adotou, quando necessário, planos de ação para endereçá-las. No entendimento da Administração da Companhia tais planos são suficientes para endereçar as recomendações dos auditores independentes.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3 Programa de integridade

**a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A controladora da Companhia, a Vix Logística S.A. aprovou em 2021 o seu Código de Conduta, o qual é aplicável às suas controladas. Juntamente ao Código de Conduta, a Vix adotou o seu Programa de Integridade, o qual tem por objetivo prevenir, detectar e remediar práticas inadequadas, que contrariem o Código de Conduta, normas e políticas internas e a legislação vigente.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Consolidando práticas já adotadas pela Vix e suas controladas, incluindo a Companhia e reafirmando o compromisso com ações futuras, o Programa de Integridade, tem por objetivo prevenir, detectar e remediar fraudes e ilícitos ao Código de Conduta, Política Anticorrupção e a legislação vigente. Por meio do Programa de Integridade, a Vix e suas controladas buscam fortalecer cada vez mais a cultura ética, combater a corrupção, promover um melhor padrão de governança e liderança consciente, além de engajar as pessoas para o bem e alavancar os negócios.

Alinhado com as diretrizes corporativas e aos valores organizacionais, o Programa de Integridade está sustentado sob os seguintes pilares:

- O comprometimento da Alta Administração;
- Instância responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das ações;
- Análise de riscos;
- Normas e procedimentos internos;
- Comunicação;
- Treinamentos periódicos;
- Canal de denúncia;
- Ações de remediação;
- Medidas disciplinares;
- Due Diligence de terceiros;
- Monitoramento contínuo;

Tendo como referências as melhores práticas do mercado, bem como as disposições contidas na Lei n.º 12.846/13, no Decreto n.º 8.420/15 e, quando aplicável, nas legislações internacionais, nas recomendações do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU, o Programa de Integridade se aplica a Vix e a todas as empresas controladas, bem como aos seus acionistas, membros do Conselho de Administração, comitês de assessoramento, investidores, fornecedores e prestadores de serviços e demais terceiros que mantenham relacionamento com a Vix.

Dentre as normas e procedimentos internos, destacamos o Código de Conduta corporativo e a Política Anticorrupção, os quais estabelecem os princípios éticos e a conduta esperada nos casos de relacionamento com agentes públicos, mas também nas relações entre agentes privados.

Em dezembro de 2020 a Vix se tornou signatária do Pacto Global da ONU e do Pacto Empresarial pela Integridade do Instituto Ethos. Em janeiro de 2021 a Vix foi aceita como membro signatário do Pacto Global da ONU e, em fevereiro de 2021, foi formalizada sua associação ao Instituto Ethos, demonstrando mais um passo da Vix e, por consequência, suas controladas no sentido de melhorar seus padrões de governança corporativa e integridade.

Para a gestão da cultura ética, a Vix conta ainda com mecanismos de integridade, dentre os quais destacamos:

#### *Comprometimento da Alta Administração*

O comprometimento da Alta Administração é o principal pilar do Programa de Integridade da Vix e está presente por meio da destinação de recursos, do apoio manifesto à instituição e desenvolvimento das ações do Programa, e das manifestações expressas realizadas através dos meios de comunicação utilizados. Além disso, o reporte das ações do Programa de Integridade compõe pauta específica do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas e ESG, que possui agendas específicas para avaliação dos temas pertinentes à evolução do Programa de Integridade, indicadores do Canal de Denúncia e funcionamento do Comitê de Ética.

#### *Comitê de Ética*

## 5.3 Programa de integridade

Composto por Gerentes Operacionais e Corporativos da Companhia, compete-lhe zelar pelo cumprimento do Código de Conduta, garantindo que sejam considerados e respeitados os seus princípios e normas em todos os processos de negócio e atividades da Vix e suas controladas, tendo seus trabalhos orientados por regimento específico.

### *Auditoria Interna*

A qual compete elaborar, planejar e aplicar auditoria interna por meio da metodologia padrão estabelecida em atendimento aos requisitos normativos, legais e de clientes, bem como atuar, nos casos específicos definidos em instrução de trabalho interna, nas apurações de desvios ao Código de Conduta e demais normativos internos da Vix.

### *Análise de riscos*

Em 2020 foi iniciado novo ciclo de revisão da matriz de riscos estratégicos, listando os principais riscos e fatores, bem como categorizando os controles existentes, a fim de reduzir a probabilidade ou de atenuar os impactos. O diagnóstico dos riscos e do nível de maturidade balizam a definição do modelo de gestão, baseado no modelo de três linhas, conforme o International Internal Audit.

Para gestão dos riscos, a Vix possui em sua estrutura uma equipe dedicada ao tema, bem como uma Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Vix e suas controladas, no programa de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação, tratamento, registro, comunicação e monitoramento dos riscos, visando minimizar incertezas e maximizar oportunidades. Consequentemente, proteger e criar valor para a Vix e suas controladas, garantindo a perpetuidade dos negócios assim como a preservação de sua imagem.

### *Códigos, Políticas e Normativos Internos*

#### *Código de Conduta*

A Vix possui um Código de Conduta, implantado desde o ano de 2012, revisado em 2021 e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual estabelece os valores e princípios éticos da Vix e suas controladas, bem como as diretrizes aplicáveis a todos os colaboradores, fornecedores, parceiros, comunidade, acionistas, investidores, clientes e imprensa, nas relações mantidas com a Vix e suas controladas. Os princípios éticos nele estabelecidos devem fundamentar a relação com agentes públicos e privados, a negociação de contratos, acordos, propostas de alteração do estatuto social, bem como as políticas adotadas pela Vix e suas controladas. Após o lançamento do Programa de Integridade, o Código de Conduta passou por revisão, realizada em 2021, para adequação ao Regulamento do Novo Mercado.

#### *Código de Governança*

Alinhado aos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, o Código de Governança da Vix tem por objetivo consolidar os referidos princípios contemplados em estatutos, regimentos, código de conduta, políticas, instruções de trabalho, normas e procedimentos, visando facilitar o acesso e a consulta a essas informações, dando maior transparência ao processo. Elaborado em consonância com as premissas do Código Brasileiro de Governança Corporativa - CBGC e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, o Código de Governança foi implantado em 2017.

#### *Descritivo de Papéis e Responsabilidades*

Implantado em 2017, o Descritivo de Papéis e Responsabilidades da Vix consolida em um único documento os papéis e responsabilidades de cada um dos membros que compõem a estrutura de Governança Corporativa da Vix.

#### *Política Anticorrupção*

A Vix possui uma Política Anticorrupção, implantada em 2017, que se destina aos acionistas, executivos, membros do Conselho de Administração, empregados, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e demais stakeholders que se relacionem com a Vix, suas coligadas e/ou subsidiárias. A Política Anticorrupção tem como objeto nortear as ações e decisões de todos os gestores e colaboradores por meio da capacidade de agir com integridade e transparência, priorizando a honestidade nas relações pessoais e profissionais. A partir do lançamento do Programa de Integridade, a Política Anticorrupção passa



## 5.3 Programa de integridade

por revisões, em periodicidade não superior a 2 anos. A política foi objeto de revisão no ano de 2020, sendo aprovada pelo Conselho de Administração em 2021.

### *Política de Negociação de Valores Mobiliários*

A Companhia adota uma política específica de negociação de valores mobiliários, a qual estabelece as regras que deverão ser observadas pela Companhia, seus acionistas controladores, pelos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado), e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, bem como por quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso permanente ou eventual a informações relevantes ("Pessoas Vinculadas"), visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários.

Tais regras também visam coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações dos valores mobiliários. As regras da Política de Negociação definem ainda os períodos nos quais as Pessoas Vinculadas devem se abster de negociar com valores mobiliários, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

### *Comunicação e Treinamento*

Comunicação e treinamento são importantes pilares do Programa de Integridade da Vix, através dos quais são desenvolvidos programas e projetos específicos, que tem como objetivo fortalecer a cultura ética, os princípios e valores que compõem o Programa de Integridade. Este mapeamento é revisado anualmente, dando origem ao Plano Anual de Comunicação e Treinamento. Para sua construção, são considerados a realidade das operações, o público interno e externo da Companhia e o mapeamento dos riscos. Todos os colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, bem como a todas as formas de acesso ao Canal de Denúncias.

Como parte de sua estratégia de comunicação e treinamento, a Companhia realiza ações presenciais e online, mediante o uso de ferramentas que permitam o maior e mais adequado alcance dos colaboradores, dentre as quais citamos a ferramenta "VAPT" de educação corporativa à distância, permitindo ampliar o quantitativo de colaboradores treinados pelo Programa de Integridade.

### *Canal de Denúncias*

Implantado em 2015, tendo por objetivo prevenir, detectar e sanar os desvios ao Código de Conduta, a Política Anticorrupção, à legislação vigente e normas internas da Vix e suas controladas, incluindo fraudes, irregularidades praticadas contra a administração pública e nas relações entre agentes privados.

O canal de denúncias é operado por uma empresa independente e imparcial, dotado de credibilidade tanto pelo público interno quanto pelo público externo, aos quais está disponível, sendo assegurados em todo o caso o anonimato, a confidencialidade e a não retaliação. As análises e decisões quanto as denúncias recebidas pela Vix são baseadas em suas diretrizes organizacionais, dentre elas o propósito, princípios e valores, bem como as diretrizes do Código de Conduta, Lei Anticorrupção, Lei Antitrustes, Lei das Sociedades Anônima, práticas internas de anticorrupção e ética da Vix e serão avaliadas pelo Comitê de Ética independente e imparcial, da Vix.

Os relatos poderão ser comunicados por meio do Canal de Denúncias, mediante qualquer dos seguintes acessos: (i) e-mail: [denuncias@vix.com.br](mailto:denuncias@vix.com.br), site da Companhia (FALE COM A VIX > CANAL DE DENÚNCIAS do site [www.vix.com.br](http://www.vix.com.br)), ligação telefônica 0800-777- 1112, ou por cartas ou outros impressos enviados para o endereço Av. Jerônimo Vervloet, nº 345, Goiabeiras, Vitória – ES, CEP 29.075-140, aos cuidados do "CANAL DE DENÚNCIA". Seguindo as recomendações de melhores práticas, o canal de denúncias é operado por uma empresa terceirizada, estando em funcionamento durante os 7 dias da semana, 24h por dia.

As investigações relacionadas aos casos recebidos pelo canal de denúncias são sigilosas e realizadas tendo como referência uma Instrução de Trabalho específica que orienta o fluxo do processo. Os resultados apurados são avaliados pelo Comitê de Ética, que se reporta ao Comitê de Pessoas e ESG e ao Conselho de Administração da Vix e é dotado de autoridade para solicitar revisões e/ou complementações das tratativas realizadas.

## 5.3 Programa de integridade

### *Monitoramento do Programa de Integridade*

O monitoramento do Programa de Integridade é realizado pela Gerência Executiva Jurídico, Governança e Conformidade, designada pela Alta Administração da Vix, a quem compete implementar e monitorar anualmente sua evolução. As ações do Programa de Integridade são revisadas anualmente.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:**

O desenvolvimento, implementação e monitoramento do Programa de Integridade da Vix é de responsabilidade da Gerência Executiva Jurídico, Governança e Conformidade, contando com uma equipe dedicada ao desenvolvimento do tema. Compete-lhe, sem prejuízo de outras funções, implementar ações definidas pela Alta Administração da Vix, dentre elas o plano anual de comunicação abrangente a todos os stakeholders; propor e executar diretrizes de treinamentos; desenvolver, implementar e monitorar o cumprimento do Programa de Integridade, Código de Conduta, Política Anticorrupção e demais políticas internas aplicáveis, de acordo com diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e com o Código Brasileiro de Governança Corporativa - CBGC; fazer a gestão do canal de denúncias e prestar apoio ao Comitê de Ética; prestar informações periódicas ao Conselho de Administração da Vix, comitês de assessoramento e à diretoria; realizar análise de risco no processo de contratação quanto a clientes e fornecedores; monitorar, junto as demais áreas, o cumprimento de obrigações previstas no Plano Anual de Integridade.

A Gerência Executiva Jurídico, Governança e Conformidade reporta-se à Diretoria Administrativa da Vix quanto aos temas jurídicos e operacionais e, no que se refere aos temas de Governança Corporativa e Compliance, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Pessoas e ESG da Vix e ao Conselho de Administração da Vix.

### *Comitê de Ética*

O Comitê de Ética da Vix é dotado de independência e autonomia, reportando-se à Diretora Executiva da Vix e, periodicamente ao Comitê de Pessoas e ESG e ao Conselho de Administração da Vix. É composto por Gerentes Operacionais e Corporativos da Vix, que possuam ao menos 02 (dois) anos de serviço e sobre os quais não se registrem notas desabonadoras, indicados pelo Diretores, em lista homologada pelo Conselho de Administração da Vix e aprovados pela Diretora Executiva da Vix.

O Comitê é regido por diretrizes descritas em regimento próprio, competindo-lhe zelar pelo cumprimento do Código de Conduta, garantindo que sejam considerados e respeitados os seus princípios e normas em todos os processos de negócio e atividades da Vix. Dentre as atribuições do Comitê de Ética da Vix, está ainda a análise das tratativas realizadas aos casos encaminhados pelo Canal de Denúncias, estando revestido de autoridade para solicitar complementações e/ou propor recomendações.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

A Vix possui, desde 2012, um Código de Conduta, aplicável a todos os membros dos órgãos da Administração (diretor executivo, diretores, conselheiros e membros de comitês), colaboradores da Vix e de suas controladas, bem como a seus fornecedores e prestadores de serviços. O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Vix, tendo passado por revisão no ano de 2021.

### *Projetos e campanhas desenvolvidas*

A partir de um Plano Anual de Comunicação estruturado anualmente que tem como base os principais indicadores do Canal de Denúncia, assim como os temas de maior relevância na Vix, elencados conforme uma análise de riscos e tendências, a Vix desenvolve campanhas específicas que tem como objetivo fortalecer a cultura ética e o Programa de Integridade, dentre os quais:

### 5.3 Programa de integridade

**Papo de Integridade:** treinamento dedicado a gestão, tem como principal objetivo o debate de questões éticas e o papel da liderança no desenvolvimento do Programa de Integridade. No ano de 2022, foram compartilhados temas como “Liderança Inspiradora”, “Combate ao assédio”, “Relacionamento com agente públicos”, “Corrupção” e “Doações. Semana de Combate ao Assédio: iniciativa promovida para fortalecer o propósito e o valor respeito, trazendo maior conscientização do tema, com a participação da Alta Administração, sendo disseminada na sede, nas bases operacionais e nas suas controladas.

**Campanha da Diversidade:** em seu segundo ano de realização, a campanha reforça o valor do respeito, diversidade e a inclusão.

Em dezembro de 2022, a Vix promoveu a quarta edição da Semana da Cultura Ética e Combate à Corrupção, uma campanha realizada anualmente pela Vix, que reforça a importância de uma cultura íntegra e o combate à todas as formas de corrupção. É realizada na matriz, nas bases operacionais e nas suas controladas e no ano de 2022, a iniciativa foi desenvolvida com o tema “Copa da Integridade”, envolvendo uma série de atividades presenciais e online, jogos e palestras, disponíveis aos colaboradores, promovendo assim diálogos com a operação, os quais ocorreram mediante o engajamento da liderança.

**Doações e Patrocínios:** o fluxo de doações e patrocínios passou por nova atualização, reforçando as boas práticas, trazendo maior credibilidade, controle e rastreabilidade.

Além das campanhas realizadas em 2020, o Código de Conduta passou por uma nova revisão, trazendo uma abordagem mais detalhada sobre temas como assédio, segurança da informação, LGPD, conflitos de interesse, relacionamento com fornecedores e agentes públicos, reiterando que a Vix não tolera as práticas de corrupção passiva ou ativa, suborno, fraude, favorecimento e/ou outras ações praticadas que tenham por objeto a obtenção de vantagens ilícitas de qualquer natureza.

Também desde o ano de 2020, a Vix aplica um treinamento específico e obrigatório, dedicado a todos os colaboradores, para disseminação de seu Código de Conduta e do Programa de Integridade, por meio da plataforma online de educação corporativa da Vix, o VAPT, acessível ao público interno e às operações, reforçando a conduta esperada de todos aqueles que se relacionam com a Vix, inclusive no que diz respeito às práticas anticorrupção, treinamento este que foi replicado para o time de colaboradores já existente e, inclusive para o quadro de motoristas, que representa o maior percentual dos colaboradores da Vix, juntamente com o treinamento de reciclagem que é realizado todos os anos.

Novos colaboradores, ao ingressarem na Vix, também recebem um treinamento específico sobre o Programa de Integridade, abordando a temática corrupção.

A Política Anticorrupção foi revisitada no ano de 2021, contemplando, dentre outros aspectos, uma maior abordagem aos temas “relacionamento com agentes públicos” e “conflito de interesse”.

***As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

Nos casos em que houver violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Vix, poderão ser aplicadas as medidas disciplinares nele previstas, conforme a gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão/desligamento; e/ou (d) ajuizamento de ações judiciais cabíveis.

***Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

A última versão do Código de Conduta e Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração da Vix em julho de 2021 e está disponível para consulta nos websites da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia (<https://ri.vix.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>) e pela plataforma de acesso ao Canal de Denúncias da Companhia.

**b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Vix possui um canal de denúncia, o qual é aplicável às suas controladas, e por meio do qual os relatos são recebidos e processados por uma empresa independente e especializada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno e externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

São assegurados o anonimato, a confidencialidade e a não retaliação.

### 5.3 Programa de integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As tratativas dos relatos recepcionados pelo Canal de Denúncias são avaliadas pelo Comitê de Ética da Vix, podendo contar com apoio da Auditoria Interna ou empresa contratada para apurações mais específicas.

Os indicadores do Canal de Denúncias são reportados ao Conselho de Administração da Vix e ao Comitê de Pessoas e ESG da Vix, conforme agenda estabelecida.

**c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não possui registros de casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

**d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, conforme indicado nos itens anteriores. A Companhia possui Código de Conduta e Ética que regula as relações com a Administração Pública, bem como um Canal de Denúncias, operado por empresa independente e imparcial, como instrumento de monitoramento.

## **5.4 Alterações significativas**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **5.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>VIX LOGÍSTICA S.A.</b>						
32.681.371/0001-72	Brasil	Não	Sim	12/04/2023		
Não	VIX LOGÍSTICA S.A.		Jurídica		32.681.371/0001-72	
578.986.461	100,000	0	0,000	578.986.461	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
578.986.461	100,000	0	0,000	578.986.461	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VIX LOGÍSTICA S.A.				32.681.371/0001-72		
AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A						
31.469.364/0001-49	Brasil	Não	Sim	12/04/2023		
Não			Física			
84.705.660	100,000	0	0,000	84.705.660	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
KAUMER CHIEPPE						
769.327.617-34	Brasil	Não	Não	12/04/2023		
Não			Física			
6	0,000	0	0,000	6	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						



### 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VIX LOGÍSTICA S.A.				32.681.371/0001-72		
84.705.666	100,000	0	0,000	84.705.666	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A</b>				<b>31.469.364/0001-49</b>	
<b>AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.</b>					
31.708.852/0001-61	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não			Física		
22.879.607	27,407	0	0,000	22.879.607	27,407
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>LWM PARTICIPAÇÕES S.A.</b>					
01.193.177/0001-14	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não			Física		
1.764.581	2,114	0	0,000	1.764.581	2,114
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.</b>					
31.710.106/0001-02	Brasil	Não	Sim	31/12/2009	
Não			Física		
33.310.990	39,902	0	0,000	33.310.990	39,902
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A				31.469.364/0001-49		
NCC INVESTIMENTOS LTDA.						
31.774.441/0001-74	Brasil	Não	Não	31/12/2009		
Não			Física			
2.646.980	3,171	0	0,000	2.646.980	3,171	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.						
31.710.189/0001-30	Brasil	Não	Sim	31/12/2009		
Não			Física			
22.879.608	27,407	0	0,000	22.879.608	27,407	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
8	0,000	0	0,000	8	0,000	
TOTAL						

### 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A				31.469.364/0001-49		
83.481.774	100,000	0	0,000	83.481.774	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.				31.708.852/0001-61	
ARTHUR GOMES CHIEPPE					
160.294.207-20	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não			Física		
3.169	16,665	0	0,000	3.169	16,665
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AYLMER CHIEPPE					
014.462.317-04	Brasil	Não	Não	14/07/1990	
Não			Física		
1	0,005	0	0,000	1	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AYLMER CHIEPPE NETTO					
100.763.217-89	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não			Física		
3.169	16,665	0	0,000	3.169	16,665
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.				31.708.852/0001-61	
<b>FELIPE CHIEPPE DE SALDANHA</b>					
144.249.457-31	Brasil	Não	Sim	18/11/1987	
Não			Física		
2.112	11,106	0	0,000	2.112	11,106
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>JULIA CHIEPPE</b>					
100.763.167-85	Brasil	Não	Não	30/08/2021	
Não			Física		
3.169	16,665	0	0,000	3.169	16,665
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>LARA GOMES CHIEPPE</b>					
160.292.557-70	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não			Física		
3.169	16,665	0	0,000	3.169	16,665
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.				31.708.852/0001-61	
LUIZA CHIEPPE DE SALDANHA					
144.248.627-98	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não			Física		
2.113	11,112	0	0,000	2.113	11,112
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA LUIZA ZACCHÉ CHIEPPE					
024.558.297-58	Brasil	Não	Sim	14/07/1990	
Não			Física		
1	0,005	0	0,000	1	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NELSON CHIEPPE DE SALDANHA					
144.248.447-06	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não			Física		
2.113	11,112	0	0,000	2.113	11,112
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

### 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.				31.708.852/0001-61		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
19.016	100,000	0	0,000	19.016	100,000	



## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>LWM PARTICIPAÇÕES S.A.</b>				<b>01.193.177/0001-14</b>	
<b>BERNARDO PRETTI CHIEPPE</b>					
109.640.627-63	Brasil	Não	Sim	20/06/1996	
Não			Física		
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>BRUNO PRETTI CHIEPPE</b>					
087.088.967-20	Brasil	Não	Sim	20/06/1996	
Não			Física		
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>CARLOS CHIEPPE NETTO</b>					
053.773.437-60	Brasil	Não	Sim	20/06/1996	
Não			Física		
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LWM PARTICIPAÇÕES S.A.				01.193.177/0001-14		
GIULIANA PRETTI CHIEPPE						
102.300.547-65	Brasil	Não	Sim	20/06/1996		
Não			Física			
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.220.784	100,000	0	0,000	1.220.784	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.</b>				<b>31.710.106/0001-02</b>	
<b>ANDRÉ LUIZ CHIEPPE</b>					
059.320.357-73	Brasil	Não	Não	26/11/2018	
Não			Física		
1.290	11,026	2.581	11,030	3.871	11,028
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>ANNA KARLA CHIEPPE</b>					
117.390.787-48	Brasil	Não	Não	26/12/2018	
Não			Física		
1.290	11,026	2.581	11,030	3.871	11,028
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>CAROLINA CHIEPPE KROEFF</b>					
056.190.347-63	Brasil	Não	Não	16/10/2017	
Não			Física		
840	7,179	2.397	10,244	3.237	9,222
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.</b>				<b>31.710.106/0001-02</b>	
<b>CLÁUDIO MÁRIO CHIEPPE</b>					
056.747.047-40	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não			Física		
840	7,179	2.397	10,244	3.237	9,222
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>DECIO LUIZ CHIEPPE</b>					
576.171.987-87	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não			Física		
3.360	28,718	1.802	7,701	5.162	14,707
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>EDILENE CHIEPPE DE CASTRO</b>					
897.340.687-68	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não			Física		
2.880	24,615	8.218	35,120	11.098	31,618
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.				31.710.106/0001-02		
ESPÓLIO DE NASCIR G. G. CHIEPPE						
053.400.737-69	Brasil	Não	Não	16/10/2017		
Não			Física			
360	3,077	1.027	4,389	1.387	3,952	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GABRIEL CHIEPPE KROEFF						
104.348.417-57	Brasil	Não	Não	16/10/2017		
Não			Física			
840	7,179	2.397	10,244	3.237	9,222	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

### 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.				31.710.106/0001-02		
11.700	33,333	23.400	66,667	35.100	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCC INVESTIMENTOS LTDA.				31.774.441/0001-74	
<b>CLARICE P. CHIEPPE</b>					
074.963.477-44	Brasil	Não	Sim	09/12/2003	
Não			Física		
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>ISABELA P. CHIEPPE</b>					
073.083.437-90	Brasil	Não	Sim	09/12/2003	
Não			Física		
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>LETÍCIA P. CHIEPPE</b>					
054.799.647-04	Brasil	Não	Sim	09/12/2003	
Não			Física		
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NCC INVESTIMENTOS LTDA.				31.774.441/0001-74		
PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE						
020.238.047-52	Brasil	Não	Sim	09/12/2003		
Não			Física			
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.986.700	100,000	0	0,000	2.986.700	100,000	



## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.</b>				<b>31.710.189/0001-30</b>	
<b>CASSILDA CECCATO</b>					
983.365.767-20	Brasil	Não	Não	18/11/1987	
Não			Física		
1	0,000	0	0,000	1	0,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>DENISE CHIEPPE</b>					
378.215.986-15	Brasil	Não	Não	30/04/1988	
Não			Física		
368.025	13,000	1.373.643	25,480	1.741.668	21,183
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>FILIPE GONÇALVES CHIEPPE</b>					
102.893.447-51	Brasil	Não	Sim	21/08/2002	
Não			Física		
283.096	10,000	539.113	10,000	822.209	10,000
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.</b>				<b>31.710.189/0001-30</b>	
<b>JOSIANE CHIEPPE</b>					
557.721.027-53	Brasil	Não	Não	18/11/1987	
Não			Física		
368.025	13,000	1.373.643	25,480	1.741.668	21,183
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>MÁRCIA CHIEPPE</b>					
674.464.427-00	Brasil	Não	Não	18/11/1987	
Não			Física		
368.025	13,000	1.373.643	25,480	1.741.668	21,183
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>RENAN CHIEPPE</b>					
674.438.187-34	Brasil	Não	Sim	18/11/1987	
Não			Física		
1.443.791	51,000	731.090	13,561	2.174.881	26,452
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>					

### 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.</b>				<b>31.710.189/0001-30</b>		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
2.830.963	34,431	5.391.132	65,569	8.222.095	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	01/11/2023
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

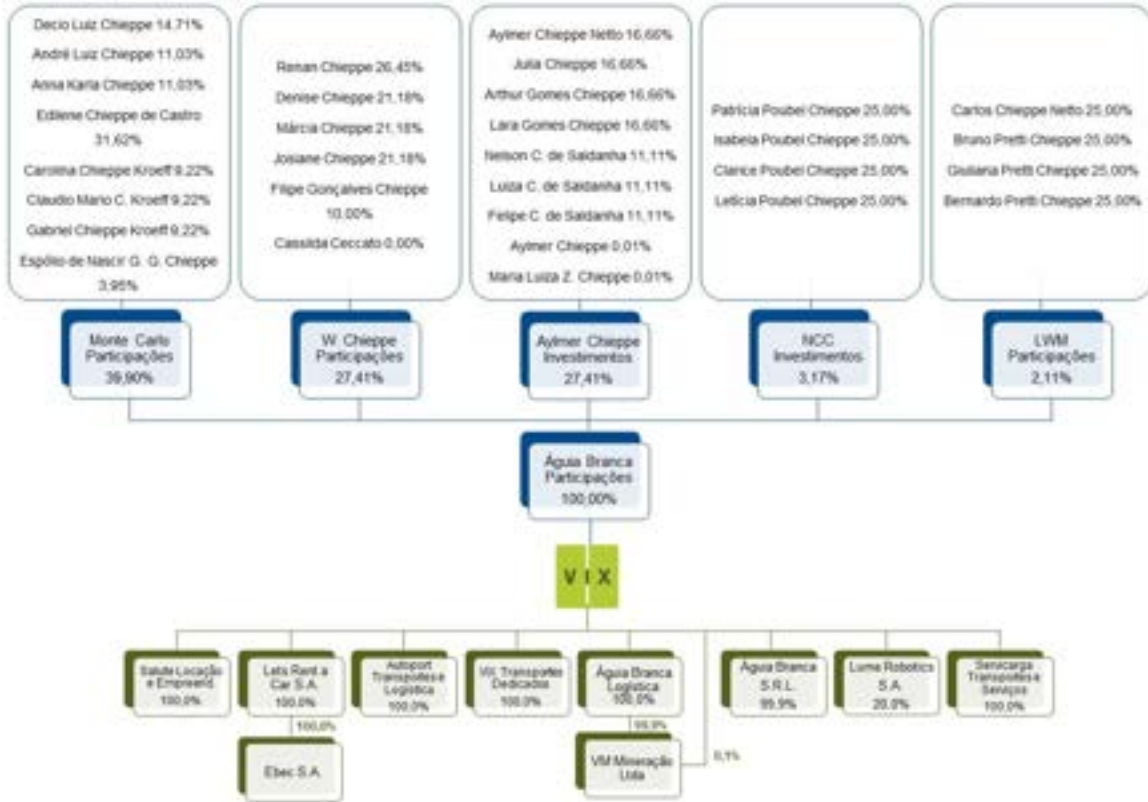
## 6.4 Participação em sociedades

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## **6.6 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 6.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

**a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**d) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:**

Atualmente a Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

**e) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:**

O combate às mudanças climáticas é uma agenda a ser cada vez mais incluída nas atividades e debates da Companhia, o que a torna um dos temas base para a construção da estratégia de seu crescimento sustentável. Por meio de reuniões e implementação de projetos, os órgãos da administração da Companhia têm como principal função debater e traçar metas e objetivos para os compromissos de longo, médio e curto prazo da Companhia quanto às questões climáticas. Sendo assim, a administração da Companhia considera as mudanças climáticas um elemento prioritário, integrando-o à estratégia e ao processo de tomada de decisão.

A Companhia participa do inventário de emissões de gases do efeito estufa de sua controladora desde 2021, por meio da metodologia GHG *Protocol*, e contribui ativamente para a construções dos Relatórios de Sustentabilidade de sua controladora, orientado para divulgação mais ampla de informações, fornecendo estrutura e padrões para uma compreensão mais abrangente dos impactos da organização alinhados aos temas materiais, definidos conforme engajamento dos stakeholders, indicadores complementares relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e *Sustainability Accounting Standards Board* - SASB.



## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 8</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 8</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

**a) *Orgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração***

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**b) *De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede municipal de computadores onde o documento pode ser consultado***

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**c) *Se houver, canais instituídos para que as questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração***

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome:** ANA SILVIA CALEGARI GAVA **CPF:** 886.541.417-00 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 24/03/1968

**Experiência Profissional:** Ana Silvia Gava é graduada em Ciência Contábeis pela FACON, com pós-graduação em Contabilidade Gerencial pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida e MBA em Mercado de Capitais pela Fucape. Atua no Grupo Águia Branca desde 1990, primeiramente como sub-contadora na Vitória-Diesel. Desde 1997, integra a Gerência de Controladoria da VIX Logística, tendo sob sua responsabilidade as áreas Contábil, Financeira e Arquivo Central. É Diretora da Vix Logística S.A. Adicionalmente, é Diretora da Águia Branca Logística LTDA, Autorport Transportes e Logística LTDA, Vixlog Transportes e Logística LTDA., Lets Rent a Car S.A. e Salute Locação e Empreendimentos Ltda., todas sociedades parte do Grupo Econômico da Vix Logística S.A. A Sra. Ana não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.  
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Outros Diretores	Não aplicável	27/09/2023	Sim	27/09/2023

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** ANDRÉ LUIZ CHIEPPE **CPF:** 059.320.357-73 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/04/1988

**Experiência Profissional:** O Sr. André Luiz Chieppe é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme eleito em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27/09/2023, tendo firmado termo de posse em 27/09/2023. Seu mandato como membro efetivo do Conselho de Administração será encerrado na data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025, tendo sido eleito ao cargo pelo Acionista Controlador. O Sr. André Luiz Chieppe não assumiu o cargo de conselheiro consecutivamente e não é enquadrado como conselheiro independente da Companhia. Graduado em Administração de Empresas pela FGV-EAESP com MBA pela IESE Business School. Na sua trajetória profissional na VIX Logística, ocupou os cargos de TRAINEE, Supervisor Operacional, Supervisor Administrativo, Gerente Financeiro e Gerente Geral de Controladoria e Finanças. Atualmente André ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Vix Logística S.A. O Sr. André não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.  
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Diretor de Relações com Investidores		27/09/2023	Sim	27/09/2023

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** CIRO FERREIRA DA ROCHA      **CPF:** 008.101.047-84      **Profissão:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 05/11/1969

**Experiência Profissional:** Ciro Rocha é graduado em Administração de Empresas e com MBA em Investimentos e Mercado Financeiro pela FUCAPE. Com vasta experiência na área de administração e finanças, tem em sua trajetória profissional quase 30 anos dedicados ao Grupo Águia Branca, em especial à VIX, quando iniciou atuação em 1990, já tendo ocupado os cargos nos Setores Financeiro, Administração de Pessoal e Orçamento e Custos. Desde 2018 ocupa a posição de Diretor de Administração, responsável pelas áreas de Suprimentos, Recursos Humanos, Comunicação Externa, Assessoria Técnica, Qualidade e Meio Ambiente, Jurídico, Governança, Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos da VIX Logística. É Diretor da Vix Logística S.A., e Diretor da Autoport Transportes e Logística Ltda., Vixlog Transportes e Logística Ltda. e da Lets Rent a Car S.A., sociedade que fazem parte do Grupo Econômico da Vix Logística S.A. O Sr. Ciro não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.  
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Outros Diretores	Não aplicável	27/09/2023	Sim	27/09/2023

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** KAUMER CHIEPPE **CPF:** 769.327.617-34 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 24/10/1963

**Experiência Profissional:** Kaumer Chieppe é graduado em administração de empresas pela FAESA - Faculdades Integradas Espírito-Santenses, além de ter realizado um STC Executivo na J.L Kellog Graduate School of Management, curso em parceria com a Fundação Dom Cabral. Iniciou sua carreira na Viação Águia Branca, empresa do Grupo Águia Branca, em 1984, local onde ocupou o cargo de diretor regional da Bahia em 1990. Em 1997, foi eleito presidente da Associação das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário do Estado da Bahia - ABEMTRO. Também foi diretor de transportes na modalidade de fretamento contínuo do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo ±SETPES, presidente do Sindicato das Empresas de Fretamento de Veículos de Transporte Rodoviário da Região da Grande Vitória - SINFREVI e diretor financeiro da FETRANSPORTES. O Sr. Chieppe trabalha na companhia desde 1998, onde acumula o cargo de principal executivo (diretor presidente) e de membro do conselho de administração. Adicionalmente, ocupa posição no conselho de administração da Viação Sul Bahiano, de diretor adjunto da Aylmer Chieppe Investimentos S.A. É Diretor da Águia Branca Participações S.A., da Autoport Transportes e Logística LTDA., Vix Transportes Dedicados LTDA, Vixlog Transportes e Logística LTDA e Águia Branca Logística LTDA; sociedades as quais fazem parte do grupo econômico da Companhia.  
O Sr. Kaumer não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.  
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/09/2023	Data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025	Presidente do Conselho de Administração		27/09/2023	Sim	27/09/2023

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE **CPF:** 020.238.047-52 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 15/01/1973

**Experiência Profissional:** A Sra. Patrícia Poubel Chieppe é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme eleita em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27/09/2023, tendo firmado termo de posse em 27/09/2023. Seu mandato como membro efetivo do Conselho de Administração será encerrado na data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025, tendo sido eleita ao cargo pelo Acionista Controlador. A Sra. Patrícia Poubel Chieppe não assumiu o cargo de conselheira consecutivamente e não é enquadrada como conselheira independente da Companhia. Patrícia Chieppe é graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Espírito Santo, com especialização em Governança Corporativa. Toda sua vida profissional foi dedicada ao Grupo Águia Branca, e teve início no ano de 1991 na Viação Águia Branca, com passagens por áreas administrativas e operacionais, dentre elas como Gerente Operacional e Gerente de Controladoria. Na VIX Logística, atuou gerindo o segmento de fretamento e também a área administrativa e financeira da Companhia. De 2012 a 2016 ocupou o cargo de Diretora Administrativa. Ainda no ano de 2016, até hoje, Patrícia responde pela Diretoria Executiva da VIX Logística. É Diretora da Águia Branca Logística Ltda., Autoport Transportes e Logística Ltda., Vix Transportes Dedicados Ltda., VixLog Transportes e Logística Ltda. e Lets Rent a Car S.A., as quais fazem parte do Grupo Econômico da Vix Logística S.A. A Sra. Patrícia não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Diretor Presidente / Superintendente		27/09/2023	Sim	27/09/2023

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** RICARDO PINCA BERNASCONI **CPF:** 195.107.318-54 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 03/09/1976

**Experiência Profissional:** Ricardo Pinca Bernasconi é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, possui dois cursos de MBA, um em Marketing outro em Controladoria e Finanças, ambos pela FEARP/USP. Em sua trajetória profissional, Ricardo tem passagens pela IBM Brasil e foco na área de locação e terceirização de frota, quando em 1998 iniciou atuação no setor através da Localiza Rent a Car. Em 2006, ingressou na Lets Rent a Car, tendo atuado na Gerência de Marketing e Vendas, e Gerência Executiva. Atualmente Ricardo ocupa o cargo de Diretor. É Diretor da Lets Rent a Car Ltda. e da Salute Locações Empreendimentos Ltda., as quais fazem parte do Grupo Econômico da Vix Logística S.A. O Sr. Ricardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Outros Diretores	Não aplicável	27/09/2023	Sim	27/09/2023

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	



## 7.4 Composição dos comitês

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer comitê estatutário ou não estatutário instalado.

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 7.8 Outras informações relevantes

### 7.8 Outras informações relevantes

Em complemento às informações constantes do item “7.3. *Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal*”, a Companhia detalha abaixo as informações relevantes referentes aos cargos de membros efetivo do Conselho de Administração exercidos pelo Sr. André Luiz Chieppe e pela Sra. Patrícia Poubel Chieppe.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
<b>ANDRÉ LUIZ CHIEPPE</b>	28/04/1988	Conselho de Administração	27/09/2023	data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025	0	
059.320.357-73	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/09/2023	Sim	100%	
Diretor de Relações com Investidores						
<b>PATRÍCIA CHIEPPE</b>	<b>POUBEL</b>	15/01/1973	Conselho de Administração	27/09/2023	data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025	0
020.238.047-52	Administrador a de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/09/2023	Sim	100%	
Diretor Presidente/Superintendent e						

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	5	0	5,75
Nº de membros remunerados	0	1	0	1,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Não aplicável.	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Não aplicável.	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	5	0	5,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00



Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	5	0	5,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	5	0	5,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

### 8.3 Remuneração variável

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

#### **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **8.6 Outorga de opções de compra de ações**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 8.7 Opções em aberto

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.



## **8.9 Diluição potencial por outorga de ações**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.9

## **8.10 Outorga de ações**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.9

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **8.12 Precificação das ações/opções**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.9

### **8.13 Participações detidas por órgão**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.9

## 8.14 Planos de previdência

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.9

## 8.15 Remuneração mínima, média e máxima

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.9



**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Previsão para o Exercício Social corrente (a se encerrar em 31/12/2023)</b>	0,00%	100,00%	N/A
<b>Exercício social findo em 31/12/2022</b>	0,00%	0,00%	N/A
<b>Exercício social findo em 31/12/2021</b>	0,00%	0,00%	N/A
<b>Exercício social findo em 31/12/2020</b>	0,00%	0,00%	N/A

## **8.18 Remuneração - Outras funções**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.9

## 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

### 8.19 Remuneração reconhecida no controlador/controlada

Nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022, para um melhor aproveitamento das sinergias operacionais das sociedades do Grupo Águia Branca, os membros da Diretoria da Companhia, que também ocuparam cargos na sua controladora, a Vix Logística S.A, tiveram suas remunerações pagas integralmente pela Vix Logística S.A.

Isso porque, enquanto administradores da Vix Logística S.A, a atuação desses administradores abarca a gestão de suas controladas, incluindo a Companhia. Por consequência, suas remunerações também não consideram a atuação em cada empresa do grupo, individualmente consideradas. Assim, os administradores também não receberam quaisquer valores diretamente de sociedades sob controle comum, em razão dos cargos ocupados nessas sociedades, sendo a remuneração dos administradores suportada apenas pela Vix Logística S.A., enquanto controladora.

Em relação aos valores previstos para 2023, a Companhia continua prevendo essa sistemática, exceto pelo valor total da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2023, no valor de R\$1.600.000,00, que será suportado diretamente pela Companhia.

Nesse sentido, os quadros abaixo demonstram a totalidade dos valores recebidos pelos administradores, pagos diretamente pela controladora, em 2020, 2021 e 2022, além da previsão dos valores a serem pagos pela controladora em 2023, em razão de suas respectivas atuações na Vix Logística S.A. e suas controladas, incluindo a Companhia.

Previsão para o Exercício Social corrente (a se encerrar em 31/12/2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.121.011,00	5.727.685,00	-	6.848.696,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	9.416.737,75	-	9.416.737,75
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	7.307.235,32	-	7.307.235,32
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	4.449.138,70	-	4.449.138,70
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

## **8.20 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 8.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>003859</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
17/03/2022	01/01/2022		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Os serviços prestados pelos auditores independentes compreendem (i) a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2023; (ii) a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2022 (somente para fins comparativos com os relatórios do item (i), sem emissão de relatório específico); e (iii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023; (v) revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023; (vi) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de 9 (nove) meses a findar em 30 de setembro de 2023.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
A remuneração aos auditores independentes relativa ao exercício de 2023 foi de: R\$ 1.220.991,25 relativo aos serviços de auditoria da Let's Rent a Car S.A. e suas controladas.			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			

---

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>004189</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
03/03/2017	01/01/2017		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Os auditores independentes prestaram os serviços de: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); (ii) revisão das informações trimestrais preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 em 2018, 2019, 2020 e no exercício social corrente; e (iii) procedimentos pré-acordados em conexão com oferta pública de ações.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
Não aplicável.			
<b>Justificativa da substituição</b>			

Em atendimento ao art. 31 da Resolução CVM 23/2021, o Conselho de Administração aprovou a contratação da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA em substituição à KPMG Auditores Independentes, em razão de, no mesmo período, ter ocorrido a substituição da KPMG Auditores Independentes pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, como auditora de sua controladora, a Vix Logística S.A.

**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa**

Não aplicável.

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

A Companhia não possui política ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

#### **9.4 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 9.



## 10.1 Descrição dos recursos humanos

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 10.2 Alterações relevantes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

### **10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **10.4 Relações entre emissor e sindicatos**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 10.5 Outras informações relevantes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### 11 Transações com Partes Relacionadas

#### 11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia celebra, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas em condições compatíveis com as de mercado. As deliberações referentes a eventuais transações entre a Companhia e partes relacionadas são tomadas, conforme o caso, pelos Acionistas ou Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

São adotadas as seguintes regras para tratamento com as partes relacionadas:

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de setembro de 2023, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, na análise de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e/ou a Diretoria, conforme competência estabelecida no Estatuto Social, deverão verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observação às Condições de Mercado (conforme definido abaixo).

Em sua análise, deverão observar os seguintes pontos:

- a) se há motivos claros que justifiquem a realização da Transação com a Parte Relacionada;
- b) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, mencionando as bases concretas de comparação adotadas (como, por exemplo, outras cotações de mercado, contratos similares celebrados anteriormente com terceiros, laudos elaborados por terceiros independentes, etc.);
- c) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, nos casos de Transações com Partes Relacionadas cujo valor da operação seja superior a 1% (um por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, conforme patrimônio líquido apurado, conforme última demonstração financeira divulgada pela Companhia;
- d) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;
- e) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação.

Para os fins da Política de Transações com Partes Relacionadas "Condições de Mercado" significa as condições para as quais foram observadas, durante a negociação, os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros); e (e) comutatividade (relação de troca deve ser equitativa para as partes, refletindo o valor de cada uma delas e repartindo entre elas os potenciais ganhos obtidos com a operação). Na negociação entre Partes Relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

No Grupo Água Branca, cada divisão possui administração própria e independente, com metas individuais de resultados, com autonomia para buscar serviços e produtos na melhor condição de mercado e aderência ao respectivo negócio.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

A prestação de contas das transações com partes relacionadas é de extrema relevância para Companhia, estando sempre balizada pelas boas práticas de governança corporativa. Nesse contexto, é tema fixo da pauta semestral para reporte ao Conselho de Administração da Companhia.

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Automóveis Ltda	03/05/2023	17.836,25	3.589,28	3.589,28	Prazo indeterminado	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
VD Comércio de Veículos Ltda	26/01/2023	157.660,39	710,44	710,44	Prazo indeterminado	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
VD Comércio de Veículos Ltda	11/05/2023	498.770,00	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					



## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Kurumá Veículos S.A	10/03/2023	24.793,05	0,00	0,00	Prazo indeterminado	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.  Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Kurumá Veículos S.A	10/01/2023	4.743.991,53	10.459,32	10.459,32	Prazo indeterminado	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	A Kurumá Veículos S.A. é uma concessionária pertencente ao grupo econômico da Companhia, que comercializa veículos de uma montadora de veículos, em regime de exclusividade. Em razão das negociações de veículos dessa montadora, a Kurumá recebe um bônus, relativo à aquisição dos veículos efetivadas por seus clientes. Parte do valor desses bônus pode ser repassada aos clientes adquirentes dos veículos. Desse modo, parte do bônus recebido da montadora pela Kurumá é repassado à Companhia, proporcionalmente aos carros adquiridos pela Companhia. Esta operação poderia ser realizada também junto a outras concessionárias terceiras, conforme prática de mercado.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A Companhia recebeu o pagamento relativo à prestação de serviços de intermediação na compra de veículos realizada por sua parte relacionada junto à montadora.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
AZUL Linhas Aéreas Brasileiras S/A	02/01/2023	3.548.355,13	1.029.569,55	1.029.569,55	Prazo indeterminado	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	A Águia Branca Participações (Controladora indireta da Companhia) possui controle da Trip Participações e da Rio Novo Locações S.A. que possuem participação no capital social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores..					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
MVI Administ. e Investidora Imob. Ltda	16/02/2023	4.206,15	1.007,22	1.007,22	27/10/2023	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
VD Comércio de Veículos Ltda	23/01/2023	26.869,06	6.540,05	6.540,05	Prazo ineterminado	0,000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Vix Logística S/A	03/05/2023	9.938.972,02	960.572,79	960.572,79	Prazo indeterminado	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta.					
<b>Objeto contrato</b>	Compra de peças e insumos para os veículos da Companhia. Prestação de serviços de manutenção em veículos automotores e de serviços relacionados aos sistemas de tecnologia (T.I) dos carros. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação por meio da qual a Companhia adquire peças e insumos, além de contratar serviços de manutenção de veículos e de serviços relacionados aos sistemas de tecnologia (T.I) dos carros.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Autoport Transporte e Logística Ltda	08/02/2023	323.057,76	50.225,93	50.225,93	Prazo indeterminado	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora direta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Contratação de serviços de transporte de veículos e de manutenção de veículos automotores e compra e venda de peças. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de transporte de veículos e de manutenção de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Vix Transportes Dedicados Ltda	28/02/2023	450.585,36	0,00	R.\$ 0,00	30/08/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora direta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compra de peças e insumos para os veículos da Companhia. Prestação de serviços de manutenção em veículos automotores e de serviços relacionados aos sistemas de tecnologia (T.I) dos carros. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Salute Locação e Empreendimentos Ltda	24/02/2023	1.419.052,84	0,00	0,00	Prazo indeterminado.	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações S.A., controladora indireta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compra de peças e insumos para os veículos da Companhia. Prestação de serviços de manutenção em veículos automotores e de serviços relacionados aos sistemas de tecnologia (T.I) dos carros. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Vitoria Motors Ltda.	26/04/2023	43.500,00	0,00	0,00	28/04/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações S.A., controladora indireta da Companhia.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de junho de 2023					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a aquisição de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Autoport Transporte e Logística Ltda	02/01/2023	28.666,44	0,00	0,00	23/09/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Vix Logística S.A., controladora direta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação e venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de junho de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Vix Logística S.A.	16/03/2023	35.313,17	0,00	0,00	31/07/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Vix Transportes Dedicados Ltda.	16/03/2023	218.334,63	0,00	0,00	21/09/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Vix Logística S.A., controladora direta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores seminovos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A - EBEC	16/03/2023	129.000,00	0,00	0,00	29/09/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta da Companhia em 30/06/2023					
<b>Objeto contrato</b>	Locação e venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores seminovos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	26/02/2023	52.938,94	0,00	0,00	07/08/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
VM Comércio de Veículos Ltda	22/07/2023	21.063,38	5.376,54	5.376,54	24/10/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações S.A., controladora indireta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.  Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se à locação de veículos automotores.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
AB Comércio de Veículos Ltda	25/08/2023	104,13	0,00	0,00	25/08/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Reembolso referente à multa de infração de trânsito quitada pela Emissora. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. A operação, de baixo valor, foi quitada e encerrada em 25 de agosto de 2023.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a reembolso de despesas.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Águia Branca Participações S/A	16/08/2023	324,88	108,25	108,25	16/08/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora indireta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículo automotor por período inferior a 30 dias. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. A operação, de baixo valor, foi quitada e encerrada em 29 de setembro de 2023. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
EV Comércio de Veículos Ltda	21/07/2023	2.469,87	457,97	457,97	30/11/2023	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. A operação, de baixo valor, foi quitada e encerrada em 30 de novembro de 2023.					
	Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					



**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido no Negócio Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante corresp. ao interesse Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

## 11.2 - N/O

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Automóveis Ltda	03/05/2023	R\$ 17.836,25	R\$ 3.589,28	R\$ 3.589,28	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e da prestação dos serviços, e as condições e prazos de pagamento, são similares às que a Companhia obterá no mercado.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.  Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.  A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	26/01/2023	R\$ 157.660,39	R\$ 710,44	R\$ 710,44	Prazo Indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e da prestação dos serviços, e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	<p>Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa, tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.</p>
--	---

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	11/05/2023	R\$ 498.770,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023.</p> <p>Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de aquisição dos veículos, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de aquisição de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação dos veículos adquiridos, tanto para transações com partes relacionadas, quanto em transações com terceiros não relacionados, observou orçamentos realizados com terceiros, o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, e condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. Ainda, a Companhia utiliza como parâmetro para a precificação, os preços médios previstos de mercado, como na Tabela divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) (<a href="https://veiculos.fipec.org.br/">https://veiculos.fipec.org.br/</a>). Dessa forma, a Companhia realiza um comparativo entre os descontos outorgados na precificação de veículos adquiridos com terceiros não relacionados e aqueles adquiridos com a Parte Relacionada, de modo a verificar se o percentual de desconto ocorre em patamar similar, tendo como base avaliações dos preços de veículos no mercado, sobretudo a tabela Fipec.</p>					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	10/03/2023	R\$ 24.793,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não</p>					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	<p>são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e a prestação dos serviços, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>
<p><b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b></p>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.</p>

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	10/01/2023	R\$ 4.743.991,53	R\$ 10.459,32	R\$ 10.459,32	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com concessionárias terceiras, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores dos bônus relativos à aquisição de veículos são similares ao usualmente praticados no mercado.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das bonificações de aquisição de veículos, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>A transação observou as práticas usuais deste mercado. O valor do bônus pago, relativo à aquisição dos veículos efetivadas por seus clientes, é equiparado ao valor praticado por concessionárias terceiras. Portanto, se trata de uma condição favorável à Companhia, que poderia ser obtida também junto a outras concessionárias terceiras.</p>					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Aéreas Brasileiras S/A	02/01/2023	R\$ 3.548.355,13	R\$ 1.029.569,55	R\$ 1.029.569,55	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se as locações de automóveis realizadas pela Companhia com outros clientes, concluiu-se que os valores e condições das locações foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023,</p>					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

<b>ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de locação de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação da locação de veículos em transações desta natureza segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p>
--	--

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MVI Administ. e Investidora Imob. Ltda	16/02/2023	R\$ 4.206,15	R\$ 1.007,22	R\$ 1.007,22	27/10/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de locação de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p> <p>Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 27 de outubro de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	23/01/2023	R\$ 26.869,06	R\$ 6.540,05	R\$ 6.540,05	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.  Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.  Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas  Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Logística S/A	03/05/2023	R\$ 9.938.972,02	R\$ 960.572,79	R\$ 960.572,79	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Considerando que as operações antecederam a aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, não foi realizada a contratação de empresa especializada para avaliação, ou opinião, sobre a transação, nos termos do item "c", do artigo 7.2 da Política de Transações com Partes Relacionadas.  Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e serviços prestados, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	<p>Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores e a prestação de serviços por meio do fornecimento de tecnologias empregadas nas operações envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos e de serviços de tecnologia observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.</p>
--	--

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autoport Transporte e Logística Ltda	08/02/2023	R\$ 323.057,76	R\$ 50.225,93	R\$ 50.225,93	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e dos serviços prestados, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e de prestação de serviços de transporte de veículos e de manutenção de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação das peças e da prestação de serviços de transporte de veículos e de manutenção de veículos automotores observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p>					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Transportes Dedicados Ltda	28/02/2023	R\$ 450.585,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30/08/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	<p>Companhia aprovada em 27.09.2023. Considerando que as operações antecederam a aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, não foi realizada a contratação de empresa especializada para avaliação, ou opinião, sobre a transação, nos termos do item "c", do artigo 7.2 da Política de Transações com Partes Relacionadas.</p> <p>Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e serviços prestados, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores e a prestação de serviços por meio do fornecimento de tecnologias empregadas nas operações envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos e de serviços de tecnologia observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 30 de agosto de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Salute Locação e Empreendimentos Ltda	24/02/2023	R\$ 1.419.052,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Prazo indeterminado	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Considerando que as operações antecederam a aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, não foi realizada a contratação de empresa especializada para avaliação, ou opinião, sobre a transação, nos termos do item "c", do artigo 7.2 da Política de Transações com Partes Relacionadas.</p> <p>Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e serviços prestados, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores e a prestação de serviços por meio do fornecimento de tecnologias empregadas nas operações envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos e de serviços de tecnologia observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela</p>					



## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.
--	--

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vitoria Motors Ltda.	26/04/2023	R\$ 43.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	26/04/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023.</p> <p>Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de aquisição de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>A precificação dos veículos adquiridos, tanto para transações com partes relacionadas, quanto em transações com terceiros não relacionados, observou orçamentos realizados com terceiros, o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, e condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. Ainda, a Companhia utiliza como parâmetro para a precificação, os preços médios previstos, por exemplo, na Tabela divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) (<a href="https://veiculos.fipec.org.br/">https://veiculos.fipec.org.br/</a>). Dessa forma, a Companhia realiza um comparativo entre os descontos outorgados na precificação de veículos adquiridos com terceiros não relacionados e aqueles adquiridos com a Parte Relacionada, de modo a verificar se o percentual de desconto ocorre em patamar similar, tendo como base avaliações dos preços de veículos no mercado, sobretudo a tabela Fipec.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 28 de abril de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autoport Transporte e Logística Ltda	02/01/2023	R\$ 28.666,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23/09/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p> <p>Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 23 de setembro de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>
--	---

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Logística S.A.	16/03/2023	R\$ 35.313,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/07/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p>					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	<p>Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 31 de julho de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>
--	--

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Transportes Dedicados Ltda.	16/03/2023	R\$ 218.334,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	21/09/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p> <p>Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 21 de setembro de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
-------------------	----------------	------------------------------------	-----------------	-------------------------------------	---------	------------------------

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A - EBEC	16/03/2023	R\$ 129.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	29/09/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p> <p>Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 29 de setembro de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>					
Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	22/07/2023	R\$ 21.063,38	R\$ 5.376,54	R\$ 5.376,54	24/09/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	<p>Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>
<p><b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b></p>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p> <p>Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 24 de setembro de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas</p>

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	26/02/2023	R\$ 52.938,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	07/08/2023	0,000%
<p><b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b></p>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi reanalisada em acordo com sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e da prestação dos serviços, e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obterá no mercado.</p>					
<p><b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b></p>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.</p> <p>Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p>					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	<p>A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa, tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizados operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia informa que a referida operação foi encerrada em 07 de agosto 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas</p>
--	---

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	25/08/2023	R\$ 104,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	25/08/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, verifica-se que se tratava de uma operação de valor muito pequeno referente a um simples reembolso de despesas, decorrente de pagamento de multa de trânsito. Além disso, referida operação foi encerrada e quitada em 25 de agosto de 2023.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	Tratando-se de simples reembolso de despesas foi verificado que a multa era de responsabilidade da AB Comércio, tendo a Companhia quitado o débito por facilidade operacional. Além disso, referida operação foi encerrada e quitada em 25 de agosto de 2023.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águia Branca Participações S/A	16/08/2023	R\$ 324,88	R\$ 108,25	R\$ 108,25	30/11/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a referida operação foi encerrada e quitada em 30 de novembro de 2023. , sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados.</p> <p>Ainda, as transações de locação de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p>					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. De todo modo, a referida operação foi encerrada e quitada em 30 de novembro de 2023.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	21/07/2023	R\$ 2.469,87	R\$ 457,97	R\$ 457,97	30/11/2023	0,000%
<b>Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses</b>	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a referida operação foi encerrada e quitada em 30 de novembro de 2023.					
<b>Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado</b>	<p>Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados.</p> <p>Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.</p> <p>Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes não relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.</p> <p>Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.</p> <p>De todo modo, a referida operação foi encerrada e quitada em 30 de novembro de 2023, sendo que as eventuais novas transações a serem realizadas entre as Partes deverão observar, previamente, as formalizações e procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas.</p>					

### **11.3 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 11.



**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/09/2023	N/A	578.986.461,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
578.986.461	0	578.986.461	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/09/2023	N/A	578.986.461,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
578.986.461	0	578.986.461	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/09/2023	N/A	578.986.461,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
578.986.461	0	578.986.461	



## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	5ª Emissão de Debêntures
<b>Data de emissão</b>	28/06/2022
<b>Data de vencimento</b>	28/06/2027
<b>Quantidade Unidade</b>	160.000
<b>Valor total R\$</b>	160.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	165.101.294,28
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476; e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional, exceto pelo lote de Debêntures objeto de eventual exercício de garantia firme pelo Coordenador Líder, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Distribuição, observado, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que as negociações deverão respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>Resgate Antecipado Facultativo</p> <p>A Companhia poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a qualquer tempo a partir do segundo ano contado da data de emissão, mediante notificação prévia aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e Agente de Liquidação, o Escriturador e à B3. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, objeto do resgate, acrescido (i) da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (ii) dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate, caso existentes; e (iii) de prêmio flat, equivalente ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, multiplicado por percentual conforme previsto na Escritura de Emissão.</p> <p>Oferta de Resgate Antecipado</p> <p>O valor a ser pago em relação a cada uma das debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à oferta facultativa de resgate antecipado será equivalente ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das debêntures objeto do resgate, acrescido (i) da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (ii) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos debenturistas, a exclusivo critério da emissora, o qual não poderá ser negativo.</p>

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única da 5ª emissão da Companhia. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,10% ao ano-base 252 dias úteis. As Debêntures possuem garantia adicional fidejussória. As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, encontram-se descritas na Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário das Debêntures é OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com domicílio situado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0027387-5, neste ato representada de acordo com seu estatuto social.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Realização de Assembleia Geral de Debenturistas.
<b>Outras características relevantes</b>	Amortização Extraordinária: A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa das Debêntures. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência.
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª Emissão de Notas Comerciais
<b>Data de emissão</b>	14/03/2023
<b>Data de vencimento</b>	15/03/2028
<b>Quantidade Unidade</b>	150.000
<b>Valor total R\$</b>	150.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	149.609.904,85
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Notas Comerciais Escriturais não serão depositadas para negociação em mercado organizado de valores mobiliários junto à B3.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p><b>Resgate Antecipado Facultativo</b></p> <p>A Companhia poderá a partir da Data de Emissão realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo a Emissora deverá realizar o pagamento de prêmio de resgate equivalente a (i) 1,50% flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra até o 35º mês (inclusive) contado da Data de Emissão; e (ii) 0,60% (sessenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão</p>
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	<p>Notas Comerciais Escriturais, em série única da 1ª emissão da Companhia, com garantia fidejussória, para distribuição privada, com a data de vencimento conforme prevista acima. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário, disponibilizado em sua página na internet (<a href="http://www.b3.com.br">http://www.b3.com.br</a>) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 2,55% (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis,. As Notas Comerciais Escriturais possuem garantia fidejussória. As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito das Notas Comerciais e encontram-se descritas no Termo de Emissão. Tendo em vista se tratar de emissão privada, não há Agente Fiduciário.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>Realização de Assembleia Geral de Titulares De Notas Comerciais Escriturais.</p>
<b>Outras características relevantes</b>	<p>Amortização Extraordinária Facultativa: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais Escriturais. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) percentual do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência.</p>

**12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>Investidores Institucionais</b>
Debêntures	0	1	0
Nota Comercial	0	1	0

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

A Companhia não possui ações negociadas e/ou listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As debêntures 5ª (quinta) emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário, por meio do Balcão B3, também administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.



## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

**a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

**c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## **12.9 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 12.

## 13.0 Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**André Luiz Chieppe**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Patrícia Poubel Chieppe**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

### 13.1 Declaração do diretor presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Patricia Poubel Chieppe**

Cargo do responsável **Diretor Presidente**

**O Diretor Presidente acima qualificado declara que:**

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

*Patricia Poubel Chieppe*

---

**Patricia Poubel Chieppe**

## 13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	André Luiz Chieppe
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

**O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:**

- reuiu o formulário de referência.
- todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



---

André Luiz Chieppe

### **13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 13.1 e 13.2 deste Formulário.